UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

JOÃO ALEXANDRE PESCHANSKI

A evolução organizacional do MST

São Paulo
2007

JOÃO ALEXANDRE PESCHANSKI

A evolução organizacional do MST

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Félix Frederico Kowarick

São Paulo
2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

João Alexandre Peschanski
A evolução organizacional do MST

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência
Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A minha avó Dora,
que jamais se silenciou diante das injustiças
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Pesquisar é um ato solitário e, ao mesmo tempo, uma ação coletiva. Cada linha desta dissertação expressa inquietações minhas com muitas e muitos, sonhos comuns e, antes de mais nada, uma esperança compartilhada de que é possível transformar a realidade. A todas e todos que cito abaixo meu profundo reconhecimento e amizade.

Agradeço às companheiras e aos companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sem as/os quais não haveria esta pesquisa e não existiria esta esperança. Aprendi com vocês que a crítica não assusta, reforça. Aprendi com vocês que a luta é longa, mas justa. Aprendi com vocês que não há valor mais necessário do que a humanidade.

Agradeço apaixonadamente a Camila Bassi Peschanski, minha companheira, fonte de inspiração e de perseverança. Meus agradecimentos a Nair Cléa da Fonseca, mãe, exemplo, mestra. A Marc René Peschanski, pai e guia político. A Eleonore e Flavio Gurgel, irmã e cunhado, pela dedicação ímpar. A Déa D'Anna Fonseca, avó, por sua confiança. A meu tio Sérgio Rui da Fonseca, modelo de justiça. A minha família, dos dois lados do Atlântico.

Agradeço ao Prof. Lúcio Kowarick, meu orientador, por seus conselhos sábios. Ensinou-me não apenas os primeiros passos da pesquisa, mas principalmente a entender a função social da ciência. À Profa. Rita Amaral, a cuja generosidade e a cujo carinho devo o pontapé inicial deste trabalho. Ao Prof. Michael Löwy, pela amizade. Ao Prof. Emir Sader, porque mudar o mundo é necessário. Às provocações do Prof. Paulo Arantes e às doces palavras da Profa. Isabel Loureiro. Ao Prof. Fernando Limongi, pelas críticas sempre pertinentes. Ao Prof. José Arbex Jr., que me mostrou o mau caminho, graças a Deus. À Profa. Emília Viotti da Costa, portadora de sensibilidade e radicalidade únicas, mas contagiantes.

Agradeço às funcionárias e aos funcionários do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, sempre com disposição e sorrisos nos momentos mais difíceis desta pesquisa. Agradeço a todas e todos os colegas da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, porque construímos juntos a alma da universidade pública.

A Renato Moraes, amigo e professor, meu obrigado sem palavras.

Agradeço às companheiras e aos companheiros do *Brasil de Fato*, minha escola de militância. Especialmente a Nilton Viana, um exemplo. Agradeço a Kenarik Boujikian Felipe, Alípio Freire, Hamilton Octavio de Souza e Ricardo Gebrim todos os ensinamentos de teoria e de vida.

Agradeço a Ivana Jinkings. Prova de que a honestidade intelectual e a coerência dos princípios compensam, sempre. Amiga recente, mas inquebrantável. Meu obrigado a toda a equipe da Boitempo Editorial pelo acolhimento caloroso e pela paciência com meus erros debutantes.

Agradeço ainda a duas pessoas muito especiais: Anita Pollak e Albert Hahn. Sem o carinho de vocês, isto não seria possível. Meus agradecimentos a minhas amigas e a meus amigos que me apoiaram, por mais que esta pesquisa tenha me levado, muitas vezes, a uma total reclusão.

“Só a ditadura dos proletários e dos camponeses pobres é capaz de esmagar a resistência dos capitalistas, de exercer o poder com uma coragem e uma decisão verdadeiramente grandiosas, de assegurar para si um apoio entusiasta, sem reservas, verdadeiramente heróico das massas tanto no exército como no campesinato. *O poder aos soviets – é a única coisa que poderia tornar o desenvolvimento futuro gradual, pacífico e tranqüilo*, avançando ao lado da consciência e da decisão da maioria das massas populares, ao lado de sua própria experiência”

Vladimir Lênin

“Qu’est-ce qu’un homme révolté? Un homme qui dit non. Mais s’il refuse, il ne renonce pas: c’est aussi un homme qui dit oui, dès son premier mouvement. Un esclave qui a reçu des ordres toute sa vie, juge soudain inacceptable un nouveau commandement. Quel est le contenu de ce ‘non’? Il signifie, par exemple, ‘les choses ont trop duré’, ‘jusque-là oui, au-delà, non’, ‘vous allez trop loin’, et encore ‘il y a une limite que vous ne dépasserez pas’”

Albert Camus

RESUMO

PESCHANSKI, João Alexandre. **A evolução organizacional do MST**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nesta dissertação, analisa-se a evolução da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de sua formação, no fim da década de 1970, a 2006. São tratadas duas hipóteses: em primeiro, o formato organizacional do movimento social resulta de uma combinação dinâmica entre os objetivos dos sem-terra, os riscos e as oportunidades em cada conjuntura e a atuação das lideranças; em segundo, é decisiva para a continuidade do MST a capacidade de se reinventar levando em consideração as mudanças no ambiente externo. Essas hipóteses, comprovadas no decorrer da pesquisa, rejeitam duas visões correntes nos estudos sobre o movimento dos sem-terra, de acordo com as quais o formato organizacional evolui em um sentido inexorável, fundamentado nas relações internas dos integrantes do MST. Esta dissertação se baseia em uma reconstrução da história da formação organizacional do movimento dos sem-terra, salientando as motivações das famílias camponesas a participar de ocupações de terra no fim da ditadura. Nesse período inicial, é determinante a participação de grupos católicos progressistas, que inspiram os primeiros experimentos organizacionais dos sem-terra e atuam como um vetor de difusão e articulação de mobilizações camponesas em vários estados. Simultaneamente à formalização do MST, em 1984, setores da igreja vinculados ao movimento social se distanciam deste, em função das novas circunstâncias políticas geradas com a redemocratização. Isso leva a um tumulto organizacional nas instâncias decisórias dos sem-terra, que põe em risco a sobrevivência do MST. Quatro anos depois, após vários experimentos de organização malsucedidos, as

lideranças do movimento social criam a Direção Nacional (DN) para manter sua unidade.

Com base em uma série de tabelas que descrevem a composição dessa instância entre 1988 e 2006, percebem-se variações na DN: em alguns períodos, um mesmo grupo de dirigentes concentrou a maioria das cadeiras; em outros, principalmente nos anos mais recentes, houve renovação das pessoas no cargo. Apresentam-se duas explicações para essas variações. Em primeiro, a necessidade de a DN e de todo o MST se adaptarem ao perfil dos diferentes presidentes desse período, considerando que o governo federal é um interlocutor de grande importância para a realização dos objetivos do movimento social. Em segundo, a pressão de mulheres sem terra, cada vez mais articuladas e atuantes, para ocupar cargos de decisão no movimento social, em especial na DN, que lhes foi pouco aberta até 2005. A não-adaptação da Direção a essas duas situações poderia desencadear um novo tumulto organizacional, pondo em risco a continuidade do MST.

Palavras-chave: MST; organização; liderança; política brasileira; conflitos sociais.

ABSTRACT

PESCHANSKI, João Alexandre. **The organizational evolution of MST**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

In this dissertation we analyze the evolution of the organization of the Landless Workers Movement (MST) from its formation, at the end of the 1970s, until 2006. Two hypotheses are treated: firstly, the organizational format of the social movement results from a dynamic combination between the landless' goals, the risks and the opportunities in each conjuncture and the leaderships' performance; secondly, it is decisive for the continuity of MST that it be capable of reinventing itself considering the changes in the external milieu. These hypotheses, proven during the research, reject two current views in the studies about this social movement, according to which the organizational format evolves in an inexorable direction, based on the internal relationships of MST members. This work is based on a reconstruction of the organizational formation's history of the landless workers movement, highlighting the motivations of peasant families in participating in land occupations at the end of the dictatorship. At this initial period, the participation of catholic progressive groups is determinative in inspiring the first organizational experiments of the landless and in acting as a vector of diffusion and articulation of peasant mobilizations in several states. Parallel to the formalization of MST, in 1984, sectors of the Church linked to the social movement move away from it, due to new politics circumstances generated with re-democratization. This causes an organizational turmoil in the decision-making levels of the landless, which jeopardizes the survival of MST. Four years later, after several unsuccessful organization experiments, the leaders of the social movement create a National Direction (ND) in order to

maintain its unity. Based on a series of charts that describe the composition of this organ between 1988 and 2006, it is possible to note variations in the ND: in some periods, a same group of directors concentrated most of the seats; in others, mainly in the most recent years, a renewal of people in the function took place. Two explanations are presented for these variations. First of all, the ND's, and all of MST's, necessity to adapt to the profile of different presidents in this period, considering that the federal government is an interlocutor of great importance for the accomplishment of the social movement's objectives. Secondly, the pressure of landless women, increasingly articulated and active, in occupying decision-making positions in the social movement, especially in the ND, which had been little open to them until 2005. The Direction's non-adaptation to these two situations could unfold a new organizational turmoil, putting at risk the continuity of MST.

Keywords: MST; organization; leadership; Brazilian politics; social conflicts.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 –	Dirigentes do MST que permanecem no cargo, ano a ano, entre 1988 e 2006.....	93
Tabela 3.2 –	Lideranças novas e antigas na Direção Nacional do MST, entre 1989 e 2006.....	93
Tabela 3.3 –	Proporção de dirigentes do MST que permanecem no cargo, ano a ano, entre 1988 e 2006.....	94
Tabela 3.4 –	Taxa de permanência na Direção Nacional do MST, ano a ano, entre 1988 e 2006.....	95
Tabela 3.5 –	Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 1997.....	95
Tabela 3.6 –	Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 2003.....	97
Tabela 3.7 –	Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 2006.....	99
Tabela 4.1 –	Distribuição de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006.....	123
Tabela 4.2 –	Proporção de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006.....	124
Tabela 4.3 –	Distribuição de homens e mulheres na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006.....	127
Tabela 4.4 –	Proporção de homens e mulheres na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006.....	128
Tabela 4.5 –	Cruzamento entre a origem social e o sexo dos integrantes da DN do MST entre 1988 e 2006.....	129

SUMÁRIO

Apresentação	1
Introdução	4
1. O surgimento da luta dos sem-terra	11
2. A difusão do movimento	48
3. A evolução organizacional do MST	76
4. O perfil das lideranças	110
Conclusão	138
Bibliografia	143
Anexos	148

Apresentação

A partir de 2002 – quando o Partido dos Trabalhadores (PT) se aliou a setores conservadores para garantir a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência –, a esquerda brasileira entrou em crise. Foram abalados seus principais suportes: o projeto político, a moral dos militantes, o partido que havia capitaneado as principais lutas sociais desde a redemocratização. Não faltam visões catastrofistas e derrotistas sobre a conjuntura, afirmando que estaria configurada uma crise terminal da esquerda.

Esta pesquisa adota como princípio a desconfiança em relação a análises deterministas do processo histórico. Rejeita, portanto, as interpretações acerca da inexorabilidade da dinâmica social – a marcha fúnebre da política, em voga em alguns círculos acadêmicos. A história é um campo aberto de possibilidades – e a política não se resume aos limites impostos pela institucionalidade. Por mais que haja uma crise, não há como diagnosticar seu estágio e seu fim.

Aqui, analisam-se capacidades existentes no cenário social para expressar a revolta diante da lógica dominante que condena bilhões ao desespero e à miséria. Analisar tais capacidades é um duplo exercício: o de reconhecer sua existência (observá-las em sua dinâmica) e o de avaliar o modo como são – geralmente, não são – ativadas. Não há moral da história, há dinâmica histórica. E a posição que assumo é clara: a revolta contra a dominação deve ser entendida para ser construída.

É a posição que assumi em março de 2002, quando toquei a campainha de um dos espaços organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar de não ter origem camponesa, apresentei-me para, como fosse possível, contribuir com a luta dos sem-terra, vendo nesta uma forma de construir uma resistência à lógica dominante. No galpão

em que eu conversava com uma das lideranças locais do movimento social havia dezenas de famílias – feições preocupadas e apreensivas – mobilizadas para realizar uma ocupação de terra na Grande São Paulo. Em seus olhares, apesar da tensão, um brilho de esperança.

Diante da implosão do projeto transformador do PT, os militantes buscamos alternativas para nossa atuação. Não fomos poucos os que vimos no MST uma bóia de salvação na conjuntura de crise da esquerda. O próprio movimento social, recriado pela dinâmica da conjuntura, passava por um processo de ampliação e complexificação de suas atividades. Exemplos disso são a crescente atuação em áreas urbanas, especialmente da Grande São Paulo, e a ativa participação, juntamente com outros movimentos sociais e entidades, na construção do semanal *Brasil de Fato*, pensado como instrumento para expressar as pautas dos militantes da dita esquerda social (esquerda dos movimentos sociais).

As inovações do MST – e a própria percepção de militantes de que este era uma alternativa ao desmanche petista – pareciam destoar de sua história. Como a de outras personagens políticas nascidas na transição da ditadura para a democratização formal, a história dos sem-terra parecia inextricavelmente presa à do PT e à figura de Lula. Essa indissociabilidade levou ao abrandamento ou à domesticação de organizações outrora combativas, assim que o partido da estrela vermelha – que muitos colocamos no peito, sem medo – chegou ao poder.

Foi nesse contexto que, em 2004, apresentei meu projeto de mestrado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP). Minha proposta inicial era analisar a atuação urbana dos sem-terra, que eu considerava um indício importante da ampliação do movimento social, que se dispunha a atuar em uma área que não parecia ser “naturalmente” a sua. Porém, quanto mais eu me aprofundava nesse tema mais eu me interessava em entender não o presente desta e de outras inovações políticas, mas como elas

havam sido construídas dentro do MST, ou seja, como se processava internamente a novidade, a reinvenção. Foi o que me levou a querer narrar a dinâmica histórica da organização dos sem-terra, *a evolução organizacional do MST*. Considerando que a crítica é o instrumento fundamental de intelectuais e ativistas para evitar a disseminação de dogmas, desde o princípio desta pesquisa propus-me a fazer uma análise crítica da atuação do MST – crítica pela esquerda, resalto –, que acabou também sendo uma análise crítica de minha própria militância.

Introdução

O objeto desta dissertação é a evolução organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre o fim da ditadura militar, quando este surge, e 2006. Analisam-se a formação e a composição das instâncias decisórias que definem a estratégia nacional dos sem-terra, especialmente da Direção Nacional, criada em 1988 com o objetivo de manter a unidade do movimento.

Na literatura sobre o MST, há diversos estudos que abordam o tema da organização. Estes podem ser divididos em duas vertentes. A primeira afirma que o movimento dos sem-terra surge com uma vocação para a transformação social e que sua organização se baseia necessariamente no estímulo à participação popular e à distribuição do poder. Nessa perspectiva, o MST representa uma inovação, democratizando o acesso a cargos de direção – não obrigatoriamente masculinos e adultos –, e rompe com o formato tradicional das ações reivindicatórias camponesas, vistas como corporativistas e burocráticas. A inovação, nessa linha de análise, é resultado do processo em que nasce o movimento social, com a inspiração das experiências da educação popular e da Teologia da Libertação. A segunda vertente considera que o MST reproduz formas conservadoras de organização, como o clientelismo e o mandonismo, e que suas instâncias decisórias são controladas por um grupo oligárquico. De acordo com essa interpretação, grupos de classe média, movidos por interesses partidários, determinam a atuação do movimento social, adotando técnicas de sujeição para manter a base camponesa obediente e servil. A dinâmica conservadora da organização do MST faz com que esta se torne progressivamente um obstáculo à realização da reforma agrária, dizem os cientistas sociais dessa vertente. Para eles, o caráter

revolucionário da luta dos sem-terra é ilusório – referências ao socialismo serviriam para disciplinar a base.

Neste trabalho, faz-se uma leitura crítica das duas vertentes, pois se propõem, muitas vezes, mais a endeusar ou demonizar o MST do que a realmente estudá-lo. Descrevem a dinâmica e a evolução organizacionais do movimento dos sem-terra sem sustentação empírica e tiram conclusões gerais para reforçar seus pontos de vista apriorísticos. Com essa literatura em mente, as questões centrais que se pretendeu responder nesta dissertação são: qual o formato de organização adotado pelo MST? Como evoluiu?

Trabalha-se aqui a hipótese, confirmada no decorrer da pesquisa, de que o formato de organização adotado pelo movimento dos sem-terra resulta de uma complexa relação entre os objetivos dos grupos mobilizados, as circunstâncias em que se encontram e a atuação das lideranças. Trata-se de um processo dinâmico que envolve, de modo combinado, adaptações ao cenário político e inovações que modificam o cenário político. Ademais, a capacidade de se reinventar em função das mudanças na conjuntura é vista como fator decisivo para a perenidade do movimento social. Nessa perspectiva, considera-se que a evolução organizacional do MST não segue uma forma linear, mas varia de acordo com uma relação dinâmica entre as pessoas que integram o movimento social, especialmente os líderes, e os estímulos ou as ameaças que lhes chegam do ambiente externo.

Para este trabalho, mobilizou-se principalmente o arcabouço analítico de três teóricos dos movimentos sociais: Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly. Estes fazem uma combinação dinâmica das influências estruturais, políticas (conjunturais) e simbólicas para entender as condições que levam ao surgimento de movimentos sociais. Preocupados em entender a dinâmica dos movimentos sociais, trazem pistas analíticas que contribuem para descrever as relações entre grupos políticos mobilizados e o ambiente externo (Estado,

aliados, adversários, opinião pública). Apesar de influentes na discussão brasileira sobre movimentos sociais, as teorias de Alain Touraine e Alberto Melucci não foram trabalhadas nesta dissertação. Esse recorte se justifica pelas próprias características do objeto da pesquisa: analisa-se aqui a questão política no MST, especificamente a dinâmica organizacional; não se entrou em detalhes no estudo das inovações culturais e identitárias dos sem-terra – o que necessariamente tornariam necessárias referências aos trabalhos de Touraine e Melucci. Ao mesmo tempo, o estudo desses autores levaria a uma discussão sobre se o MST deve ou não ser considerado um “novo movimento social” (na acepção que os dois sociólogos dão à expressão), o que desviaria o enfoque desta pesquisa.

Para entender a dinâmica organizacional do MST, no primeiro capítulo recuperam-se as condições que levaram à formação do movimento dos sem-terra. Para tal, faz-se uma reconstrução das motivações das 110 famílias camponesas que participaram da ocupação das glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS), em 1978, que se tornou ponto de difusão de mobilizações no campo. Conclui-se que a iniciativa não foi uma resposta mecânica e espontânea das famílias à crise pela qual passavam a agricultura e o regime militar, mas o resultado da percepção dos camponeses de que havia surgido uma oportunidade para a mobilização e de que tinham como aproveitá-la. Tal percepção, afirma-se, depende de um elaborado processo de construção de capacidades antes mesmo da ação disruptiva – no caso de Ronda Alta, integrantes de grupos católicos progressistas contribuíram para que as famílias considerassem a mobilização como uma forma justa de expressar seu descontentamento.

A partir daí, sustenta-se no capítulo seguinte, setores da igreja se tornaram vetores de difusão de mobilizações camponesas, como a ocupação na Encruzilhada Natalino, ainda

em Ronda Alta, em 1980. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve um papel decisivo para impedir que a repressão policial, mais dura do que a das glebas Macali e Brilhante, isolasse e desgastasse a ação dos sem-terra. A participação religiosa levou a que essa e outras ocupações do mesmo período adotassem formatos organizacionais muitas vezes calcados nos dos grupos católicos progressistas. Os setores da igreja atuantes nas mobilizações camponesas articularam durante a primeira metade da década de 1980 encontros estaduais, regionais e nacionais com o intuito de criar laços entre as diferentes iniciativas com as quais estavam envolvidos. Dessa simbiose entre grupos católicos e camponeses surge o MST, em 1984, já no fim da ditadura militar. No cenário da redemocratização, modifica-se a relação entre os sem-terra e setores da igreja, pois estes, pouco a pouco, se afastam da coordenação e da organização das mobilizações. A formação do movimento social se dá numa situação que se chama neste trabalho de tumulto organizacional, marcado pela confusão na definição de seus objetivos e pela inconstância de suas instâncias decisórias para reger as mobilizações em âmbito nacional, entre outros elementos. Em 1988 as lideranças do MST modificam sua organização e criam a Direção Nacional (DN), com o objetivo de manter sua unidade e encerrar o período de tumulto.

Considera-se então que o estudo da DN revela a dinâmica organizacional do MST. No terceiro capítulo, apresentam-se sete tabelas que descrevem a composição da instância entre 1988 e 2006. Os dados, inéditos, foram obtidos a partir da sistematização de informações contidas em documentos do movimento dos sem-terra. As tabelas permitem requalificar o debate sobre o MST, rejeitando teorias que se fundamentam em certa inexorabilidade de sua evolução organizacional – ou rumo à democratização ou rumo à oligarquização. Como esperado, a composição da instância passa por oscilações: em alguns períodos, um mesmo grupo de dirigentes concentrou a maioria das cadeiras da DN; em outros,

principalmente nos anos mais recentes, houve renovação das pessoas nos cargos. Especialmente, nota-se que há um processo de abertura da Direção a novas lideranças a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. Analisa-se esse fenômeno como uma resposta do MST ao novo cenário político, que se instaura com a eleição de um presidente com o qual não há tanto enfrentamento quanto o que havia com os anteriores, especialmente Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Conclui-se que as lideranças dos sem-terra promovem um redesenho de sua organização para dar conta dos novos desafios – e também riscos – que surgem com as mudanças políticas que decorrem da chegada de Lula ao poder.

Para entender a dinâmica de uma organização, argumenta-se no quarto capítulo, é fundamental analisar o perfil de suas lideranças, pois estas têm um papel decisivo na condução do movimento social e podem servir de facilitadoras ou entraves a inovações organizacionais. Nessa última parte da dissertação, apresentam-se dados sobre duas características dos dirigentes do MST: a origem social e o sexo. No primeiro caso, as informações foram obtidas a partir de três entrevistas – feitas em dias separados, sem que soubessem os resultados uns dos outros – com lideranças históricas dos sem-terra que definiram a origem social (camponesa ou não-camponesa) de todas as pessoas que ocuparam por pelo menos um ano uma cadeira na DN entre 1988 e 2006. Só foram consideradas as respostas nas quais os três estiveram de acordo – o que ocorreu na maioria dos casos. Descobriu-se, então, que, em toda a sua existência, a Direção foi majoritariamente formada por lideranças com origem no campo. Isso faz com que se rejeite a tese de que grupos de classe média controlam o MST, tese recorrente em parte da literatura sobre os sem-terra. Em relação à questão de gênero, concluiu-se que a DN foi um espaço pouco aberto às mulheres até 2005. Isso fez com que se revelasse um traço conservador nos dirigentes do MST,

acomodados com o desequilíbrio na representação dos sexos. Em 2006, a proporção de dirigentes masculinos e femininos se equilibrou, resultado da pressão feminina para que conseguissem ocupar os cargos de decisão. Tal conquista se dá em um cenário em que as sem-terra assumem cada vez mais um papel fundamental na condução de mobilizações, muitas vezes com alto grau de radicalidade, influenciando as orientações da DN.

O trajeto por esses quatro capítulos revela a complexidade da atuação política do MST. Faz-se uma radiografia, ano a ano, da organização desse movimento, destacando momentos em que teve de se reinventar. Em alguns períodos, a reinvenção foi necessária para a própria continuidade do MST. Essa consideração sobre as inovações organizacionais dos sem-terra tem implicações para todos os estudos sobre a evolução e a perenidade de movimentos sociais; esta última, um dos grandes desafios de ações coletivas reivindicatórias.

Para desenvolver esta pesquisa, enfrentou-se o desafio de encontrar fontes e informações confiáveis sobre o MST. Tomando o cuidado de não priorizar uma ou outra vertente que disputa a hegemonia da análise sobre a luta dos sem-terra, adotou-se a estratégia de costurar as diversas referências que se consultou, destacando contradições, semelhanças e pontos ainda em aberto. Fez-se sempre uma leitura crítica das informações extraídas dessa literatura.

Outra fonte valiosa para dados e informações foi um conjunto de seis entrevistas realizadas entre 2006 e 2007 com lideranças dos sem-terra. Apesar de todas terem sido importantes na verificação de dados, datas e informações sobre o MST, apenas duas foram estudadas a fundo nesta dissertação (anexadas a este trabalho). Em primeiro lugar, uma série de duas entrevistas realizadas com Ademar Bogo, atualmente na Coordenação Nacional (CN) e antigo integrante da DN. Considerado dentro do próprio MST um dos principais ideólogos da organização do movimento social, promovendo discussões sobre a questão em vários

estados, ele é um dos fundadores do movimento e participou ativamente de diversos períodos de reinvenção organizacional, especialmente em 2006. Em suas respostas, mostrou densidade teórica na discussão sobre a questão da organização dos sem-terra e a capacidade de manter um olhar crítico sobre a evolução do MST. Em segundo lugar, uma entrevista concedida por Neuri Rosseto, também da CN e ex-integrante da DN, atualmente na coordenação da Secretaria Nacional do MST. Em sua fala, esse dirigente histórico dos sem-terra faz uma análise detalhada das expectativas organizacionais do movimento social, servindo de parâmetro para verificar se a evolução da composição da DN indicava harmonia ou não em relação ao que ele esperava. Em vários momentos, foram citadas outras entrevistas com dirigentes dos sem-terra, realizadas por outros pesquisadores.

Para construir as tabelas da evolução da DN, foram sistematizadas as listas de presença nas reuniões da instância entre 1988 e 2006. Os dados revelam a composição da Direção após cada eleição, realizada bienalmente, caracterizando assim variações ou permanências nas pessoas que ocupam os cargos. Tomou-se o cuidado de não expor o nome dos dirigentes nacionais do MST, muitos dos quais não sendo porta-vozes conhecidos. Também houve a preocupação de publicar os dados brutos para que sejam usados em outros trabalhos.

1. O surgimento da luta dos sem-terra

Em 4 maio de 1978, cerca de 1.800 famílias de colonos foram expulsas da Reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, legalmente propriedade dos indígenas Kaingang desde 1847. O episódio, aparentemente isolado, se tornou o embrião – e um dos símbolos – de um dos principais movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desde os anos 1940, em acordo com os Kaingang, a permanência de parte dos colonos, que chegaram a ocupar 45% dos 34.908 hectares da reserva, havia sido autorizada, desde que estes pagassem aluguel. Mas, durante a ditadura, centenas de famílias, sem receber permissão e sem pagar aos indígenas, se instalaram na reserva. Pesquisa feita pelo governo em 1976 revela que havia 970 famílias camponesas¹ na área, das quais 288 davam dinheiro aos Kaingang (WRIGHT; WOLFORD, 2003). Dois anos depois, o número de colonos havia quase dobrado.

Os camponeses ganhavam a vida com a extração de madeira. Segundo as jornalistas inglesas Sue Branford e Jan Rocha, que pesquisaram o surgimento do MST, os funcionários locais da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsáveis pela proteção da reserva, não interferiam para impedir essa extração contra a lei, porque “descobriram a possibilidade de ganhar dinheiro fácil com a 'venda de concessões' para exploração de madeira às famílias e, dessa forma, encorajaram as invasões ilegais” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27). Apesar dessa denúncia, um dos entrevistados das jornalistas, Vilmar Martins da Silva, que morava na reserva, diz que a Funai pressionava as famílias para que saíssem da

¹ Nesta pesquisa, definem-se “famílias camponesas” e “camponeses” de modo amplo: são todas as pessoas que, em virtude de suas condições sociais e culturais, trabalham a terra sem ser proprietário dela ou que têm uma parcela muito pequena de terra que não é suficiente para garantir a sobrevivência de sua família. Essa definição, ampla, não difere muito da apresentada pelo MST quando expõe as características dos grupos sociais que estão mobilizados – ou são passíveis de se mobilizar – nas lutas por reforma agrária (STEDILE; GÖRGEN, 2006).

área: “em fins de maio daquele ano [1978], a Funai resolveu agir. Os funcionários voltaram e falaram 'vocês têm que sair em 24 horas'. Aí eles voltaram com os índios, a polícia, e forçaram a gente a sair” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 45).

A falta de precisão sobre a atuação do Estado (ou das ramificações do Estado, se considerarmos que as instituições públicas não têm direção homogênea) no caso desse despejo – Funai e polícia, nos termos do então habitante de Nonoai, atualmente liderança do MST – dificulta uma análise segura da visão que esses camponeses, alguns dos quais participaram da criação do movimento, tinham dos órgãos públicos. Também faltam informações claras sobre a motivação dos indígenas. Na versão de Vilmar, eles parecem apenas acompanhar a iniciativa dos funcionários da Funai. Em seu depoimento, ele não cita o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que, de acordo com as jornalistas inglesas e uma das principais lideranças do MST, João Pedro Stedile, teria influenciado os Kaingang a tomar consciência da importância de lutar por sua terra (FERNANDES; STEDILE, 2001). Estes afirmam que, sem contar com o apoio da Funai, os Kaingang assumiram o despejo dos camponeses, ajudados pelos missionários. “Armados de espingardas, arcos e flechas, atearam fogo às sete escolas construídas para as crianças dos assentados, confiscaram as colheitas e expulsaram as famílias. Muitos dos assentados somente tiveram tempo de apanhar algumas roupas e utensílios, deixando tudo para trás” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27). Uma terceira perspectiva considera que um novo líder Kaingang, chamado Xangrê, teria decidido explorar a madeira da reserva e construir uma serraria, à qual os colonos deveriam obrigatoriamente levar as árvores que extraíssem e daí pagariam uma taxa aos indígenas, o que não teria acontecido, levando ao conflito (WRIGHT; WOLFORD, 2003).

“O povo ficou desesperado”, diz Vilmar (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 45). Muitas das famílias nunca haviam morado em outro lugar, a maioria perdera tudo o que

possuía, destruído ou confiscado por aqueles que haviam realizado a expulsão. Em muitas análises, o desespero e a humilhação dos camponeses são vistos como os principais elementos que levam a sua mobilização e, em seguida, ao surgimento do MST. Neste capítulo, argumenta-se que esses dois elementos não são suficientes para explicar a formação de um movimento social, isto porque não revelam a construção racional da decisão de protestar, decisão esta que se baseia na compreensão das oportunidades que têm e da possibilidade de terem sucesso. Movimentos sociais não apenas brotam, mera reação a uma situação de desespero compartilhada, geralmente explicável por grandes alterações na tectonia social, são construções; além disso, movimentos sociais são uma das formas possíveis para pessoas envolvidas em contenções políticas (*contentious politics*), como diz Sidney Tarrow, agirem. Essa observação nos leva a duas questões fundamentais para entender a relação entre o despejo da Reserva Indígena de Nonoai e o surgimento do MST: o que levou os camponeses a se mobilizar? Por que escolheram se organizar do modo como o fizeram e não de outro?

O povo brasileiro é geralmente visto como passivo e submisso, alheio a ações coletivas reivindicatórias. Por sua própria natureza, ou devido a uma “vocalização metafísica”, analisada e criticada por Lúcio Kowarick (1993), a maioria da população não seria capaz de envolver-se com questões políticas. “Nesse tipo de ideologia, as camadas populares não só seriam desclassificadas para interferir no processo decisório, como também todas as vezes que o fizessem haveria uma degradação da política” (KOWARICK, 1993, p. 26). O camponês, ser passivo, submisso inato, o Jeca Tatu, é a expressão máxima dessa ideologia.

Jecas Tatus não participam de conflitos sociais – aliás, conforme o tipo de ideologia criticado por Kowarick, nem precisam, já que a sociedade brasileira é harmônica por natureza. Conflitos sociais são vistos, então, como momentos excepcionais dentro de uma

ordem de convivência pacífica. “Assim, por exemplo, as greves e contestações que marcaram a Primeira República teriam sido realizadas por elementos estranhos, apoiados em ideologias espúrias e alheias ao corpo social brasileiro, por natureza um corpo social sadio, sem conflitos” (KOWARICK, 1993, p. 27). Na linguagem corrente, na da grande mídia, essa visão perdura quando protestos são vistos como desordem, ou seja, rupturas da ordem natural da sociedade. Essa ideologia prega o conformismo, considerando que as relações sociais não são de dominação, mas um acordo bom para as duas partes. No caso dos pobres, estes seriam incapazes de tomar decisões sozinhos, aceitando assim, passivamente, o mando das elites.

Em suas formas mais apuradas, essa ideologia essencialista – *a essência harmoniosa da sociedade brasileira* – deduz a passividade da população de uma constatação, contestável, de que há poucas ocorrências de lutas sociais na história brasileira. Mesmo aceitando a visão de que o Brasil não tenha sido o palco de muitas ações coletivas reivindicatórias, o que em si resta a ser provado, pode-se argüir que isso aconteceu, não pela falta de vontade da população, mas porque não havia oportunidades para isso ou porque os riscos para aqueles que se envolvessem em protestos desse tipo eram muito altos. Quando há repressão e faltam recursos para organizar uma oposição, situação comum no Brasil, dificilmente pessoas, por mais oprimidas que se sintam, decidem participar de mobilizações sociais. No entanto, várias vezes na história brasileira, revoltas populares ocorreram e, perigosas que eram para a dominação vigente e a reprodução do mito da sociedade harmônica, foram duramente reprimidas pelas elites, simbólica e militarmente. Nas palavras de Bruno Konder Comparato, uma explicação para a repressão a focos de mobilização social: “As classes dominantes [...] nunca se enganaram quanto ao potencial revolucionário dessas ocasionais demonstrações de insatisfação, sempre apontando para o perigo de contaminação dos demais segmentos da sociedade” (COMPARATO, 2000, p. 46). Inclua-se, no rol das

classes dominantes, o Estado que, tomando o exemplo da repressão a Canudos, tem um histórico de repressão violenta das lutas sociais. A sociedade harmônica e seu mito são, então, mantidos a ferro e fogo.

Voltemos ao Rio Grande do Sul. Os camponeses despejados da Reserva Indígena de Nonoai, sem ter onde ficar, alojaram-se onde puderam: casas de amigos, paróquias locais, abrigos nas cidades vizinhas. De acordo com a pesquisa de Branford e Rocha,

Um juiz local, ao encontrar três famílias dentro de um chiqueiro, que fora dividido em cinco barracas, descreveu o que viu a uma comissão da Assembléia Legislativa do Estado: “Um pouco de milho fica guardado na primeira das coqueiras. As famílias, cada qual com cinco ou seis crianças, ocupam as próximas três, e os porcos a última” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27-8).

Setenta e oito famílias estavam alojadas na paróquia de Ronda Alta. Na primeira reunião que teve com os camponeses, o pároco, padre Arnildo Fritzen, leu-lhes um trecho da Bíblia, o Êxodo, narrando a busca dos hebreus por uma terra onde não fossem vítimas de opressão. Em entrevista, Fritzen lembra a reação dos colonos: “Somos nós, à procura da Terra Prometida”. Foi um choque para mim. Fui treinado para acreditar que somente as pessoas cultas entendiam a Palavra de Deus. Foi maravilhoso – a palavra de Deus estava no meio do povo” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 29).

O pároco participava de uma entidade, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi criada em 1975 e renovava o papel e o entendimento da religião, dando-lhe um caráter mais social, que se analisará mais abaixo. Trazia essa preocupação na relação que estabelecia com os colonos despejados. Mais do que isso, identificava-se com eles, não só por serem todos católicos, mas também porque sua história de vida era marcada por um *desespero* parecido com o desses camponeses. O avô do pároco, imigrante alemão, se instalara no Rio Grande do Sul no século XIX e garantira que todos os seus doze filhos tivessem terra para viver e trabalhar. A grilagem e a expulsão de pequenos proprietários por grandes fazendeiros

fizeram com que muitos dos Fritzen tivessem de sair de suas terras. Essa situação, nos termos do próprio pároco, o revoltava (WRIGHT; WOLFORD, 2003). Ele tinha a confiança das famílias que alojava, assim como dos outros camponeses, também expulsos da reserva, que freqüentavam a paróquia.

Ativistas políticos se deslocaram para fazer reuniões com as famílias despejadas. Um deles, economista, então funcionário da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, João Pedro Stedile, que depois participou da fundação do MST e se tornou um de seus principais líderes, era muito atuante. Descendente de imigrantes italianos, camponeses, ele havia estudado em um ginásio católico. Assim como Fritzen, iniciava as conversas que tinha com os colonos por referências religiosas. Sua motivação em relação aos despejados de Nonoai, afirma, era continuar uma experiência da qual participara, quando trabalhara no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves, na década de 1970. Lá, pretendia organizar os camponeses, estimulando-os a denunciar as difíceis condições em que viviam e a exigir melhorias. “O mais importante, porém, era o processo de conscientização dos produtores, que começavam a se dar conta de quanto custava produzir e de onde é que vinha o resultado do trabalho deles”, diz (STEDILE, 1997b, p. 70).

A tal conscientização, de que fala Stedile, não é um fenômeno mecânico. Não é porque alguém em que se confia falou algo que se tem que obedecer. Até mesmo porque a proposta de Fritzen e Stedile – que os colonos se organizassem para exigir terra – envolvia uma série de questões que os camponeses levaram em consideração. Inicialmente, a avaliação dos riscos da mobilização, já que a repressão poderia piorar ainda mais a situação das famílias. Depois, precisavam analisar as possibilidades de sucesso que tinham, considerando os aliados com quem podiam contar e outras experiências com as quais podiam criar vínculos – aliás, não muitas, já que os órgãos de repressão na ditadura haviam perseguido e

desmantelado iniciativas populares que exigiam reforma agrária no Rio Grande do Sul. Por fim, tinham que refutar a ideologia corrente, vista acima, de que se mobilizar era praticar desordem, “moralmente ruim”.

Muitos colonos queriam voltar à Reserva Indígena de Nonoai e enfrentar os Kaingang. Parecia-lhes uma alternativa menos arriscada. Stedile lhes apresentava uma outra solução: “o problema não era retomar a terra dos índios, pois tinham seus direitos e nós também tínhamos direito à terra. Mas não essa terra, porque era deles, historicamente deles, independente do papel que garantia a propriedade”, era preciso conquistar a terra que era concentrada de modo “ilegítimo e ilegal” pelos grandes proprietários (STEDILE, 1997b, p. 71). Para entender a emergência do MST, é preciso analisar os motivos que levaram parte dos colonos a aceitar a proposta, arriscada, de Stedile.

Uma vertente de analistas responde a essa questão sobre os motivos afirmando que os camponeses que aceitaram a proposta de Stedile o fizeram porque assumiram uma necessidade da transformação social, supostamente o único modo de conquistarem terra. A decisão dos colonos subentende então que estes alcançaram uma consciência revolucionária e, principalmente, anticapitalista. Expõe essa visão Maria Orlanda Pinassi:

É óbvio que uma tal forma societária [o capitalismo], fundada necessariamente na desigualdade material – crescente e substantiva –, só pode ser estruturalmente conflitiva. Sua essência contraditória, de tempos em tempos, torna impotentes, inúteis e vãos todos os mecanismos de controle da latente violência que, desde a gênese, emana de sua causalidade mais profunda, ou seja, a *subordinação estrutural do trabalho ao capital* (PINASSI, 2005, p. 112).

Para a autora, inexistentes os “mecanismos de controle da latente violência”, eclodem a consciência e a luta de classes, não mais reprimidas. Ou seja, a revolta dos camponeses, sempre presente, mas abafada, encontraria espaços para irromper. “O MST, tanto quanto inúmeros outros movimentos sociais que eclodem na América Latina, [vem]

cobrar velhas dívidas específicas da constituição do capitalismo neste *cantinho do mundo*, ao mesmo tempo que procuram responder às suas contradições mais contemporâneas”, diz (PINASSI, 2005, p. 111-2). Para Pinassi, a eclosão da luta anticapitalista é *óbvia*, já que *necessariamente* gerada no sistema capitalista. Essa visão aparece no discurso de Fritzen, quando este diz que, no momento da leitura da Bíblia, os camponeses entenderam, quase espontaneamente, que precisavam conquistar a terra, isto é, lutar. O *espontaneísmo* subentende que os colonos fossem portadores de uma bagagem revolucionária, a ser potencializada. E o surgimento do MST seria consequência direta, retomando Pinassi, de uma alteração na “*subordinação estrutural do trabalho ao capital*”, de fatores estruturais.

Essa perspectiva aparece, constantemente, no discurso oficial do MST, que reconhece uma “vocação” dos camponeses para a luta (STEDILE, 1997a, p. 103), mas também de outros analistas, que dizem que o MST é resultado da “própria práxis” dos trabalhadores (FERNANDES, 1997, p. 137). Ademais, as lutas camponesas, como a dos despejados da Reserva Indígena de Nonoai, são vistas como “decorrência das contradições criadas pelo modelo capitalista desenvolvido pelos governos militares” (SILVA, 2004, p. 43) e vêm carregadas de uma “utopia libertadora” (CALDART, 2004, p. 31). Para Roseli Salette Caldart, há um inato revolucionário, a ser potencializado, em “cada sem-terra de hoje [que] carrega em si (ainda que não saiba) a herança rebelde de Sepé Tiaraju, de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas” (CALDART, 2004, p. 108), potencial este que seria desenvolvido por “*atos desencadeadores*”, como a expulsão dos colonos da reserva (CALDART, 2004, p. 109).

Desencadeada a luta, ocorreria uma transformação dos camponeses – o surgimento de *sujeitos sociais*, segundo Caldart –, que desenvolveriam uma nova identidade.

Diz: “A referência a *novos* sujeitos quer afirmar, pois, que não se trata de uma simples recuperação da condição que essas pessoas já tiveram e que provisoriamente perderam pela circunstância de ficarem sem a terra, ou sem trabalho nela. É algo bem mais profundo” (CALDART, 2004, p. 32). Assim, a própria ação coletiva, articulada a iniciativas de educação e conscientização, faria despertar uma mudança na subjetividade dos camponeses, continuamente mantida a partir do investimento da subsequente organização, o MST, em “programas educacionais para formação de líderes, cuidadosas ocupações de terra, coragem de resistir à repressão, estudo do marxismo, respeito aos valores das comunidades rurais, debates abertos, interação com intelectuais leigos e religiosos”, entre outros (PETRAS, 1997, p. 276).

Nesse sentido, a vocação do MST, ou seu sentido óbvio, seria portadora “de uma potencialidade emancipatória universalizante” e, assim, “daria um passo importante para a consolidação do proletariado 'como uma classe que é a dissolução de todas as classes” (PINASSI, 2006, p. 118). Traz, nessa perspectiva, a possibilidade para uma “efetiva transição socialista” (PINASSI, 2006, p. 109), mas de modo alternativo: “O MST é parte da nova vanguarda internacional de esquerda que desafia o neoliberalismo no período pós-comunista. O exemplo da luta do MST e seu crescimento no novo contexto do colapso da velha esquerda é uma inspiração para os oprimidos da América Latina” (PETRAS, 1997, p. 272-3). Para alcançar essa dimensão revolucionária, os camponeses precisariam tomar consciência de que não basta conquistar terra para sua família, mas que a reforma agrária só é possível com a derrocada do capital, consciência que tiveram quando decidiram lutar por reforma agrária (FERNANDES, 2001). Passada essa etapa, os valores revolucionários dos camponeses lhes abririam comunicação com outros setores sociais e grupos de outros países, fazendo com que

a idéia de socialismo deixasse de assustar e passasse a ser compartilhada com esperança (CARVALHO, 2002, p. 259).

Para uma outra frente de analistas, cujos principais expoentes são José de Souza Martins e Zander Navarro, a luta dos camponeses de Ronda Alta é também resultado de fatores estruturais, mas surge mais como reação do que como portadora de uma utopia revolucionária. Martins afirma que os camponeses organizaram-se com base em lealdades tradicionais e, longe de criarem um novo sujeito, reproduziram suas formas antigas de relação social na ação coletiva, especialmente o clientelismo, “uma orientação cultural enraizada em nossa tradição patriarcal” que “se revigora sob formas de dirigismo que aparentem força, poder pessoal, carisma e mesmo legitimação pessoal” (MARTINS, 2000, p. 38). Nessa linha de análise, os camponeses, cujo modo de vida foi abalado por fatores estruturais, dos quais a expulsão da reserva de Nonoai foi apenas o desfecho, ficaram órfãos da relação social à qual estavam habituados e buscaram reavivá-la. Expõe o autor:

A crise da dominação patrimonial não abriu espaço para a ampla modernização social e política do país. Ao contrário, ao lado da óbvia modernização que houve em vários setores, abriu também espaço para que os pobres da terra se apossassem das relações sociais próprias do mundo patrimonial e agrário. Ou seja, as transformações econômicas e políticas criaram um vazio social imenso no campo e também nas periferias urbanas onde se concentraram os desenraizados do mundo rural. Portanto, a transição prevista e as transformações sociais supostamente decorrentes da expansão do capitalismo, na forma em que esta se deu e está dando, nem levaram à modernização plena da sociedade nem levaram ao socialismo, nem mesmo “levaram” ao capitalismo (MARTINS, 2000, p. 16).

O espaço do não-capitalismo e do não-socialismo é o que Martins chama “atraso” (MARTINS, 1994), que se fundamenta nas relações sociais que têm a propriedade da terra como centro do sistema político. Para o sociólogo, essas relações convivem – e são até revigoradas – com o surgimento do Estado moderno e do capitalismo (“a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal [MARTINS, 1994, p. 20]). O sistema político do “atraso”

se baseia em laços de lealdade, os *favores*, que se sobrepõem às leis do Estado, diz Martins. E as lutas camponesas, apesar de serem resultado de uma crise da dominação patrimonial, de acordo com o sociólogo, não são uma ofensiva em relação às relações sociais do *favor*, mas sua reivindicação. Martins nega que os camponeses tivessem consciência de uma eventual opressão a que estivessem submetidos na propriedade em que trabalhavam ou da falta de terra. Assim, na perspectiva da sociologia do “atraso”, a resposta que os camponeses dão a Fritzen quando este lhes lê a Bíblia – de que querem conquistar a terra – não seria possível, de acordo com a cultura política dos colonos.

Aliás, para Martins, a fala até é possível, mas não é genuína. Isto porque o vazio deixado pela crise na dominação patrimonial, o desaparecimento do coronel, é ocupado pelo mandonismo de líderes, interessados com a direção das mobilizações camponesas para seus fins partidários. Nesse sentido, denuncia o sociólogo, há uma distinção hierárquica dentro da organização, entre os que têm a “virtude de pensar” e os que são mandados (MARTINS, 2003). Ele afirma que os líderes, como Fritzen e Stedile, desenvolvem técnicas sociais de sujeição, o “tom do capataz” (MARTINS, 2003, p. 147), fazendo com que os camponeses se tornem obedientes e dóceis. Martins afirma que isso fica ainda mais manifesto na forma de protesto adotada pelo MST, a ocupação: “o acampamento é a experiência concreta do provisório, do nada e da nulificação de todas as heranças que possam ter existido um dia” e é “o momento de vivência de um processo de dessocialização, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteavam lealdades e condutas” (MARTINS, 2003, p. 122).

Desenraizados, os camponeses são guiados e não entendem as diretrizes definidas pelas lideranças, diz Martins. Há descompasso. Em primeiro, de acordo com o sociólogo, das lideranças que enxergam o socialismo nos camponeses que participam de “ações autodefensivas de um radicalismo próprio das estruturas sociais” do patrimonialismo; trata-se

de uma manifestação pré-política, reacionária, diz. Depois, dos ditos sem-terra, afirma Martins, que seguem pautas que lhes são alheias, pelo simples motivo de que estão acostumados a obedecer. Ele fala em “desencontro histórico” (MARTINS, 2000, p. 26), pois as lideranças e os camponeses agem em temporalidades diferentes, o que gera, quando se ligam, um construto anômalo. O desencontro faz com que a possibilidade de emancipação dos camponeses, a partir de uma “*utopia de superação*”, seja abafada e prevaleça a suposição das lideranças, ou agentes de mediação, como as chama Martins, de que a transformação social depende de uma “*ideologia de contestação*” (MARTINS, 2000, p. 28), que seria imposta aos sem-terra de modo autoritário.

A complexa análise teórica de Martins é retomada por Navarro, que descreve a organização dos sem-terra como um aparelho autoritário, baseado em hierarquias militares, desnecessárias, que levam a um progressivo distanciamento entre base e lideranças (NAVARRO, 2002). Assim, diz, apesar de importar um modelo organizacional revolucionário o caráter revolucionário do MST é ilusório. Os ícones do socialismo, freqüentes nas manifestações do movimento, funcionam como elementos ritualísticos, relata Navarro, com o objetivo de garantir a disciplina dos militantes. Diz o sociólogo: a necessidade da revolução não existe no imaginário dos pequenos camponeses, preocupados “em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra em uma sociedade tão espantosamente desigual como a brasileira” (NAVARRO, 1997, p. 119).

Para Navarro, a organização dos sem-terra se transforma, pouco a pouco, em um obstáculo para a realização da reforma agrária, assumindo uma linha de atuação conservadora, que impede a reforma agrária. Isso se manifesta, diz, na medida em que as lideranças impõem à base o tipo de emancipação pela qual deve se mover:

Como a emancipação não é sinônimo de uma ruptura anti-sistêmica e, menos ainda, uma vaga ordem política socialista, mas, em perspectiva restrita, adere-se aqui à idéia da necessidade, relativamente óbvia no caso brasileiro, de dar significado real a tal conceito através da possibilidade da participação e da representação política e, igualmente, à concretização da presença de tais grupos no sistema de disputas políticas que os aceite e integre de forma legítima (NAVARRO, 2002, p. 5).

Martins concorda com a visão de que o MST se tornou um aparelho conservador. Para ele, é preciso ressocializar os camponeses, fazendo-os ingressar no capitalismo. Isso não é fácil, mas disso depende a realização da reforma agrária, que “só é viável e possível na instauração de um modo de vida que é próprio do mundo moderno, bem diverso do mundo em declínio de que, no geral, procede o trabalhador rural carente de terra de trabalho porque carente da oportunidade do trabalho” (MARTINS, 2003, p. 9). Em suma, nessa perspectiva, é preciso que o trabalhador rural se reinvente para conseguir adaptar-se ao mundo moderno.

As duas vertentes de análise – a mobilização em Ronda Alta é revolucionária ou, por outro lado, reacionária – travam uma disputa ideológica para ter a hegemonia da análise sobre o MST. Excluem-se mutuamente: onde uma impera, a outra não entra. Seja nas referências bibliográficas, seja nos próprios departamentos acadêmicos. Rejeitado o esforço do contraditório, cria-se um debate de surdos, como a troca de artigos entre Navarro e Horácio Martins de Carvalho no livro organizado por Boaventura de Sousa Santos (2002). Trata-se de dois monólogos que, quase sem apresentarem dados objetivos e empíricos sobre o movimento, se baseiam em “mitificações” de sua atuação, respondendo mais a fins ideológicos do que à compreensão científica do objeto. Não se trata de dizer que a ciência está acima do bem e do mal, acima do embate político, mas que priorizar o entrave ideológico ofusca a análise objetiva.

O primeiro elemento que desafia as duas vertentes é entender o que levou alguns dos camponeses despejados da Reserva Indígena de Nonoai a participar de ações coletivas

reivindicatórias e outros, não. Estima-se que eram 1.800 famílias, das quais 678 foram assentadas em projetos de colonização em Mato Grosso, organizados pelo governo, muitas abandonaram a vida no campo e foram para as grandes cidades e apenas 110, colocadas em 43 caminhões, participaram das ocupações de 1979, o embrião do MST (FERNANDES, 2000). Os colonos de Nonoai, em virtude da localização da área e da relação com os indígenas, tinham laços fortes, formavam uma comunidade coesa. Mesmo assim, não adotaram a mesma conduta, o que nos leva a rejeitar todo e qualquer discurso sobre uma “essência reacionária” ou uma “vocação revolucionária” dos camponeses. Assumiram interpretações e saídas diversas para a situação em que se encontravam.

Por que as famílias que lutam decidem fazê-lo? A primeira pista de resposta é o ambiente de *incerteza* em que viviam os colonos. O conceito traduz a situação em que certas interpretações da vida em sociedade e tradições que inibem protestos deixam de ser seguidas – começam a haver questionamentos em relação às instituições e às pessoas que as impõem. É um período de confusão, em que o sentido da cultura política e das relações sociais se modifica. As ações coletivas não são uma reação a esses momentos, mas, quando estes surgem, aquelas podem emergir. Exemplo dessa combinação, tornado clássica na literatura sobre movimentos sociais, é a descrição de Frances Fox Piven e Richard A. Cloward (1979) sobre o movimento dos desempregados, que surge na Grande Depressão, nos Estados Unidos. Antes de 1929, os trabalhadores que eram demitidos “sofriam em silêncio”, pois pedir ajuda e não garantir seu sustento eram vistos como uma vergonha. Nesse ambiente, ações coletivas, apesar de os impactos econômicos da crise se alastrarem, eram impossíveis. Pouco a pouco, especialmente em virtude da extensão dos problemas causados pela Depressão e de discursos desastrosos de integrantes do governo, que, inicialmente, negaram a existência da crise e não se mostraram confiáveis, ações reivindicatórias surgiram.

No fim da década de 1970, no Brasil, também havia um ambiente de *incerteza*. A crise do petróleo, de 1973, acentuara as dificuldades da população pobre, escanteada na lógica da modernização conservadora. No campo, o impacto era maior. A concentração fundiária aumentara. Em 1940, 27.812 estabelecimentos, o que correspondia a 1,5% do total, ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, 48% do total de terras. No mesmo ano, os 1,63 milhão de estabelecimentos com menos de 100 hectares, 86% do total de unidades, ocupavam 35,9 milhões de hectares, menos de 19% das terras. Em 1985, 0,9% dos 5,83 milhões de estabelecimentos agrícolas ocupavam 164,7 milhões de hectares, 44% do total, enquanto 90% das unidades, com menos de 100 hectares, ocupavam 79,7 milhões de hectares, 21% do total (OLIVEIRA, 2004)².

Os grandes latifúndios, apoiados pelos governos militares, se voltavam para atender as demandas internacionais, em detrimento dos produtos destinados ao mercado interno. Produziam soja enquanto a população come feijão. Isto porque voltavam a produção ao pagamento da dívida externa: era preciso exportar para pagá-la, sujeitando-se aos preços internacionais, que vinham baixando nas últimas décadas. Assim, “o país [teve] que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Para poder aumentar a produção, [tomava] mais dinheiro emprestado e conseqüentemente [aumentava] a dívida, o que [fez] com que ele [tivesse] que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais [tendiam] também a cair muito mais” (OLIVEIRA, 2004, p. 50). A concentração fundiária e a crise na agricultura

2 Ressalta Ariovaldo Umbelino de Oliveira que há mecanismos legais, desde a experiência democrática de 1946-1964, para conter a concentração fundiária. No entanto, estes são burlados, às vezes com a tutela do poder público. É exemplo a Constituição de 1946, que define em 10 mil hectares a área de terra devoluta máxima a ser vendida a brasileiros. Mas que prevê, com a autorização do Senado Federal, que não poupou energias nesse sentido, a possibilidade de essa área ser maior. No segundo caso, é exemplo a prática da procuração, em que os grandes fazendeiros conseguem um procurador ou se tornam procuradores, para confundir os órgãos públicos e não ter que pagar mais impostos. Para os camponeses insatisfeitos com a estrutura fundiária, a compreensão das observações de Oliveira é clara: o Estado está do lado dos latifundiários, seja por alinhamento claro e nítido, seja por incapacidade (falta de pessoal, sucateamento, submissão às oligarquias) de ser contra (OLIVEIRA, 2004).

forçavam muitos camponeses a abandonar a zona rural, desmanchando famílias e criando insegurança.

Sem saber o que fazer, muitos camponeses apelaram para as autoridades, às vezes em situações de desespero. É o que narra Bernardo Mançano Fernandes:

Era junho de 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem uma forma de organização definida entraram nas Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o Governo do Estado enviou o secretário da agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las “quando fosse feita a reforma agrária”. Com esse ato, os colonos foram convencidos a retornarem para as casas de amigos e familiares, onde estavam abrigados (FERNANDES, 2000, p. 51).

Um mês após a expulsão da Reserva Indígena de Nonoai, os colonos reagiram à situação em que se encontravam. Esse fato, isolado e desorganizado, como relata Fernandes, traz três elementos fundamentais para entender o surgimento do MST. Primeiramente, a memória das mobilizações. As ocupações ocorreram exatamente em áreas reivindicadas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que atuou no Rio Grande do Sul entre 1958 e 1964. Em seu discurso oficial, o MST rejeita ser considerado uma continuidade desse movimento, por considerar que ele não foi autônomo, estando atrelado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Expressa Stedile: “o ressurgimento da luta, ou especificamente do MST no Sul, não tem muito a ver com a memória histórica do Master. Entre outras coisas, porque sua derrota ocorreu em 1962, não em 1964, no início da ditadura” (FERNANDES; STEDILE, 2001, p. 3-4). Faz parte do discurso do MST – e de qualquer movimento – fazer uma leitura da história e procurar referências que lhe pareçam retratar fielmente a experiência que vivem. No entanto, o “importante significado histórico”, lembrado por Fernandes, caracteriza a lembrança dos camponeses de Ronda Alta de que ocupações são uma forma de protesto existente – é notório lembrar que estas não fazem parte do repertório de ações coletivas de

todos os países. Adormecido durante um período, o protesto ressurgiu quando houve a oportunidade e a necessidade para isso. Às vezes, a latência do protesto pode durar séculos – como constata o historiador Eric Hobsbawm, analisando ocupações no Peru (1974).

A segunda pista é a rapidez com que as lutas camponesas se disseminaram, como diz Fernandes: “as ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300”. Para Martins, isso se explica por um certo *ethos* camponês, em que a luta teria um papel decisivo (MARTINS, 1994). Como alternativa a essa interpretação que aponta uma essência guerreira do homem do campo (“o sertanejo é, antes de tudo, um forte”), considera-se aqui que a chegada de mais pessoas à ocupação explica-se pelo fato de ser vista como uma oportunidade e pela existência de uma rede de relações e informações entre os camponeses que fortaleceram a difusão do protesto. Ver-se-á esses dois pontos, em mais detalhes, abaixo.

O trecho supracitado também revela a relação entre os camponeses e as autoridades políticas. O governador enviou um de seus funcionários e prometeu assentar as famílias. Realizou-se um trato, o que as levou a abandonar a ocupação. Não realizada a reforma agrária, as famílias começaram a questionar a autoridade da ordem política com a qual haviam negociado. Para entender a trajetória de desconfiança em relação ao Estado, é fundamental ter informações sobre a atuação dos funcionários da Funai no despejo da reserva dos Kaingang, o que, como foi visto, ainda não foi trabalhado de modo sistemático. Antes de retomarem as ocupações, os camponeses tiveram uma audiência com o governador, em que lhe perguntaram como ele reagiria se fizessem uma ocupação: “o governador apenas sorriu e disse 'eu entraria junto!'” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 30). A declaração, publicada em jornal, acabou tornando-se um documento que os camponeses mostravam a policiais e representantes do governo, quando fizeram a ocupação. O Estado, por meio do governador, numa frase certamente sem pensar, legitimou a ação reivindicatória e, ao mesmo tempo,

impediu que os camponeses se sentissem “ameaçados” pelas autoridades. Desfez-se a perspectiva de que deveriam seguir as leis, pois ocupações são geralmente vistas como ilegais pelos governos, e que deveriam submeter-se às normas sociais, pois ocupações são geralmente vistas como fora da norma ou até “ímorais”, pois são entendidas como um atentado à propriedade privada.

A brecha, que deslegitimava o governo, foi se expandindo. A partir daí, do mesmo modo que aconteceu na Europa Oriental, na descrição de Anthony Oberschall (1996), ocorreu um fenômeno de expansão da perda de autoridade: meios de comunicação e personalidades públicas começaram a criticar o governo e a falar de modo positivo sobre as mobilizações, a polícia não conseguiu reprimir tanto quanto o fazia antes, a corrupção foi exposta... “Ocorre um crescendo de críticas e oposição, que se expande para todas as instituições” (Anthony Oberschall, 1996, p. 101). No caso brasileiro, ocorria um fenômeno similar, tanto no nível estadual quanto no federal.

Durante o regime militar, os camponeses, no geral, apoiaram a ditadura – foram seu eleitorado mais fiel em todos os pleitos. Em virtude do voto de cabresto em parte, mas também como reconhecimento a avanços sociais para os trabalhadores rurais, especialmente o Fundo de Assistência Rural (Funrural), de 1971, que garantia o direito a aposentadorias e pensões, sem onerar os camponeses, já que os recursos vinham de impostos pagos por consumidores de produtos rurais e de um imposto sobre as folhas de pagamento de empresas urbanas. Contrariamente a outros setores, os militares investiram na criação e no funcionamento dos sindicatos rurais, considerando que seriam uma forma de manter o controle sobre os camponeses – em 1979, o número de trabalhadores sindicalizados no campo e na cidade era praticamente igual (cinco milhões de pessoas), apesar de a participação do setor primário ter diminuído consideravelmente, passando de 54% do total, em 1960, para

30%, em 1980 (CARVALHO, 2004). A partir da metade da década de 1970, os camponeses sentiram de modo violento os impactos sociais e econômicos do fim do “milagre”, com o aumento do êxodo rural, a falta de perspectiva de reforma agrária, o desmantelamento das comunidades e das famílias. Muitos não aceitaram a resposta do governo, o traslado de famílias para projetos de colonização. Havia insatisfação e, como se disse, desespero.

O aparente divórcio entre camponeses e regime militar se deu em um contexto singular do regime militar: a progressiva abertura, promovida por Ernesto Geisel, a partir de 1974. Quatro anos depois, o governo revogou o AI-5 e permitiu a volta dos primeiros exilados políticos. Nos anos seguintes, apesar de reações da linha-dura dos militares, a abertura se manteve, sob o governo de João Batista Figueiredo. Nos dois últimos mandatos militares, também houve mudanças nas instituições de repressão, que haviam gozado de muita independência nos primeiros governos e que progressivamente tiveram que se submeter às ordens do Executivo e foram desmontadas. Além disso, a oposição conseguia ocupar, cada vez mais, cargos importantes no Legislativo e, pouco a pouco, também nos governos estaduais. A elite política estava fragmentada.

A disputa nos altos escalões do governo e a abertura deram oportunidades a diversos grupos de se mobilizarem, e estes as aproveitaram. Sindicatos, outrora desmobilizados, organizaram greves. Surgiram movimentos de sem-teto, favelados, desempregados... Essas novas ações coletivas se davam à margem dos partidos já constituídos, trazendo à cena novas lideranças, que desafiavam os modos como se dava a competição política, mostrando alternativas e, por fim, contribuindo para o fim da ditadura. Na redemocratização, muitas das lideranças desses movimentos viriam a assumir cargos no governo.

Define-se *oportunidade* como uma vulnerabilidade na ordem política em que pessoas ou grupos, outrora desmobilizados e sem impacto na agenda do governo, irrompem e assumem importância no cenário político. As causas podem ser externas – como a propaganda soviética, denunciando para os estadunidenses o racismo de seu governo, o que fez com que a elite política dos EUA se dividisse, fator que contribuiu para a emergência do movimento dos Direitos Civis, no segundo pós-guerra (MCADAM, 1996) – ou internas – como o suicídio de Getúlio Vargas, que gerou uma crise na ordem política e foi o estopim para uma mobilização contra grupos antivarguistas. Essa definição se baseia na idéia de que, em toda e qualquer sociedade, há descontentamentos – contra uma política do governo, pela ratificação de um tratado, pela defesa das baleias no Oceano Pacífico –, que têm o potencial, em certas circunstâncias, de se tornarem protestos. Outra premissa é a de que, em toda sociedade, há competição pelo controle dos rumos políticos: às vezes, dentro das instituições; às vezes, por pessoas ou grupos que não estão nas instituições contra aqueles que estão.

O formato das ações coletivas se modifica, a partir das características da oportunidade que se abre, das pessoas mobilizadas, das identidades que formam e do repertório de que dispõem. É o que mostra Sidney Tarrow:

Ações coletivas podem assumir diversas formas – breves ou contínuas, institucionalizadas ou disruptivas, monótonas ou dramáticas. A maioria ocorre dentro das instituições, a partir de grupos agindo na defesa de objetivos que interessam pouco. A ação coletiva se torna contenciosa quando é usada por pessoas a quem faltava acesso regular a instituições, que agem em defesa de exigências novas ou não ratificadas e que se comportam de tal modo que desafiam outros atores e autoridades (TARROW, 1994, p. 3).

Às vezes, sem depender apenas da vontade das lideranças de uma ação coletiva, esta pode tornar-se um *lobby* enquanto, no ideário das pessoas que lhe deram um pontapé inicial, era para ser um movimento social. O formato depende de uma rede de interações entre as autoridades, que reagem ao surgimento de grupos que as contestam, e os desafiadores [*challengers*]. Movimentos sociais, que são nosso interesse no caso, têm como característica a

contenção, geralmente o único recurso que têm contra adversários poderosos, como o governo. Como resultado de circunstâncias específicas, os movimentos sociais são uma forma recente de ação coletiva, criada na segunda metade do século XVIII (TARROW, 1994; TILLY, 2004). O que diferencia o movimento social de outras formas de contenção política, como *jacqueries*? Charles Tilly e Tarrow destacam que o contexto em que emergem – a construção do Estado moderno e o despertar do capitalismo – lhes dão as características conjuntas. Cada um deles apresenta definições parecidas para essa ação coletiva:

[Movimentos sociais] se definem como enfrentamentos coletivos [*collective challenges*], baseados em objetivos comuns e solidariedades sociais, em interações contínuas com elites, oponentes e autoridades. (TARROW, 1994, p. 4)

Como se desenvolveu no Ocidente depois de 1750, o movimento social emergiu como a síntese inovadora e lógica de três elementos:

1. um contínuo e organizado esforço da população para fazer exigências coletivas em autoridades definidas (pode-se chamá-lo de *campanha* [*campaign*]);
2. o emprego de combinações das seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões com objetivos claros, encontros públicos, romarias, vigílias, marchas, manifestações, abaixo-assinados, declarações à imprensa e distribuição de panfletos (chamemo-as de *repertório do movimento social*); e
3. representações públicas e conjuntas de Munc [*WUNC*], por parte dos integrantes: mérito, unidade, números e compromisso [*worthiness, unity, numbers and commitment*] por parte deles ou de apoiadores (chamemo-as de *exibições de Munc* [*WUNC displays*]). (TILLY, 2004, p. 3-4)

A definição é mínima – e por isso, pode ser contestada com a indicação de ações coletivas que têm as propriedades de movimentos sociais, mas não o são –, mas tem duas vantagens fundamentais em relação a outras da literatura. Não estabelece uma causa universal para o surgimento de movimentos sociais: a oportunidade é um conceito amplo, o que lhe tira uma visão determinística dos protestos, e esse tipo de ação coletiva é uma forma, entre outras, que não vem carregada de valores, nem potencial revolucionário, nem reacionário. Pode tender para os dois lados – ou, como ocorre em casos excepcionais, transformar toda a escala do que consideramos conservador ou progressista. O movimento social é uma forma de

peças, sem acesso a representação institucional, atuarem no cenário político – pode ou não levar ao surgimento de grupos que contestem a ordem política e queiram assumir o poder, eventualmente ocasionando um processo revolucionário. O sentido dessa ação coletiva é definido pela relação entre as pessoas que a compõem, unidas a partir dos objetivos comuns e das solidariedades sociais, na visão de Tarrow, ou por Munc, na de Tilly.

A segunda vantagem é que permite distinguir as particularidades de cada movimento que irrompe num mesmo momento de vulnerabilidade política. Isso é fundamental no caso da redemocratização brasileira, que pode ser descrita mais como um *pipocar* de ações coletivas do que como uma contenção política hegemonizada por um grupo. A possibilidade de aproveitar uma oportunidade política – a divisão da elite política, por exemplo – depende da estrutura e da força de pessoas dispostas a fazê-lo, pois envolve custos e riscos. Mas salienta Tarrow:

Ao desafiar elites e autoridades, os *pioneiros* [*early risers*] revelam a vulnerabilidade de seus oponentes e os colocam sob ataque de atores mais fracos. Mas, pelo outro lado da moeda, estes colapsam de modo mais rápido, quando as oportunidades desaparecem, pois lhes falta recurso internos para manter a contenção (TARROW, 1994, p. 77).

Além de explicitar porque o *pipocar* contencioso é possível, na medida em que grupos fracos, que dificilmente conseguiriam mobilizar-se sós, tomam carona na onda de contenção promovida por grupos com mais recursos, Tarrow destaca um elemento central para entender as oportunidades políticas: estas variam. Quando surge, o novo grupo político faz com que seus oponentes reajam, modificando o contexto político. A reação pode ir da repressão à cooptação. A relação que se trava entre as ações reivindicatórias e os defensores da ordem política é dinâmica e criativa: movimentos geralmente surgem como inovações (por isso, a recorrência do adjetivo “novo” a esse tipo de forma social, em diversos períodos), até mesmo porque questionam o estabelecido, o velho, e, para contê-las, as autoridades precisam adaptar seus métodos às novas circunstâncias, ou seja, também inovar. Até mesmo porque não

há uma fórmula exata para conter mobilizações: a repressão pode levar à generalização do descontentamento, a cooptação pode levar a novas disputas pelo poder. Para dar conta do dinamismo das interações entre ações coletivas e autoridades, fala-se em *sistema* de oportunidades políticas.

A definição que apresentamos de oportunidade política – síntese de boa parte da literatura estadunidense sobre contenções políticas – tem duas grandes desvantagens. Uma delas é identificada por Doug McAdam (1996): o termo, vago, se torna uma espécie de *pass-partout* das explicações sociológicas. Em muitos textos, incluindo no Brasil, o termo é usado para designar qualquer tipo de circunstância que facilite a mobilização. A definição, sem parâmetros, pode levar a uma absoluta relativização do surgimento de um movimento social, o que enfraquece o potencial teórico da análise, ou uma generalização indevida, em que protestos são simplesmente deduzidos de fatores estruturais. A primeira situação leva a uma incompreensão dos impactos do contexto político no surgimento de movimentos sociais – contexto este que tem impacto, querendo ou não o grupo mobilizado. A segunda não explica porque, em momentos em que há mudanças políticas que poderiam favorecer a emergência de novos grupos políticos, estes não surgem.

Para entender e reconhecer uma oportunidade política, é preciso reconhecer dimensões que a definem. McAdam faz um levantamento das concepções de textos que quatro autores (Charles Brockett, Hanspeter Kriesi, Dieter Rucht e Tarrow) escreveram na década de 1990, salientando os elementos que têm em comum. Em síntese, apresenta quatro dimensões: 1) o grau de abertura ou restrição do sistema político institucional, 2) a estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos e alianças entre elites que tradicionalmente controlam a ordem política, 3) a presença ou ausência de aliados, e 4) a capacidade e a propensão do Estado para reprimir (MCADAM, 1996, p. 27). A definição das dimensões

facilita trabalhos comparativos, pois, de acordo com a análise dos parâmetros, em locais e/ou momentos diferentes, se pode entender as razões da emergência de movimentos sociais, além da forma que assumem (exemplo: mais ou menos transgressivos), quando o fazem (se são *early risers* ou caronistas) e os resultados da mobilização.

A proposta de McAdam restringe o escopo do que se define como oportunidade, mas isso não basta. Não é só porque todas as dimensões para o surgimento de movimentos sociais são positivas que estes surgem, mesmo que avaliar o sistema de oportunidades seja um exercício fundamental dos cientistas sociais e das lideranças. A vulnerabilidade da ordem política só se torna oportunidade se: 1) há grupos que a percebem como tal, e não como, por exemplo, uma punição dos deuses; e 2) os grupos têm capacidade para aproveitá-la. Tais elementos não dependem da vontade de alguma vanguarda esclarecida, mas da construção do que se chama aqui de *pré-oportunidades*, ou seja, dos meios necessários para aproveitar a vulnerabilidade, mesmo que momentânea, do oponente e transformá-la em oportunidade. McAdam, Tarrow e Tilly apresentaram, em *Dynamics of Contention* (2001), uma proposta nessa linha, com o objetivo de reduzir o caráter estático da agenda clássica de estudos sobre movimentos sociais. Escrevem:

Mais do que olhar “oportunidades e ameaças” como fatores estruturais objetivos, vemo-os como sujeitos a atribuição. Nenhuma oportunidade, mesmo as mais claras e abertas, levam a mobilizações a não ser que a) esteja visível para possíveis reivindicadores e b) é percebida como uma oportunidade. [...] A atribuição de oportunidade ou ameaça é um mecanismo de ativação [*activating mechanism*] responsável, em parte, pela mobilização de pessoas anteriormente inertes (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 43).

O refinamento conceitual sobre o sistema de oportunidade continua em *Contentious Politics*, em que Tilly e Tarrow (2007) propõem instrumentos, que chamam *mecanismos* e *processos*, para formar contenções políticas. A perspectiva, novamente dinâmica e relacional, expõe a interação entre os grupos que desafiam a ordem política e os

que a defendem. Nesse aspecto, completando o levantamento de dimensões de McAdam, apresentam duas novas: a multiplicidade de centros de poder independentes dentro de um regime e variações decisivas nas cinco dimensões anteriores. A primeira corresponde ao entendimento do tipo de interação que os grupos que desafiam e os que se defendem mantêm. Nessa perspectiva, a própria noção de oportunidade se transforma, não sendo simplesmente uma, mas um complexo emaranhado de trocas simbólicas e negociações. É o que colocam:

Mudanças rápidas nas oportunidades e ameaças geralmente levam os detentores do poder a adotar repertórios rígidos e desafiadores [*challengers*] a adotar repertórios mais flexíveis. Detentores do poder se apegam a performances conhecidas, incluindo repressão dos oponentes. Enquanto isso, desafiadores procuram novas formas de enfrentar autoridades e adversários. Rivalidades entre detentores de poder, muitas vezes, levam alguns a formar alianças com os desafiadores, o que limita o movimento dos detentores do poder para a rigidez e leva desafiadores para a flexibilidade. Como alguns repertórios ligam desafiadores e detentores de poder, rapidamente mudanças nas ameaças e oportunidades introduzem mais incertezas na relação entre os reivindicadores e o objeto de suas reivindicações. Programas, identidades e posições políticas mudam rapidamente (TILLY; TARROW, 2007, p. 58).

A preocupação *dinâmica* dessa atualização da análise sobre oportunidades políticas transforma a teoria. Mas tem dois problemas. Primeiramente, a falta de clareza sobre o que é a atribuição de ameaças e oportunidades faz com que a idéia se torne um novo *pass-partout* para análises de contenções políticas. Nessa nova perspectiva, não é o elemento estrutural (a oportunidade, resultado da síntese de diversas dimensões) que define a ação, mas o significado que as pessoas dão a essa síntese. Mas daí volta-se ao relativismo absoluto: quem define? Com quais parâmetros? Com base em quais elementos? Em segundo, no excerto supracitado de *Contentious Politics* os autores consideram que, resultado da interação dos grupos políticos, ocorrem mudanças entre o que os reivindicadores querem e como agem. A evolução das relações entre os desafiadores e os detentores de poder leva a inovações, que têm impacto nos “programas, identidades e posições políticas”, mas os grupos políticos são mais ou menos receptivos a esse tipo de transformação. Quando entram na contenção política,

os grupos têm capacidades de Munc e de relações antes da mobilização. A partir do momento em que se vê o sistema de oportunidades como algo dinâmico, esse elemento se torna central e não pode ser visto apenas como a dimensão dos múltiplos centros de poder dentro de um regime, mas da *bagagem* política (esta pode ser distante, como a memória das ocupações para os camponeses peruanos, ou mais recente, como a articulação de pessoas em cursos ou discussões, em períodos de latência de mobilizações sociais), que os grupos trazem para a contenção.

Para dar conta desses dois problemas, avança-se a noção de *pré-oportunidade*. Esta traduz os princípios da formação dos grupos, aquilo que carregam antes mesmo de se constituírem como coletivos. É olhar o grupo político não como um dado concreto – resultado da oportunidade, transformado pelo sistema de oportunidades –, mas como um elemento em construção, antes mesmo da vulnerabilidade política surgir. Por que, em dada sociedade, trabalhadores de tal ramo da indústria são mais propensos a se mobilizar do que outros, quando os dois sofrem o mesmo tipo de exploração? Uma das pistas para essa resposta é: eles atingiram um grau de formação que lhes coloca a contenção social como uma alternativa concreta e plausível para manifestarem seu descontentamento e buscar atingir seus objetivos.

O conceito tem uma particularidade, quando se debruça para analisá-lo: ele tem que ser visto de modo retroativo. Não se pode prever que mobilizações vão ocorrer, com base na análise de *pré-oportunidades*. Isso é pedir para ir de encontro ao erro. Mas, quando a oportunidade de mobilizações surge e estas ocorrem, é porque as *pré-oportunidades* atingiram um grau elevado. A apresentação desse conceito serve também para rejeitar as teorias que supõem um inato revolucionário em setores da sociedade, como os camponeses que levariam na essência a luta. A propensão ao enfrentamento, que pode existir, é resultado da construção, mesmo invisível, das condições que levam à formação de grupos reivindicadores.

Apresentar um conceito sem defini-lo é incorrer no mesmo problema do conceito *passe-partout* das outras teorias. Assim, como definição mínima, *pré-oportunidades* são as capacidades que grupos sociais constroem, que lhes permitem ter as condições de aproveitar uma oportunidade política quando esta surge. Por que usar o termo *capacidades* e não *recursos*, que já faz parte do léxico corrente da literatura sobre ações coletivas? Em virtude do sentido duplo da palavra: a *capacidade* de um objeto de conter uma certa quantidade de substância e a *capacidade* de entender algo. Trata-se, portanto, de uma dimensão quantitativa e qualitativa, objetiva e humana.

As *pré-oportunidades* definem o modo de atuação das ações coletivas – e não só o momento em que emergem, como sugere Tarrow (1994), falando de estruturas prévias à mobilização. Quanto mais capacidades os grupos sociais que se mobilizam tiverem construído, mais terão chances de enfrentar seus adversários, geralmente poderosos, como o Estado. Mas, voltando ao trecho citado de Tilly e Tarrow, as capacidades também definem o modo como os novos grupos políticos vão manter as relações e as interações com seus adversários, servindo de explicação para variações ou permanências em programas, identidades e posições políticas, no decorrer do jogo de interação política.

Pré-oportunidades carregam as duas dimensões do termo *capacidade*. A primeira delas, de conteúdo. O conceito dá conta do nível de desenvolvimento das articulações dentro do grupo social que chega a se organizar como ação coletiva reivindicatória, seu poder interno – a rede com a qual vai se identificar e enfrentar os adversários. Tal rede é também um indício de aliados nos momentos de contenção política. A segunda é a *capacidade* de entender algo, ou seja, a percepção dos fatos, que depende de uma ressignificação do todo social. No momento do enfrentamento, quando emerge a ação coletiva, essa ressignificação – nova

interpretação das relações sociais – busca ser reconhecida como legítima por aqueles com os quais os grupos sociais mobilizados entram em contato, aliados e adversários.

Aceitar a noção de *pré-oportunidades* leva a entender as etapas anteriores ao surgimento de ações coletivas, como movimentos sociais. Isso faz com que se rejeite a idéia de que movimentos sociais são reações a fatores estruturais – são o resultado de um baixo ou alto nível de capacidades para a mobilização, fazendo com que sejam desorganizados ou organizados, efêmeros ou duradouros. Ou seja, as *pré-oportunidades* definem a história e os rumos de novos grupos políticos e, por isso, é tão importante entender a gestação destes.

Voltemos a Ronda Alta. Poder-se-ia dizer que os camponeses decidiram lutar porque havia uma oportunidade. Mas isso não basta, como se viu. Era preciso que percebessem a oportunidade e a entendessem como tal. E, para formar um movimento social organizado e duradouro, era preciso que já tivessem articulado capacidades para aproveitar a vulnerabilidade política que se abria.

Em todas as análises sobre a emergência do MST, a atuação de grupos católicos progressistas, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), é reconhecida como um elemento fundamental para a mobilização dos camponeses. Em algumas leituras, porque teria funcionado como um grupo de apoio – um instrumento de legitimação das lutas –; em outras, porque teria tido um papel de articulação dos diferentes focos de mobilização. Essas duas perspectivas, que não estão erradas, são incompletas. O papel da CPT, mas também de outras organizações católicas, não começa apenas depois das primeiras mobilizações camponesas, mas está na origem destas. É o que destaca o sociólogo Michael Löwy (2001), quando diz que as raízes do MST se encontram na cultura sócio-religiosa do cristianismo progressista.

Segundo Löwy, há, numa perspectiva de sociologia da religião, uma profunda aversão da ética católica ao espírito frio e impessoal do capitalismo. Este leva à desintegração de laços familiares e vínculos de solidariedade dentro de comunidades, denuncia o discurso católico. Mas, tradicionalmente conservadora, a igreja se via dividida no modo como lidava com a crítica aos impactos do capitalismo, durante a ditadura. Na interpretação de vários núcleos católicos progressistas, inspirados na doutrina social definida pelo papado a partir do Concílio Vaticano II, em 1965, que prega a opção preferencial pelos pobres, o capitalismo brasileiro é inviável. Assim, a “tradicional aversão” dos católicos em relação ao capitalismo assumia um novo formato: “o protesto moral contra o capitalismo é substituído por uma análise social moderna, de inspiração marxista (teoria da dependência) e os pobres não são mais percebidos como vítimas e necessitados de compaixão e caridade, mas como sujeitos de sua própria história, atores de sua libertação” (LÖWY, 2001, p. 2-3). Fazia-se um casamento inesperado entre o catolicismo, que havia sido tradicionalmente anticomunista, e o marxismo, que se fundamentara, em sua origem, em uma crítica ferrenha às religiões, com desdobramentos e impactos em toda a América Latina (FREI BETTO, 1986; DUSSEL, 1990).

Nas áreas rurais, a manifestação da doutrina social da igreja se deu na criação da CPT, em 1975, reunindo padres e bispos, teólogos, especialistas em questão agrária e trabalhadores rurais. Inicialmente na Amazônia e no Nordeste, a influência da entidade se disseminou rapidamente por todo o país, denunciando violências contra camponeses e assessorando camponeses. A linha de atuação da CPT

se expressa na utopia sócio-religiosa do “Reino de Deus”, visto não como uma qualidade transcendental projetada em outro mundo, mas como uma nova sociedade na própria Terra, baseada no amor, justiça e liberdade. Em oposição às crenças milenaristas tradicionais, esse “Reino” não é concebido como iminente, mas como o resultado de uma longa caminhada em direção à Terra Prometida, seguindo o modelo bíblico do Êxodo. As lutas sociais são teologicamente interpretadas como etapas que prefiguram e anunciam o

“Reino”. Uma leitura da Bíblia inovadora e carregada de um sentido social da história é um dos elementos decisivos na formação dessa fé milenarista *sui generis* e sua transmissão para os trabalhadores (LÖWY, 2001, p. 3).

Esse pensamento descrito por Löwy aparece na fala de Fritzen, quando narra a leitura que ele faz da Bíblia e a resposta que os camponeses que o ouvem lhe dão – de que é preciso lutar. Mais do que a irrupção espontânea dos camponeses, como se descobrissem, naquele momento, que precisavam lutar, a sintonia entre o pároco de Ronda Alta e seus ouvintes expressa uma experiência anterior de ressignificação da vida social. A idéia da “luta”, presente em vários momentos da história brasileira, vinha sendo *construída* (apresentada, debatida, aceita como moralmente correta) na comunidade camponesa formada na reserva dos Kaingang. Essa construção – potencializada pelos laços católicos dos colonos de Nonoai – se deu antes do despejo, mas lhes serviu como *pré-oportunidade* para considerar o enfrentamento com adversários poderosos (grandes proprietários e Estado) como uma ação justa. No léxico dos camponeses, quando Stedile lhes fala na necessidade de *lutar*, o termo faz sentido, porque seu significado foi construído pelas experiências da comunidade – pelo menos, daqueles que concordavam com a perspectiva da doutrina social da igreja.

Estabeleceu-se uma dinâmica entre setores da igreja e camponeses. Estes, marcados por um déficit organizacional, ocuparam os espaços daqueles – é o fenômeno que McAdam, Tilly e Tarrow (2001) identificam como apropriação social [*social appropriation*], mecanismo pelo qual grupos sociais utilizam uma estrutura, não política, já existente para protestar. Mas o conceito esconde especificidades na relação: não foram os camponeses apenas que tomaram o espaço da estrutura eclesial disponível, houve uma abertura desta, que se formava como um grupo político reivindicatório. A questão camponesa foi uma das frentes de atuação dos católicos, cada vez mais descontentes com os rumos da política, durante a ditadura. Nasceram então dois grupos políticos ao mesmo tempo, mesmo que, em sua gênese,

não seja possível dissociá-los. A igreja, instituição importante, com ramificações e aceitação nacional, também serviu como legitimador da incipiente mobilização camponesa. Ademais, a rede católica estabeleceu conexões entre focos de ações reivindicatórias camponesas, que poderiam ter ficado desconectadas sem o mediador.

A igreja progressista teve então um papel fundamental na formação do MST – podendo ser vista como o epicentro de sua emergência, refutando a tese de que os impactos da modernização conservadora o tenham sido, como propõe Silva (2004). Mas, a despeito do discurso oficial sobre a necessidade de humanizar o capitalismo, houve *manipulação* dos camponeses para os fins políticos das lideranças católicas? Para a vertente dos apoiadores do MST, não; para os que o criticam, sim. Para os primeiros, houve diálogo e solidariedade; para os segundos, imposição de uma luta alienígena (fora dos padrões compreensíveis dos camponeses). Uma resposta definitiva a essa questão só pode ser estabelecida a partir de um estudo minucioso da motivação dos primeiros camponeses organizados de Ronda Alta. Mas se pode propor que o que leva pessoas a se mobilizar é mais do que a ordem de supostos líderes, mesmo influentes, e até mais do que a própria consciência de lutar. Mesmo que os católicos conseguissem aparecer como mais fortes, impondo uma pauta no cenário político, por meio da visibilidade conquistada pelas ações camponesas, os colonos se *apropriaram* da estrutura da igreja para agir, baixando os custos da organização da reivindicação e recebendo uma solidariedade imediata a sua luta pela rede cristã de aliados.

Essa troca não é consciente. Nem o é a decisão de lutar. É o que revela Vilmar, quando indagado por Branford e Rocha sobre o que o levou a participar da ação coletiva de Ronda Alta:

Naquela época, eu não entendia nada de política, não estava consciente. Agora eu vejo que me envolvi na luta mais porque era legal, era divertido. Sempre fui um pouco rebelde. Gostava de fazer coisas arriscadas (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 46).

Não se pode perder de vista a riqueza de sua resposta, por mais que pareça *inconsciente*, numa primeira leitura. Vilmar vai para a ocupação porque achava *legal* e *divertido*, mas por que se sente realizado na ação? Por que não fez, certamente como outros, a opção pela aventura de ir para a cidade, que ele não conhecia? A rebeldia, de que se diz portador, manifesta-se em sua opção, pois esta já ganhou um novo significado. Há diversão na ocupação, como há em outros locais, mas ele escolhe a da ocupação, pois esta o preenche. E protestos se fazem desse modo, como é o caso célebre de Rosa Parks, senhora afro-estadunidense que se recusa a sair da área reservada para os brancos dentro de um ônibus, em Montgomery, Estados Unidos, durante o período de segregação racial institucionalizada. Sua decisão, que ela traduz como um cansaço do preconceito, manifesta toda uma rede de significados, na qual ela se incluía, a dos pastores afro-estadunidenses descendentes, que dão um novo sentido a seu cotidiano, ao que ela suporta e ao que é insuportável. E a decisão, estopim, gera uma das principais mobilizações anti-segregacionistas do país, com boicotes dos afro-americanos a ônibus, marchas etc. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Stedile e outras lideranças das ações camponesas no período de formação do MST só eram reconhecidas como tal por terem vínculos com a rede dos católicos. Stedile participava da CPT e havia sido estudante em uma escola religiosa. Isso diferencia o movimento que surgia em Ronda Alta de várias outras experiências, capitaneadas por um grupo político, geralmente algum partido, em que as referências ao catolicismo serviam para criar uma aproximação entre lideranças e base. Antes do golpe militar, as mobilizações camponesas eram todas dirigidas por uma agremiação. É o caso do Master e da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), respectivamente ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Leonel Brizola, e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com presença em diversos estados, especialmente do Sudeste. Essas experiências, apesar de

terem um impacto marcante nas áreas onde ocorreram, como se viu quando se abordou a memória da luta, acabaram colocando a mobilização camponesa a serviço de interesses alheios, como a necessidade das mobilizações serem encabeçadas pelo proletariado urbano, que os camponeses deveriam apenas seguir, ou como a utilização das mobilizações camponesas para interesses de algumas lideranças, desestabilizando a ordem política, mas sem apresentar propostas concretas para a população que participava da ação reivindicatória.

Das experiências passadas, a que mais é citada pelos integrantes do MST é a das Ligas Camponesas do Brasil (LCB), que Stedile entende como um antecessor do tipo de ação do movimento. Por que diz isso? Porque os objetivos dessa organização, formada no início de 1945, no fim do Estado Novo, mas que ganhou força a partir de 1954, quando foreiros (camponeses que pagam aluguel para trabalhar em parte da propriedade de um fazendeiro) de Pernambuco se organizaram contra o aumento do aluguel e a expropriação das áreas onde trabalhavam, eram mais amplos do que os do Master e da Ultab, como revela a “Carta de alforria do camponês”, escrita em 1961 por Francisco Julião, uma das lideranças das Ligas, em que apontou para os trabalhadores rurais o caminho da liberdade:

Digo-te que a viagem é penosa e cheia de ciladas, mas a tua vitória é tão certa como o nascer do sol todas as manhãs. O latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo. Com a astúcia ele te engana. A violência é o capanga. É a polícia. É a ameaça de te jogar fora da terra. De te pôr a casa abaixo. De te arrancar a lavoura. De te matar de fome. De te chamar de comunista, e de dizer que Deus te castiga. Como se pudesse haver maior castigo do que esse em que tu vives. Acorrentado ao latifúndio. Em nome de uma liberdade que não é a tua liberdade. E de um Deus que não é o teu Deus (JULIÃO, 2002, p. 164).

O texto revela a preocupação de Julião em falar de modo simples, citando referências claras para os camponeses. Assume também um léxico místico, presente nos termos “viagem” e “castigo”, presente no ideário sócio-religioso na formação do MST. As frases são curtas, como se falasse, mais do que escrevesse. A forma se diferencia dos

panfletos comumente distribuídos aos camponeses, cheios de jargões. Dentre as referências mais importantes, que criam vínculos com o imaginário camponês, estão a religião, as relações de poder no campo, entre outras. Julião aponta ainda a diferença entre a religião e a instituição religiosa: “E de um Deus que não é o teu Deus”. Nesse aspecto, ele faz uma crítica contundente das elites do campo: fazendeiros, autoridades e religiosos. Dá um novo significado social à realidade do camponês: a expropriação da terra deixa de ser um castigo de Deus para tornar-se uma injustiça e motivo de revolta. O latifúndio assume feitiços humanos – é cruel. Para conquistar a liberdade, afirma Julião, na sequência do texto, é preciso estimular a organização e a união dos trabalhadores: “O sindicato só sai se tu te unires ao teu irmão. Se aprenderes a votar. Ou fizer a greve. Largando a enxada. Arriando a foice. Marchando para a cidade. Cem. Mil. Dez mil. Todos. Gritando para o juiz, o prefeito, o delegado, o padre: 'Queremos o sindicato'” (JULIÃO, 2002, p. 168).

As referências católicas no discurso de Julião não denotam, entretanto, a mesma dinâmica – sócio-religiosa – que se viu na formação da mobilização camponesa que dá origem ao MST. As LCB são formadas, em sua maior parte, por pessoas que não têm vínculo direto com o campo, como é o caso do próprio Julião. Ademais, influenciados pelo padrão soviético, as Ligas estabelecem um formato rígido de organização interna, funcionando como um instrumento tradicional de luta revolucionária. Afirmam que só uma organização centralizada, com uma vanguarda bem formada, pode dirigir as massas e coordenar as lutas isoladas no campo. Essa opção se explica diante do contexto internacional e nacional em que emergem as LCB, mas, apesar de Stedile (2001) considerar que o MST é seguidor das Ligas, há uma grande distinção, que vai além da diferença de tipo de organização, como aponta Silva (2004). A ausência de um grupo hegemônico, especialmente os comunistas.

O comunismo, justificativa do golpe militar, foi caçado durante todo o regime de exceção. Militantes foram presos, torturados, assassinados. A estrutura, outrora forte, mesmo que clandestina, foi totalmente desmantelada. No processo de redemocratização, são os comunistas os grandes ausentes do cenário político. No período anterior ao golpe, com algumas oscilações, tinham sido o nexo central da maior parte das mobilizações. Mas seu desmantelamento – aliás, que ocorreu simultaneamente em vários países pobres, como é o caso das Filipinas, analisado por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) –, acabou com um ciclo histórico da esquerda brasileira. Isso não quer dizer que não houvesse a memória da luta, esta permaneceu, assim como o repertório de protesto, mas desapareceram as lideranças históricas, ou seja, aquelas que inexoravelmente liderariam um novo processo de mobilizações. Faz-se necessário notar que havia comunistas na formação do MST, como o próprio Stedile, mas estes não respondiam a um partido central. Eram comunistas isolados, que acreditavam na revolução, mas não tinham uma organização que seguissem. Mas mantinham-se influentes em virtude de sua trajetória e sua identificação com a sócio-religião, origem do movimento.

As famílias despejadas da Reserva Indígena de Nonoai, aliadas a outras da região, começaram a formar um grupo cada vez mais coeso. Organizaram panfletos de protesto, encontros durante todo o ano de 1979, chegando a reunir 1.100 famílias no Centro de Tradição Gaúcha de Nonoai, em julho (FERNANDES, 2000). A palavra *ocupação* era a tônica das atividades, tipo de protesto que expressava as noções sócio-religiosas dos camponeses (a conquista da terra como ato simbólico, o Êxodo lido por Fritzen, a humanização dos pobres) e a possibilidade de ter sucesso (a conquista como possibilidade de trabalho). Stedile e o pároco de Ronda Alta começaram a organizar a ação, sem revelar as áreas em que iriam realizá-la, nem quando esta seria, para que as informações não vazassem e

não houvesse repressão antes de as famílias estarem instaladas. Para os camponeses, o processo foi envolto em mistério, em que tinham que confiar nas lideranças. Stedile e Fritzen organizavam a ocupação das glebas Macali e Brilhante, que, antes do golpe, haviam sido destinadas à reforma agrária. Durante o regime de exceção, a desapropriação havia sido paralisada – e o governo dava sinais de que não cumpriria a determinação do pré-1964. As famílias que participaram da ocupação foram avisadas algumas horas antes da saída e, apreensivos, como demonstra a entrevista feita por Branford e Rocha com a camponesa Inês Maria Tchek, uma das despejadas da Reserva Indígena de Nonoai, saíram para as fazendas:

Puxando o comboio de 43 caminhões de gado ia o padre Arnildo, em seu conhecido fusca branco. “Era o nosso guia”, diz Inês. Apesar de agachada na traseira do caminhão, no meio da noite e a caminho de um destino desconhecido, não sentia medo. “Sentia uma coisa estranha. Nunca tinha feito nada parecido antes, mas não estava com medo. Não queria continuar morando na casa de meu sogro, dividindo um lotinho de terra com mais duas famílias.” A data, 7 de setembro de 1979, fora cuidadosamente escolhida. No dia da Independência, os militares e a polícia deveriam estar ocupados com os preparativos para os desfiles e cerimônias e não à procura de caminhões com camponeses a caminho de ocupar terras (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 31).

Cento e dez famílias participaram da ocupação. “Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para ser cidadãos” (FERNANDES, 2000, p. 53). O tom do texto e a presença da cruz, confirmada por outros analistas, expressam a força motriz da ação: a sócio-religião. Na área ocupada, Fritzen rezou uma missa.

No dia seguinte, policiais organizaram um acampamento próximo às glebas. Mas não houve repressão. Setenta e oito dias depois da ocupação, policiais, fortemente armados, vieram realizar o despejo. Mas encontraram uma parede de mulheres e crianças que impediram a entrada da Brigada Militar. O escudo não poderia ser transposto, não porque os policiais não fossem mais fortes, mas porque carregava um componente moral poderoso.

Novamente, estava presente a imersão do protesto na sócio-religião. O governador autorizou os camponeses a plantarem nas glebas. Era a primeira vez, desde o início da ditadura, que um grupo de camponeses lograva ocupar e permanecer na terra, desafiando a ordem política autoritária.

2. A difusão do movimento

As conquistas das glebas Macali e Brilhante, situadas no Rio Grande do Sul, são geralmente interpretadas como o fenômeno desencadeador de lutas camponesas, um estopim de protestos que levaram ao surgimento e consolidação do MST. A vitória dos camponeses de Ronda Alta é vista como o que “encorajou outras famílias a juntarem-se à luta” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 32), tornando-se “paradigmática para o estabelecimento nacional do movimento” (SILVA, 2004, p. 45). E fez com que “os trabalhadores sem terra [retomassem] suas forças, inaugurando um novo movimento social que germinava em vários lugares do Brasil” (FERNANDES, 2000, p. 54). Nos termos de Navarro:

Este episódio indicou a existência de um expressivo número de sem-terra na região e a disposição de enfrentar certos riscos para viabilizar o acesso à terra. Indicou, da mesma forma, que estes trabalhadores rurais poderiam utilizar, talvez com sucesso novamente – repetindo experiências dos anos anteriores a 1964 –, a arma do “acampamento, ou seja, a reunião de grande número de famílias ao longo de uma estrada, como forma suficiente de pressão (NAVARRO, 1996, p. 92).

Essas leituras sugerem que, entre o final da década de 1970 e o início da seguinte, o Brasil atravessou um período de generalização de ações reivindicatórias. De fato, o número de mobilizações parece ter aumentado, mesmo que a importância delas ainda seja objeto a ser estudado, e trouxe novos “personagens” à cena política. A partir das mobilizações de Ronda Alta, houve um processo de difusão de mobilizações no campo, assumindo as características do que Tarrow denominou *ciclo de protestos*:

Uma fase de acentuação de conflitos dentro do sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados aos menos; um rápido processo de inovação nas formas de contenção; a criação de quadros [*frames*] de ação coletiva novos ou transformados; a combinação de participação organizada e desorganizada; e seqüências de intenso fluxo de informação e interação entre desafiadores [*challengers*] e autoridades. Tal contenção generalizada produz externalidades que dão aos desafiadores, pelo menos, uma vantagem temporária e lhes permite ir além das fragilidades de sua base de recursos (TARROW, 1998, p. 142).

Nas análises correntes sobre a difusão das lutas camponesas que leva ao surgimento do MST, as conquistas de Ronda Alta são analisadas como uma *revelação* a grupos menos capazes (no sentido das capacidades das pré-oportunidades) de que a mobilização envolve menos riscos do que supunham e que podem ter sucesso. Nessa perspectiva, o ciclo de protestos é entendido como uma disseminação espontânea – ou, termo recorrente na literatura, um contágio. As mobilizações camponesas, autônoma e espontaneamente constituídas, teriam sido ligadas umas às outras por meio da ação de grupos progressistas da igreja, especialmente a CPT, de acordo com essa linha de interpretação da emergência do MST.

Neste capítulo, sugere-se uma visão alternativa sobre a difusão das ações reivindicatórias camponesas no fim da década de 1970 e início da seguinte: os grupos católicos não foram apenas facilitadores da emergência do movimento, mas o vetor pelo qual se difundiram os protestos. Esse vetor se manifesta pelo acúmulo de pré-oportunidades (formação de rede de potenciais desafiadores e ressignificação do social) antes de 1978. Para sustentar essa visão alternativa, fez-se uma releitura dos textos, pesquisas e documentos de outros analistas, além de se realizar entrevistas com lideranças do MST. Por fim, analisa-se aqui as razões que levaram à separação entre as lideranças sem terra e os grupos católicos progressistas na formalização do movimento.

A primeira difusão das lutas camponesas é por motivo mais ordinário do que se imagina normalmente. Depois das ocupações das glebas Macali e Brilhante, algumas famílias, dentre as quais a de Adalberto Natálio Vargas, não tinham conseguido terra, apesar de terem participado das mobilizações. Em 6 de dezembro de 1980, Natálio montou uma barraca em uma área perto de um cruzamento rodoviário. Desse ato, aparentemente individual, surgiu a

primeira etapa de difusão dos protestos de Ronda Alta: a formação do acampamento Encruzilhada Natalino¹.

A primeira barraca – de Adalberto Natálio – é descrita, na literatura, como um elemento desencadeador da ocupação. As famílias seguiram essa iniciativa como se fosse um “ímã”, revelam Branford e Rocha (2004). Nessa perspectiva, predomina a idéia de que houve uma ação espontânea dos camponeses:

Em abril de 1981, uma pesquisa do Incra registrou a presença de 469 famílias no acampamento. Elas haviam erguido suas barracas com o que tinham à mão: plástico preto, tábuas, paus, até grama usaram, para servir de cobertura. Naquela época, apenas 42 famílias provinham de Nonoai. Os demais eram meeiros, trabalhadores rurais e arrendatários. Todos pobres e sem nada. Aquela era a única possibilidade que vislumbravam para obter um pedaço de terra (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 33).

Nessa leitura, o *ímã* atrai pessoas desesperadas, para as quais só existe *uma possibilidade* em suas vidas. O determinismo implícito na visão de Branford e Rocha – a falta de opções, a contingência da situação – justifica a ocupação nessa perspectiva, mas, como se viu no capítulo anterior, a decisão de ocupar é uma entre outras a que podem recorrer os camponeses e é resultado de uma avaliação fina das condições de sucesso, pois envolve muitos riscos. A Encruzilhada Natalino não é simples resultado do planejamento das lideranças que haviam despontado nas ocupações de Macali e Brilhante, tese que o pároco de Ronda Alta, uma delas, defende (WRIGHT; WOLFORD, 2003). Como se viu no capítulo anterior, planejamentos de líderes só dão certo se as condições para o protesto que projetaram surgem e se o grupo social que pretendem mobilizar se dispõe a tal. A ação coletiva que dá origem à Encruzilhada Natalino – da qual o primeiro indício é a barraca de Adalberto Natálio – é resultado da construção das pré-oportunidades para isso: em parte, as mesmas capacidades alimentadas

1 Na literatura, não há acordo sobre a origem do nome da Encruzilhada. Para Wright e Wolford (2003) e Fernandes (2000), Natalino é uma corruptela do nome de Adalberto Natálio, cuja família foi a primeira a participar da ocupação. Para Branford e Rocha (2004), o nome provém do dono de um bar – chamado Natalino – localizado em frente a onde Adalberto Natálio montou sua barraca.

antes das ocupações das glebas Macali e Brilhante (são 42 famílias que vieram dessas experiências, segundo Branford e Rocha), mas também de sua expansão. Esta ocorre por diversos veículos, dentre os quais: a atuação – antiga ou recente – das lideranças, que ressignificam as relações sociais, e os laços entre camponeses. Não por acaso a segunda barraca montada após a de Adalberto Natálio é a de um amigo dele, Teófilo Wrasser. Assim, combina-se a lenta construção das capacidades para a ocupação (num termo descuidado, o *planejamento* de Fritzen) com o ímpeto, falsamente descrito como espontâneo, dos camponeses (a força de vontade e a análise das condições favoráveis a uma ocupação por Adalberto Natálio e as outras famílias, o tal *ímã*).

A ocupação teve uma dinâmica diferente das que ocorreram em Macali e Brilhante, principalmente em virtude do desenvolvimento de novas formas de lidar com os camponeses mobilizados por parte das autoridades. As novas formas de repressão impactaram de dois modos na formação do acampamento da Encruzilhada Natalino: intensificou a preocupação com a organização da área e potencializou as manifestações sócio-religiosas (a origem da luta camponesa em Ronda Alta, como se viu no primeiro capítulo).

A principal estratégia das autoridades, com base no aprendizado da experiência do modo como lidaram com as ocupações de Macali e Brilhante, foi isolar o novo acampamento. Em virtude das dificuldades que passavam – “faltavam utensílios, acomodações, agasalhos, alimentação, condições de higiene” (FERNANDES, 2000, p. 56) –, tiveram que montar uma estrutura para dar conta das necessidades e negociar com as autoridades.

Formaram uma assembléia geral, com representantes de grupos menores chamados *núcleos*. Vários comitês eram responsáveis pela alimentação, acomodação, saúde, educação e animação do acampamento. Um comitê central era o instrumento executivo para todos os assuntos sobre a organização e o futuro do acampamento, respondendo à assembléia geral por suas ações. As pessoas no acampamento montaram essa estrutura para impedir que indivíduos isolados agissem unilateralmente ou negociassem só os assuntos importantes com o governo ou outras instâncias externas (WRIGHT; WOLFORD, 2003, p. 35).

A organização era reforçada pela intensificação de atos para reforçar a solidariedade e a identidade entre os integrantes do acampamento, na maioria das vezes com forte inspiração na sócio-religião, como a leitura de trechos da Bíblia em conjunto ou a construção de uma cruz na entrada da ocupação – “‘pesada’, disse um dos acampados. ‘Foi necessário muita gente pra carregar. Era um símbolo melhor do nosso sofrimento e de nossa determinação, para a gente trabalhar junto e achar uma solução’” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 34). Em 25 de julho de 1981, Dia do Trabalhador Rural, os integrantes da ocupação organizaram uma celebração, da qual participaram pessoas de diversos estados, incluindo vários bispos, em solidariedade aos acampados.

Para barrar a difusão da solidariedade sócio-religiosa, logo no início da ocupação as autoridades gaúchas mobilizaram o bispo de Passo Fundo, Cláudio Colling, para convencer as famílias a sair da área. O religioso condenava a ocupação, considerando que não era uma ação cristã. Travava-se um embate cultural. Depois, foi a vez dos fazendeiros da região do acampamento desenvolverem um artifício “cultural” para desmobilizar os camponeses da ocupação: cooptaram um dos primeiros integrantes do acampamento, Teófilo Wrasser, o amigo de Adalberto Natálio, para que convencesse as famílias a se retirarem. Usavam assim a confiança entre os camponeses para desmontar a unidade que existia em torno da defesa da ocupação.

Nas negociações com os sem-terra, as autoridades inicialmente modificaram o comportamento, pelo menos em relação a como haviam agido nos casos de Macali e Brilhante. Os policiais montaram um acampamento e infiltraram oficiais à paisana para convencer os camponeses a se retirar da área, sem recorrer imediatamente à violência. Mantinham uma pressão sobre os camponeses – confundindo-os sobre em quem deviam confiar. O acampamento policial também serviu, inicialmente, para isolar os camponeses,

impedindo, sempre que possível, as entradas e saídas. O isolamento foi reforçado por uma mudança na atuação do governador que, diferentemente do que havia ocorrido antes das ocupações de Macali e Brilhante, se recusou a receber os sem-terra da Encruzilhada Natalino que haviam organizado uma comitiva para negociar com ele. A decisão do chefe do Poder Executivo estadual deslegitimava a existência política da ocupação; era um sinal de desprezo, que reforçava a angústia das famílias camponesas, já que o Estado era visto como fundamental para que conseguissem obter a terra pela qual se haviam mobilizado.

Em 30 de julho de 1981, as autoridades gaúchas, em resposta ao ato em solidariedade ao acampamento, convocaram um especialista em repressão a ações camponesas para acabar com a ocupação, o major Curió. Sua primeira medida foi impor uma nova ordem no acampamento, buscando assim arrefecer os vínculos sócio-religiosos, muitos dos quais baseados na ressignificação de valores e na disciplina.

Procurando repetir as táticas que havia utilizado, com grande sucesso, entre 100 mil garimpeiros em Serra Pelada, [Curió] tratou imediatamente de impor medidas de disciplina militar ao acampamento esfarrapado e fez com que as famílias cantassem o Hino Nacional e saudassem a bandeira no início e no final de cada dia. Barreiras policiais foram montadas para conter o acesso de novas famílias e impedir que alimentos e roupas doados chegassem aos acampados. Sem alimentos, as pessoas tinham de ficar em fila durante horas, para receber as cestas do governo. Fazer reuniões só era possível do lado de fora, pois os agentes estavam por toda parte e gravavam, fotografavam, intimidavam. A imprensa começou a descrever a Encruzilhada Natalino como “campo de concentração” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 35).

A estratégia de Curió era complexa: aterrorizar os camponeses, mas ao mesmo tempo torná-los dependentes da alimentação que disponibilizava; isolar os acampados e obrigá-los a se submeter a uma rotina determinada por ele, forçando-os a adotar comportamentos que não eram seus. Nessa perspectiva, desafia a própria construção da ordem sócio-religiosa, suplantando a missa pelo hino, deslegitimando reuniões. Pretendia – de modo perverso, como a confecção e a distribuição de camisetas com seu nome – conquistar a simpatia, mas uma

simpatia coagida e assustada, dos camponeses. Alternava a organização de eventos culturais, controlados por ele, com ações repressivas violentas, como botar fogo em barracas.

Ao mesmo tempo, Curió e os policiais sob seu comando mapeavam e registravam, caso a caso, a situação das famílias acampadas. Não as tratavam como um coletivo, mas como indivíduos. Obtinham as informações convivendo com os camponeses, pagando-lhes bebidas, pedindo informações a vizinhos e amigos. Depois de certo tempo, com essas informações, perseguiram os sem-terra.

As pessoas que já haviam trabalhado na cidade, com carteira registrada, eram consideradas *sem vocação para a agricultura* e, portanto, não teriam direito à terra. Alertavam as famílias que tinham ido para o Mato Grosso [nos projetos de colonização] e retornado, que também não teriam mais direito à terra. Exigiram de todas as famílias que trouxessem uma certidão negativa para provar que não eram proprietários de terra. [...] Concentravam as pessoas e utilizavam uma perua com alto-falante para divulgarem notícias voltadas para a desmobilização das famílias: um exemplo era a repetição de uma entrevista de D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, afirmando que os sem-terra não tinham direito de exigir o assentamento no Rio Grande do Sul e que o governo não tinha obrigação de atendê-los (FERNANDES, 2000, p. 58).

Após duas semanas, 113 das mais de 400 famílias haviam abandonado o acampamento. Eram levadas pela retórica de Curió, além do medo, que descrevia os projetos de colonização com termos do campo semântico do paraíso católico, como revelam Wright e Welford (2003). A estratégia das autoridades parecia dar certo, mas Curió, talvez esperando intensificar a evasão, criou um adversário maior do que as famílias que combatia: voltou-se contra os padres aliados aos camponeses, aterrorizando e chegando a prender alguns destes, colocando contra si nomes importantes da instituição religiosa. Bispos, outrora contrários à ocupação, participaram de protestos (abaixo-assinados e até visitas à Encruzilhada Natalino) contra o que consideravam um abuso de Curió. Este agia baseado em uma idéia de que a ocupação era o produto de uma célula comunista na igreja, que precisava ser combatida. Fritzen, entre outros, ficou vários dias preso sob mando do major responsável pela repressão

do acampamento. Representantes da igreja exigiram a saída de Curió da área, que de fato ocorreu.

A saída de Curió representou a vitória dos camponeses, principalmente porque, por meio da mobilização da igreja, cujo ápice ocorreu em 24 de agosto de 1981, quando 137 padres do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina celebraram uma missa no acampamento, alcançavam projeção nacional. Vinte e sete bispos assinaram um documento em apoio aos sem-terra. Em outubro, o papa João Paulo II mostrou preocupação pelo caso, em telefonema a D. Ivo Lorscheider (IOKOI, 1996). Na opinião pública, a Encruzilhada Natalino se tornara símbolo de resistência contra a ditadura. É essa simbologia que expressa Fernandes:

Na luta pela terra, a encruzilhada também tem o sentido do cruzamento dos caminhos construídos durante a resistência. [...] A encruzilhada é o lugar e o momento da tomada de decisão para qual direção deve se seguir, com o objetivo de conquistar a terra. É, portanto, um lugar onde se pára, se reflete e olha, procurando visualizar qual o melhor caminho a percorrer. E, muitas vezes, se o caminho ainda não existe, é preciso fazê-lo. Foi assim que aconteceu na Encruzilhada Natalino, ali também foi o ponto de partida para a construção da luta pela terra. [...] Foi assim que essa luta se tornou uma das principais referências da História do MST (FERNANDES, 2000, p. 55).

A ocupação ganhou dimensões mitológicas, traduzidas nas palavras eufóricas de Fernandes. A Encruzilhada Natalino impactou consideravelmente na difusão das lutas camponesas, mas não porque ganhava uma valorização messiânica (a visualização do *caminho a percorrer*), mas porque modificou a estrutura de relações políticas, criando realinhamentos e trazendo grupos da igreja de modo ainda mais ativo nas lutas camponesas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), diante da demora do governo em solucionar a questão dos acampados, decidiu *adotá-los*, em 1982.

Como nada foi resolvido, a CNBB assumiu o pagamento de uma área de aproximadamente 100 hectares para onde rumaram as 207 famílias remanescentes do Natalino. A área foi nomeada pelos colonos como Nova Ronda Alta, mas era claramente insuficiente para o sustento dessas famílias. [...] Na carta que enviou ao movimento, a igreja afirmava estar apenas animando os camponeses para que estes, recuperados em suas forças, retomassem a luta por um direito legal firmado no Estatuto da Terra e não cumprido pelo governo. Os 25 milhões de cruzeiros que a CNBB adiantou

seriam recuperados mediante ampla campanha nacional envolvendo as várias igrejas, os sindicatos e as numerosas entidades da sociedade civil, que apoiavam os camponeses (FERNANDES, 2000, p. 85).

A atuação dos católicos progressistas não foi meramente uma *animação* dos camponeses. O assentamento foi organizado com base na orientação da pastoral: foram criados núcleos, que organizavam coletivamente as tarefas da comunidade (produção, saúde, segurança, alimentação), submetendo-se às decisões de uma instância reunindo assentados e integrantes de grupos religiosos, a Assembléia do Povo. A organização do assentamento foi marcado pela atuação direta da CNBB e da CPT, que definiram o modelo de produção (coletivo) e o formato organizacional do assentamento (IOKOI, 1996). As organizações eclesiais e os camponeses mantiveram a pressão sobre o governo do Rio Grande do Sul, que, em setembro de 1983, assentou as famílias da Natalino em quatro áreas no estado.

D. José Gomes, D. Orlando Dotti, D. Pedro Casaldáliga e D. Luciano Mendes foram os principais bispos envolvidos na questão dos sem-terra, não apenas no Rio Grande do Sul. Eram vetores de um movimento social/religioso conhecido como Teologia da Libertação – ou cristianismo da libertação, segundo Michael Löwy para quem não se trata de um órgão integrado ou bem coordenado, mas que tem “uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns” (LÖWY, 2000, p. 57). Para ele, o envolvimento de religiosos na causa dos explorados tem “razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica” (LÖWY, 2000, p. 58). Não se trata de uma motivação de caridade, é a expressão de um processo longo de transformação da estrutura eclesial, influenciado por correntes teológicas de diversos países europeus, especialmente a França, de acordo com Löwy. Nesse sentido, há de fato a construção de um movimento social, termo que o autor sustenta apesar de críticas que lhe foram feitas e com as quais polemiza em *A guerra dos deuses*. Ele narra a construção desse movimento:

O processo de radicalização da cultura católica latino-americana que iria levar à formação do cristianismo da libertação não começou, de cima para baixo, dos níveis superiores da igreja [...], nem de baixo para cima [...] e, sim, da periferia para o centro. As categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-eclesiástico que iriam se tornar a força impulsora para a renovação eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros ordens religiosas (LÖWY, 2000, p. 71).

A atuação do movimento da Teologia da Libertação foi além da organização do Nova Ronda Alta. Grupos católicos participaram da preparação de ocupações em vários estados e da formalização das lutas, inicialmente por estado e, num segundo momento, em âmbito nacional. Foram assim um vetor de difusão de lutas camponesas que viriam a formar o MST. No Rio Grande do Sul, em outubro de 2003, um mês após o assentamento das famílias do Nova Ronda Alta, a CPT promoveu a Primeira Assembléia dos Sem-Terra, em Três Passos, com o objetivo de intensificar as ocupações no estado e organizar uma pauta de reivindicação ao governo, entregue ao governador gaúcho por uma comissão nomeada no encontro. Em dezembro, a Comissão articulou a realização do Primeiro Encontro Estadual dos Sem-Terra, em Frederico Westphalen (RS), que preparou o 1º Encontro Nacional, realizado em janeiro de 1984 (FERNANDES, 2000).

A articulação dos grupos católicos ocorreu em outros estados, como Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, além da região amazônica². No Paraná, a CPT apoiou o surgimento de diversos movimentos sociais locais, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), cujas ações seguiam o modelo das ocorridas em Ronda Alta. Em São Paulo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram espaços para definir as formas de luta da população rural com a qual os grupos católicos

² Zilda Grícoli Iokoi (1996) revela que a atuação da igreja nas lutas camponesas teve duas vertentes nos últimos quinze anos da ditadura, diferenciadas pelo local onde estava. Por um lado, no Sul/Sudeste, os trabalhadores rurais disputaram o que ela chama “*terras de trabalho* em áreas de ocupação antiga”. Por outro, na Amazônia Legal, agrupa a luta de posseiros, indígenas e seringueiros, que se mobilizaram para permanecer nas terras que ocupavam e que passaram a ser disputadas por grandes empresas e fazendeiros. Um dos principais desafios da igreja, revela a autora, foi dar sentido comum a essas experiências de luta diversas para, assim, uni-las em um movimento nacional de camponeses sem terra.

atuavam. Em meados da década de 1970, foi no oeste catarinense que a atuação dos grupos progressistas da igreja nas comunidades rurais foi a maior, coordenada pelo bispo D. José Gomes, da Diocese de Chapecó. Descreve Fernandes:

Nas comunidades de base, as famílias refletiam sobre a necessidade de se organizarem e de lutarem para enfrentar os processos de expropriação e expulsão que estavam vivendo. Os textos bíblicos eram as referências para se compreender as injustiças e tomarem atitudes que transformassem suas realidades. Esses trabalhos fortaleciam as diferentes formas de organização, motivando à participação das famílias. No desenrolar desse processo de construção da cidadania, os trabalhadores procuravam formas de mudar o sentido dos acontecimentos. Se até aquele momento estavam sofrendo os impactos da *modernização conservadora*, já era tempo de darem outra direção para seus destinos. E foi assim, sabedores pela necessidade e com a ajuda de um conjunto de causas, que aconteceu a primeira ocupação de terra que registrou a gênese do MST em Santa Catarina (FERNANDES, 2000, p. 63).

Essa atuação do movimento da Teologia da Libertação não se limitou a organizar as lutas camponesas nas áreas onde esta já desenvolvia atividades. Iniciou um processo de expansão, fundamentado em quatro nortes: 1) a nacionalização da agenda da reforma agrária, pressionando o governo federal; 2) o envio de militantes católicos, geralmente seminaristas, para fomentar mobilizações de sem-terra onde eram incipientes; 3) a participação em sindicatos vistos como pelegos para torná-los atuantes em defesa dos trabalhadores rurais; e 4) a preparação de encontros estaduais e nacionais para criar vínculos entre as diferentes ações reivindicatórias camponesas.

O primeiro elemento se caracterizou por uma aliança entre setores da igreja e técnicos agrícolas. Pressionaram o governo federal e parlamentares, defendendo a viabilidade econômica e política da reforma agrária. Essa proposta se concretizou na participação direta da igreja na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985 (IOKOI, 1996). Em relação ao segundo ponto, é necessário destacar a atuação de pivô do então presidente da CPT, D. José Gomes. Ele coordenou o envio de seminaristas do Sul a outras regiões, alguns dos quais se tornaram lideranças nacionais e estaduais do MST. É o caso de Neuri Rosseto,

ex-seminarista, catarinense, que atualmente coordena a Secretaria Nacional do movimento e integra a Coordenação Nacional, segundo quem, em entrevista (ANEXO A):

Tínhamos diversas atividades pastorais no seminário. Foi o que me abriu para a questão dos sem-terra. O bispo de Chapecó, da metade da década de 1970, se destacou com uma linha progressista, o que empurrou a diocese para uma ação mais política. Isso foi de 1975 a 1982. Em 1979, a Diocese de Chapecó se envolve em solidariedade com o acampamento da Encruzilhada Natalino, com arrecadação de alimentos e na defesa da ocupação, que era uma novidade. Ali, tive o primeiro contato com a luta dos sem-terra. No oeste catarinense, também houve mobilizações na década de 1970, das quais participaram a diocese. Depois, fui ao norte da Bahia, por um projeto de intercâmbio de igrejas, em 1983 e 1984. Em maio de 1985, estava em Florianópolis, e foi quando houve uma primeira grande onda de ocupações promovidas já pelo MST. Na época, havia um bom grupo de Chapecó em Florianópolis, que estava ligado à luta pela terra: Adelar Pizetta, Ademar Bogo, Edgard Kolling. Estávamos juntos – e aí foi a entrada no MST.

Em entrevista, um dos citados por Rosseto – Ademar Bogo³, ex-integrante da Direção Nacional do MST e atualmente na Coordenação Nacional – descreve a atuação do movimento da Teologia da Libertação nos sindicatos, o terceiro ponto na estratégia de expansão (ANEXO B):

Nas várias regiões, tendo em vista que CUT [Central Única dos Trabalhadores] ainda não tinha surgido, a CPT se envolveu com a formação de lideranças para disputar as direções de sindicatos. Foi aí que surgiu a denominação de “sindicalismo combativo”. Isso se dava pela organização de chapas de oposição sindical no campo. E muitas eleições foram ganhas. Regiões inteiras modificadas. As mudanças foram insignificantes no âmbito sindical, mas possibilitou que surgissem movimentos e fundamentalmente, quando foi criada a CUT, os camponeses exigiram uma secretaria e surgiu dela surgiu o Departamento Rural. Depois, o MST passou a liderar a luta pela terra, a ala do Departamento foi para a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] e a CPT recolheu-se às tarefas mais de reflexão do que de ação.

Entre 1979 e 1985, o movimento da Teologia da Libertação, principalmente pela CPT, promoveu encontros para articular, estadual, regional e nacionalmente, as lutas camponesas que emergiam. É esse o quarto tipo de ação, que buscava aproximar as iniciativas de

³ Considerado um ideólogo da organização pelos integrantes do MST, ele edita uma coleção, intitulada *A teoria da organização política*, publicada pela Expressão Popular, que reúne textos de diversos pensadores de esquerda, como Lênin e Che Guevara, debatendo a estrutura organizacional de partidos e movimentos sociais. Os livros da coleção são usados por militantes sem terra e outros ativistas como material de estudo.

mobilização e reforçar a coesão dos católicos envolvidos. Em julho de 1982, a CPT organizou o primeiro encontro regional, em Medianeira (PR), em preparação a um encontro nacional, realizado dois meses e meio depois. Vieram ao Paraná representantes catarinenses, gaúchos, paranaenses e paulistas. Uma das decisões foi a necessidade de ampliar as lutas camponesas, formando articulações para potencializá-las. Entre 23 e 26 de setembro desse ano, ocorreu o primeiro encontro nacional de integrantes das lutas por reforma agrária, em Goiânia (GO), com a participação de trinta lideranças camponesas e vinte e dois agentes pastorais. De novo, a decisão dos presentes foi no sentido de intensificar as mobilizações e articulá-las (FERNANDES, 2000).

No fim dos anos 70 e início dos 80, o movimento da Teologia da Libertação orientava a difusão das lutas camponesas, organizando, além disso, as mobilizações e participando ativamente da coordenação de trabalhadores (na disputa de sindicatos, na participação efetiva nos encontros de sem-terra). Como revela Michael Löwy (2001), alguns bispos consideravam que a hegemonia católica sobre as ações reivindicatórias camponesas impediriam que surgissem conflitos sangrentos nas zonas rurais. Mas, segue Löwy, houve um processo rápido de separação entre os sem-terra e esses setores da igreja:

A CPT jogou um papel decisivo na auto-organização [dos sem-terra], mas tensões apareceram progressivamente na medida em que o movimento se libertava de seus “assessores”. Alguns integrantes do clérigo e bispos tinham dificuldade em aceitar que o MST escapasse inteiramente de sua contribuição amiga e não seguisse mais seus conselhos justos. [...] Mas, pouco a pouco, integrantes da CPT e maioria dos bispos próximos a essa entidade aceitaram a separação do MST e deram apoio constante ao movimento sempre respeitando sua autonomia (LÖWY, 2001, p. 5).

Löwy sugere que a separação entre os sem-terra e o movimento da Teologia da Libertação foi realizada e consentida pelas *duas partes*, apesar de um efêmero conflito no início. O resultado, diz, é uma relação harmônica entre as *duas partes*, mas ele observa que o MST se torna “um movimento independente – movimento que preza enormemente sua independência

–, secular e não-denominacional, aberto a católicos e protestantes, crentes e não-crentes” (LÖWY, 2001, ps. 5-6). Essa conclusão surpreende na argumentação do sociólogo. Por um lado, porque ele mesmo verifica que o catolicismo original dos sem-terra (sócio-religião) continua sendo a tônica de muitas atividades no movimento até hoje. Por outro, porque ele descrevera a formação das lutas dos sem-terra como uma simbiose necessária entre católicos progressistas e camponeses, que se desfaz, com relativa simplicidade. E, apesar de desmontada a concepção primeira das lutas, estas, segundo o sociólogo, se mantêm sem maiores percalços. Mais do que isso: não só se mantêm, como se intensificam.

A simplicidade que Löwy descreve na separação entre os setores progressistas da igreja e sem-terra parece também estar presente na explicação de Bogo:

Nossa vinda para a luta se deu pela CPT. No seminário, éramos obrigados a ter uma atividade pastoral. Poderia ser numa paróquia em que íamos nos finais de semana e nas férias ou num movimento. Em 1980, não havia movimentos, apenas as oposições sindicais; envolvemo-nos, através da CPT, nessas tarefas. Também participávamos das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que eram grandes mobilizadoras das periferias. Dessa forma, ajudávamos na formação política, na preparação das reuniões, nos atos etc. Quando surgiu o MST automaticamente assumimos as tarefas do movimento, e além de deixarmos a CPT, deixamos também o seminário e os cursos de teologia por terminar.

Automaticamente. A que Bogo se refere com esse termo? Numa leitura superficial, poder-se-ia substituí-lo por: “de modo inelutável”, “uma consequência óbvia do processo iniciado”. Essa proposta não convence. Perde-se a dimensão da ruptura que estava ocorrendo. Para Bogo, como para muitas outras pessoas nesse período, não se trata apenas de uma separação política (entre movimento da Teologia da Libertação e sem-terra), mas principalmente uma transformação do que ele imaginava para sua vida. Trata-se de uma nova etapa na vida de Bogo – ele abandona a CPT, deixa o seminário e os cursos de teologia. Ele abandona tudo o que o levou à atuação política para “assumir as tarefas do movimento”. Esse termo,

automaticamente, carrega toda esse redefinição do movimento dos sem-terra e daqueles que o compõem.

Como se viu, as lutas camponesas no fim dos anos 70, como em Ronda Alta, se formam a partir de uma relação dinâmica entre igreja e camponeses: estes se apropriam daquela para organizar suas reivindicações; os grupos católicos expandem sua influência política a partir da difusão da luta dos sem-terra. Esse *casamento* se mantém e se fortalece em um cenário de mobilizações crescentes em todo o país, em diversos setores (estudantes, operários, jornalistas etc.). A princípio, as autoridades titubeiam na reação, como em Macali, e, depois, respondem com repressão violenta (no caso dos sem-terra, a expressão disso é a convocação de Curió para reprimir o Encruzilhada Natalino, mas a intensificação da repressão atingiu outros setores, como os metalúrgicos do ABC paulista, com a prisão de seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1980). Mas a reação da ditadura não inibe os protestos; pelo contrário, faz com que os grupos sociais mobilizados atraíam aliados e que o regime autoritário se *decertifique*⁴ *perante a opinião pública*. A ditadura – com rachas em sua própria composição – não tinha condições políticas para investir em uma nova rodada repressiva – necessariamente mais intensa e violenta do que a anterior, já que as mobilizações haviam se difundido.

A partir daí, o cenário político foi marcado por um alto nível de incerteza. A excepcionalidade histórica do período levou analistas a afirmar que o realinhamento social – com a *certificação* de movimentos sociais pelo público – e a incapacidade das autoridades em reagir levariam a uma espiral de conflito, desencadeando um processo revolucionário. Mas, apesar de ocorrer uma mudança de regime entre 1984 e 1985, esta não se deu por meio revolucionário. Os militares se retiram progressivamente do poder, num processo de

4 Tilly e Tarrow (2007) definem *decertificação* como a decisão e a sinalização ao público de uma reconhecida instituição ou grupo social de que não reconhece e não apóia mais um ator político.

transição, deixando o poder a uma elite política que, mesmo se posicionando publicamente contra a ditadura, era conservadora. A decisão dos militares é pernicioso: ao mesmo tempo em que atendem a principal reivindicação social (a democratização), fazem-no garantindo o empossamento de governantes em que confiem – e que não façam as outras concessões (reforma agrária, sindical etc.) reivindicadas pelos movimentos sociais. É esse duplo sentido que percebe José Murilo de Carvalho:

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de “Nova República” com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um país novo. Era uma euforia comparável àquela que marcou os anos de ouro de Juscelino Kubitschek (CARVALHO, 2004, p. 193).

Mas a euforia não durou:

Houve frustração com os governos posteriores à democratização. A partir do terceiro ano do governo Sarney, o desencanto começou a crescer, pois ficara claro que a democratização não resolveria *automaticamente* os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso da população. As velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todas de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses (CARVALHO, 2004, p. 203, grifo meu).

A democratização leva a um realinhamento dos grupos sociais emergentes. Para muitos, a participação nas instituições políticas poderia levar a uma transformação do país. Escolheram a institucionalização, considerando a consolidação da democracia um meio *automático* (note-se o uso do termo por Carvalho, na citação acima) para a transformação social. É o caminho pelo qual se decide parte das novas lideranças sindicalistas e da igreja. Simultaneamente, ocorre um exaurimento dos protestos que contribuíram para a derrocada da ditadura. Em sua teoria sobre a eclosão de ondas de movimentos sociais, Sidney Tarrow diz que manter altos níveis de mobilização exige muitos recursos – e, em nossa perspectiva, altos graus de pré-oportunidades –, mas que, invariavelmente, aos poucos a normalidade apática volta a predominar. Participar de ações coletivas envolve riscos, custos pessoais e capacidades

de tolerar desilusões (TARROW, 1997, p. 147). Nem todos estão dispostos a tantos sacrifícios. Por isso, pouco a pouco, findo o extraordinário, há um declínio na participação. A mudança de regime representou uma mudança no modo de relação entre os movimentos, o Estado e outras esferas atuantes no cenário político (mídia, outros movimentos sociais etc.), que teve um impacto no desenho de uma nova estrutura de oportunidades políticas. Isto ocorreu, em primeiro, porque a mudança de regime alterou a forma das instituições e as forças políticas:

Regimes detêm um controle significativo sobre operações institucionais de três modos complementares: *prescrevendo* as instituições (por exemplo, obrigando pessoas a participarem de associações de massa ou partidos políticos, *tolerando* outras (por exemplo, permitindo que grupos religiosos se reúnam desde que fora do cenário político) e *proibindo* outras (por exemplo, banindo milícias particulares). Em paralelo, regimes prescrevem, toleram e proíbem diferentes tipos de ações reivindicatórias (TILLY; TARROW, 2007, p. 60).

A mudança de regime e a conseqüente revalorização dos canais institucionais de atuação política levam a um realinhamento dos grupos que haviam emergido no cenário político brasileiro no fim dos anos 1970. É o que ocorre com a igreja, que atravessa uma crise de rumos. Ana Maria Doimo (1995) revela que os grupos católicos progressistas, outrora dinâmicos e importantes, se tornam marginais na estrutura eclesial – e, mais do que isso, seus integrantes mais conhecidos são perseguidos por grupos conservadores apoiados pelo Vaticano, como ocorreu com D. Pedro Casaldáliga e Leonardo Boff. No realinhamento da igreja, vários bispos, que antes participavam com graus variados das mobilizações populares, assumem o papel de mediadores na reestruturação da democracia. Para tal, abandonam a atuação mais orgânica nos movimentos, tentando ser uma ponte entre o Estado e estes. É o que percebe Löwy (2001), quando cita um grupo episcopal que, em 1986, tenta frear as mobilizações do MST, especialmente as ocupações, considerando que poderiam levar a uma “repressão sangrenta” e a uma “explosão de violência”. Implícita nesse argumento, a idéia de

que há meios institucionais para se viabilizar a reforma agrária – e que a *contribuição amiga* e os *conselhos justos* dos bispos, ou seja, sua mediação nos canais democráticos, seriam um novo caminho a seguir para os sem-terra. Em muitos movimentos, ocorreu um fenômeno similar: sua autonomização levou necessariamente a uma separação da igreja, cuja atuação mudara.

Os resultados disto para o movimento popular são flagrantes: a) gradativa desagregação das redes movimentistas locais, com sensível decréscimo do volume de reivindicações de ação-direta; b) sucessiva desarticulação do seu universo cognitivo e simbólico, mediante desativação dos programas organizativo-mobilizadores de educação popular; c) estímulo ao empenho ativo-propositivo, especialmente no que se refere à oxigenação dos aparatos político-administrativos, à conquista de novos dispositivos institucionais voltados à participação direta e semidireta e à garantia dos direitos de cidadania (DOIMO, 1995, p. 202).

Para Doimo, os movimentos sociais estão “em erosão”, o que se manifesta pelos termos que ela escolhe no trecho acima (*desagregação, decréscimo, desarticulação, desativação*). Ela considera que, além do realinhamento ocorrido com a mudança de regime, a crise da esquerda, com a derrocada do socialismo, e a falência dos modelos desenvolvimentistas levam ao fim de um ciclo dos movimentos sociais, que não têm sustentação para manter um discurso revolucionário. Assim, transformam-se – ou devem transformar-se –, diz, com a perda do eixo que lhes dava unidade (os grupos católicos progressistas) e deixam transparecer que formam “um campo multifacetado de redes movimentistas, recobertas por um repertório comum de linguagem” (DOIMO, 1995, p. 213), ou seja, fragmentado e particularizado.

Nova conjuntura política, novo arranjo de forças políticas e reacomodação das lideranças movimentistas. Afinal, passara o tempo da atitude defensiva contra a ditadura militar e da mera reivindicação de itens específicos de sobrevivência. Chegara a hora de converter a energia sócio-política produzida no âmbito dos movimentos em ações propositivas que rompessem com o espírito refratário à institucionalidade e o corporativismo reivindicativo. [...] Foi necessário, enfim, arrefecer certo romantismo cristão movido pela lógica consensual-solidarística, e dar lugar ao cálculo racional e à plena manifestação da pluralidade do social segundo critérios competitivos (DOIMO, 1995, p. 213).

Segundo Doimo, a preponderância do cálculo racional nos movimentos sociais, na lógica da busca pela eficiência, se dá simultaneamente com outros processos que têm impacto na atuação destes: a mudança de atuação dos intelectuais – que passam de apologistas dos “novos movimentos sociais” a defensores da construção de meios formais e institucionais para consolidar a democracia, rejeitando as concepções dos movimentos que eles mesmos haviam ajudado a formar (DOIMO, 1995, p. 203) – e o aumento da influência de organizações não-governamentais (ONGs) no cenário político, incluindo internacionais, que se movem mais por padrões práticos do que ideológicos (DOIMO, 1995, p. 210).

O quadro de *erosão* descrito por Doimo não é consenso nas Ciências Sociais – vide a resposta que dão Adrián Gurza Lavalle, Graziela Castello e Renata Mirándola Bichir (2004). Com nuances, entretanto, analistas do período concordam que houve um realinhamento político, em que a igreja, outrora tida como sustentação da unidade de movimentos sociais, modifica drasticamente sua atuação. Com esse contexto, interpreta-se aqui o que ocorreu com o MST – movimento cuja evolução é vista como excepcional nessa conjuntura.

O movimento dos sem-terra nasce com a participação direta do movimento da Teologia da Libertação, numa simbiose entre católicos progressistas e camponeses. A separação é, por conta disso, impactante na continuidade das lutas e na própria atuação dos militantes, como é o caso de Bogo. Nessas circunstâncias, o movimento corria o risco de acompanhar a tendência de desmobilização que se seguiu à mudança de regime, seja no sentido da fragmentação e conseqüente desaparecimento, seja na adoção da institucionalidade como principal canal de atuação política. Porém, a luta dos sem-terra não só não se arrefece, como se expande e se radicaliza, tornando-se um fenômeno paradigmático na conjuntura do

período. A excepcionalidade do MST deve ser entendida na resposta a duas perguntas, interligadas: Por que a luta dos sem-terra não se fragmenta? E por que se radicaliza?

Para responder a essas questões, é importante entender a linha organizacional adotada pelo MST. Define-se aqui organização de um movimento social como o conjunto de meios e mecanismos de que dispõe o grupo mobilizado para tentar alcançar seus objetivos. É necessariamente um processo de racionalização e coordenação das diferentes atividades realizadas por um grupo mobilizado. Uma organização é composta de estruturas sociais (a dinâmica formal de relações dentro do movimento social), participantes (que mantêm a dinâmica funcionando), objetivos (cuja realização se torna a razão de ser da organização) e tecnologias (aparato técnico e profissional para a solução de problemas) (PORTA; DIANI, 1999). Não há um formato fixo – muitas vezes, há a idéia de que é algo flexível, mas muitos estudiosos mostraram que não é sempre assim. Donatella Della Porta e Mario Diani (1999) estabelecem três critérios para descrever uma organização: o grau de estruturação interna (a formalização, a profissionalização, a diferenciação das funções e a integração entre os membros), a distribuição do poder e o tipo de compromisso exigido dos integrantes (exclusiva: tem uma disciplina rígida, em que cada militante deve cumprir funções claras; inclusiva: há possibilidades para os membros participarem de mais de um movimento, sem muitas cobranças sobre suas atividades). A forma a ser adotada depende de uma série de fatores, como o ambiente político, o cálculo dos líderes, os objetivos do movimento e o repertório de formas organizacionais já existentes (que limitam culturalmente o leque de escolha de um formato).

Passado o período de grandes mobilizações, com o fim do ciclo de protestos, há um período de desânimo político e social que se abate principalmente ações reivindicatórias que não se iniciaram com o acúmulo de muitas capacidades mobilizadoras. Quando irrompe a

mobilização em Ronda Alta, o terreno para os protestos está preparado, como se viu. E, na difusão das lutas, se mantêm as articulações entre os diferentes grupos, geralmente por vínculos do movimento da Teologia da Libertação. Mas esses vínculos vão além da igreja, tornam-se parte do sistema de troca dos sem-terra. Convivem, durante um período, simultaneamente dois fluxos de relações entre os camponeses organizados, indissociáveis: o mediado pelos canais religiosos e aqueles formados pelos militantes que não faziam parte da estrutura eclesial. No início, militantes que não fossem católicos eram minoria e, geralmente, geravam laços com os sem-terra porque eram reconhecidos como religiosos – é o caso de João Pedro Stedile, como se viu no capítulo anterior. Na evolução do movimento, essa situação vai se transformando e, pouco a pouco, os militantes não católicos começam a disputar a condução dos rumos do movimento. Isso gera um conflito, mesmo que simbólico, com a igreja, como relata Bogo:

Enquanto nós nos alastrávamos e crescíamos física e ideologicamente, a igreja se retraía e recuava ideologicamente no sentido da luta pela transformação. [...] A igreja não acompanhou no seu todo as mudanças de paradigma e apegou-se aos dogmas como garantia de sua existência e identidade. Por isso que marca posição com argumentos retrógrados, como é caso do aborto, células-tronco etc.

Na fala de Bogo, é clara a separação entre o “nós”, que se alastra e cresce, e a igreja, que recua e se torna conservadora. Ocorre um desencontro entre os dois canais de organização que mantinham o movimento dos sem-terra. Bogo, exemplo da simbiose entre essas duas esferas, assume seu papel como militante não religioso, abandonando o seminário.

Diz:

Já tínhamos uma estrutura e uma certa referência que não dependia tanto das paróquias. Tínhamos nossas secretarias, meios de transporte e apoios diferenciados da classe média. Nesse sentido, muitos padres demonstravam certo desconforto em apoiar as ocupações e, mesmo considerando-nos amigos, passaram a fazer as lutas sem diretamente vinculá-las à igreja.

Esse processo de organização não religiosa dos sem-terra, que adota a bandeira do socialismo, se dá também pela troca de conhecimento com organizações brasileiras (o PT) e estrangeiras (os sandinistas), que se defrontavam com desafios parecidos: como se organizar? Na década de 1980, as lideranças do movimento estudavam cartilhas sandinistas, especialmente *Sobre o método revolucionário de direção* (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987), publicada na Nicarágua e impressa pelos sem-terra em 1987, que, de tão importante na formação do MST, se tornou quase um documento do próprio movimento brasileiro. O documento nicaragüense, mais do que apresentar um plano para se fundar uma organização, coloca questões e princípios que devem nortear as opções das lideranças. E, segundo os próprios líderes do movimento, não se trata de copiar o modelo nicaragüense, mas estudá-lo, pois, como diz a própria cartilha: “Deve[-se] evitar a aplicação mecânica das experiências de outros povos e de outras organizações. Não [se] deve descartar essas experiências e sim aplicá-las com um sentido criativo que corresponda à situação concreta de seu povo”. A essa criatividade, termo recorrente no léxico dos sem-terra, diz Stedile, se soma a “humildade de aprender com aqueles que nos antecederam” (STEDILE E FERNANDES, 2001, p. 52). O MST se entende, assim, em continuidade com várias lutas populares e teorias marxistas. Na perspectiva do movimento, criatividade, humildade e pluralidade de fontes – conceitos recorrentes nos documentos dos sem-terra – se somam para evitar o dogmatismo (considerado um desvio revolucionário pelos sandinistas, na medida em que “significa fazer de nossos conhecimentos fórmulas imutáveis, válidas para todos os períodos e circunstâncias”).

Vale ressaltar que a separação entre a estrutura eclesial e a organização do MST não se expressa por um ato formal. Não há um discurso que leve ao rompimento. É um processo que vai se negociando nas diversas frentes de atuação dos sem-terra. Bogo salienta

que, em alguns estados, por mais que haja um distanciamento entre igreja e sem-terra ainda há núcleos do movimento da Teologia da Libertação que atuam nas lutas camponesas:

Não há um ano específico e nem foi ao mesmo tempo. Em alguns lugares, como é o caso da Paraíba, até hoje a CPT faz luta pela terra e o MST está junto. Mas, mais propriamente, havia uma vontade nossa (ingênua) de nos separar pois as poucas notícias que saíam na mídia colocavam a igreja como a responsável pelos atos. E, havia, em alguns lugares, bispos e padres que não queriam aparecer e ser atacados pelos latifundiários. Foi quando a CPT criou o conceito de “apoio”. Dizendo ser apoio tirava de si a responsabilidade e passava para os camponeses a responsabilidade dos atos. Com o aumento das mobilizações a partir de 1988, com a aparição de nossa bandeira, os latifundiários, o governo e as demais forças de repressão começaram a perceber que havia um movimento social se estruturando. Negociávamos com pautas próprias e com comissões independentes em cada Estado e a nível nacional. Houve também, aos poucos, a inflexão interna da igreja para a direita e, com isso, a formação nos seminários começou a ser menos crítica.

No trecho acima, Bogo destaca que a separação entre o movimento da Teologia da Libertação e os sem-terra não é resultado de uma ruptura explícita, mas de um dado conjuntural. Há uma nova dinâmica que se estabelece – com o realinhamento de aliados e adversários – que forçam o movimento da Teologia da Libertação e os camponeses mobilizados a modificarem sua forma de atuar e de se definir. Num primeiro momento, assumir a *responsabilidade* por seus atos levou a uma confusão no MST, marcada pela confusão da definição das bandeiras do movimento social que emergia (as bandeiras eram claramente entendidas pelos *latifundiários* e pelo *governo*, como Bogo ressalta na citação acima, mas ainda não eram claras para as lideranças sem terra):

Quando, em 1986, definimos os objetivos do movimento, no primeiro deles, “Lutar por uma sociedade sem exploradores nem explorados”, nossa vontade era colocar logo a palavra “socialismo”, mas, na discussão da aprovação, achou-se muito radical e poderia afastar pessoas que nos apoiavam.

Essa contradição interna marcou a formalização do movimento, diz Iokoi (1996). Ela percebe uma confusão na elaboração do documento final do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), em 1984, do qual

participaram 92 pessoas. Nesse texto, são enunciados os princípios do MST: 1) lutar pela reforma agrária; 2) lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3) integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.; e 4) a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver. Além disso, os sem-terra responsabilizam a “política econômica fundiária e agrícola voltada tão-somente para a exploração, em benefício do capital nacional e estrangeiro” (citado em FERNANDES, 2000, p. 82) e assumem sua posição de autonomia política.

Para Iokoi, as contradições existem na medida em que os primeiro e segundo princípios apontam para a adoção de uma linha política clara, anticapitalista, negada na defesa da autonomia do movimento. E mais, revela a historiadora, referindo-se ao quarto princípio:

Defendem que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalhe para o sustento da família, sem destacar a necessidade de excedente para o mercado, opondo-se ainda à venda ou troca de lotes. Quando isso ocorre, os camponeses são considerados vagabundos, por não terem condições de fazer a terra produzir e conseguir por ela um equivalente aplicado como capital adiantado no plantio de parte da área de menor preço. Propõem o aumento da produtividade, numa lógica de tipo capitalista, mas pensam utilizar a terra como assalariados; não questionam o mercado competitivo e estabelecem como objetivo central acabar com o capitalismo (IOKOI, 1996, p. 98).

A confusão, afirma, expressa a coexistência conflituosa de duas grandes tendências na direção do movimento: uma ligada à Teologia da Libertação e outra formada por políticos e militantes que, a partir de 1981, saíram da clandestinidade e voltaram a atuar em organizações. Na avaliação de Iokoi, a força do segundo predominou e acabou por hegemonizar a direção do MST. Maria da Glória Gohn chega a uma conclusão similar:

O crescimento dos sem-terra não tem sido nada harmonioso. Aos poucos, a igreja foi perdendo seu controle, e militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores foram se apropriando do movimento e dando-lhe sentido. Mas a direção nacional tem mantido uma imagem de autonomia própria (GOHN, 2000, p. 145).

Iokoi e Gohn sugerem que ocorre uma ideologização forçada do MST. No argumento da segunda, a menção ao PT e à CUT parece contraditória, na medida em que progressivamente estes apostaram nos canais institucionais de participação política e, de acordo com a própria socióloga, o MST mantém uma linha de atuação de pressão “externa” em relação aos poderes públicos. Um primeiro ponto interessante é que essa ideologização subentende que o MST reproduz padrões tradicionais de organização da esquerda, no que tange à direção, o que, na teoria, o movimento rejeita. Na concepção do MST, a escolha das lideranças deve romper com a cultura política mais arraigada dos países latino-americanos. Nos termos sandinistas, retomados pelos sem-terra: “Os quadros devem ser fiéis à causa do povo e não aos indivíduos. Deve existir identidade plena com a causa e evitar o ‘amiguismo’, a ‘adulação’ e o ‘servilismo’” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987). Nessa perspectiva, no Congresso do MST de 1985, elegeu-se uma coordenação, com dois membros dos 13 estados que estavam representados, substituindo uma coordenação provisória que havia sido formada em 1984. Definiu-se também que os representantes teriam mandatos bienais, podendo reeleger-se (sem limite) e também ser substituído antes do fim de completar os dois anos no cargo⁵. Na teoria, a proposta visa a manter um rodízio de lideranças, dando dinâmica renovada à instância decisória.

De fato, houve uma *confusão* na direção do MST, mas havia três tendências principais. Uma, de fato, formada com os apoiadores da ligação entre o movimento da

5 Sem levar em conta a reformulação das instâncias nacionais do movimento, ocorridas em 2006, e que se analisará no capítulo seguinte, Sue Branford e Jan Rocha descrevem o funcionamento das eleições do MST: “Cada coordenação estadual [formada com representantes locais escolhidos, por votação, por acampados e assentados] elege dois representantes para a Coordenação Nacional, mas, novamente, é a Direção Nacional, de menor porte, a instância mais poderosa. A Coordenação Nacional elege 18 de seus membros para a Direção Nacional, que é composta de 21 pessoas. Esses delegados, que têm um mandato de dois anos, podem ser reeleitos, mas, para garantir um fluxo de novas idéias da base, o movimento encoraja uma rotatividade de cerca de um terço em cada eleição. Os outros três membros da Direção Nacional são João Pedro Stedile, Neuri Rossetto e Gilmar Mauro. Estes poderiam, teoricamente, ser destituídos, pois precisam ser reeleitos a cada vez pela Coordenação Nacional, mas, de fato, são membros permanentes” (BRANFORD e ROCHA, 2004, p. 335). É necessário destacar que, na análise dos documentos da Direção Nacional, só se verificou que uma dessas três lideranças aparece em todas as composições da Direção Nacional, de 1988 a 2006.

Teologia da Libertação e os sem-terra, mesmo depois da redefinição da atuação desta. Uma segunda composta por “quadros” de uma esquerda mais tradicional, que não tinham, em sua maioria, participado da formação das lutas camponesas, mas que se aproximavam delas e atuavam diretamente nos espaços em que os sem-terra haviam se colocado, considerando que tinham potencial para desenvolver uma resistência efetiva ao capitalismo e construir um processo revolucionário. É necessário notar que não se acoplavam ao movimento como parasitas, longe disso, esses “quadros”, formados geralmente na militância do antigo Partido Comunista e outros grupos, faziam parte, de modo disciplinado e devotado, à atuação militante dentro do MST. Com a perda de influência dos grupos católicos progressistas, essa tendência da esquerda mais tradicional ganhou força na estrutura do movimento, o que aproximou também vários intelectuais – nem sempre de universidades – da luta dos sem-terra, chamados de “assessores” no MST (STEDILE; FERNANDES, 2001). Por fim, havia uma terceira tendência, ainda em formação, resultado das influências da sócio-religião e do compartilhamento das experiências com os “quadros” mais tradicionais, além de efetivamente atuante em ocupações, composta por ex-seminaristas, trabalhadores rurais que tinham certa liderança regional e outras pessoas, geralmente ligadas ao movimento antes de sua formalização. Apesar de numericamente expressiva, essa tendência não atuava como um grupo coeso; por isso, considera-se que estava em formação, que foi se concretizando a partir do momento em que, nas simultâneas formalização e nacionalização das lutas, esta objetivo fundante do MST, foi colocada, por todos aqueles que participavam das decisões do movimento, a necessidade de se criar uma estrutura organizacional nacional para, explica Bogo, dar unidade política ao MST. Esta foi composta de duas instâncias – uma coordenação e uma direção –, cujo surgimento a liderança do movimento relata:

Inicialmente, começamos com uma coordenação provisória, criada em Cascavel, em janeiro de 1984, que era dos estados do Sul. Esta preparou o

Congresso de janeiro de 1985. No Congresso, elegemos uma coordenação nacional com dois representantes por estado dos 13 que estavam presentes. Só havia essa instância. Em 1986 (creio que no segundo encontro nacional), estudamos sobre a questão da organização política dos trabalhadores, onde os assessores, sem revelar a base leninista e maoísta da teoria, propuseram que se deveria criar, por medida de segurança, uma Direção Política. Assim foi feito.

Mas, com o decorrer de algum tempo, verificou-se que a coordenação não tinha influência e a DP estava ultrapassando os limites. Então criamos uma Executiva Nacional com um por estado e mais a Coordenação que eram dois por estado. Mais a DP que ficou sendo um grupo pensante.

Aos poucos percebemos que a DP continuava a dirigir, pois tinha mais informações. Optamos por extingui-la. Mudamos o nome da Executiva que passou a se chamar Direção Nacional e mantivemos a Coordenação Nacional. Para substituir a Direção Política, criamos o Grupo de Estudos Agrários.

As variações que houve daí para a frente foram no número da composição. Inicialmente a DN era composta por 15 membros independentemente do estado. Depois, mudamos para um por estado, mais adiante para dois por estado (um homem e uma mulher). Para a Coordenação ficou dois por estado e, em algumas reuniões nacionais feitas por regionais, toda a Direção Estadual participava. Depois ficou, em média, 10 por estado como é hoje.

Na fala de Bogo, há uma tensão entre um grupo de militantes que acompanhava a luta dos sem-terra desde sua formação (a terceira tendência vista acima), como ele, e os assessores (segunda tendência), cuja “teoria”, segundo ele, se baseia em referências que ocultam e que não condizem com o movimento. Na formalização do MST, descrita por Bogo, os assessores são vistos como vetores para politizar o movimento pelas lideranças que buscavam na “teoria” elementos para dirigir o movimento, cujo escopo de atuação se complexificava.

Nessa perspectiva, a politização era marcada por três processos: romper definitivamente com a estrutura organizacional da igreja, garantir a unidade do movimento e radicalizar a atuação do movimento. O modelo – leninista e maoísta – responde a essas preocupações, profissionaliza a organização e define rumos a seguir, mas não estava de acordo com a formação do MST, a sócio-religião, que era fundante na atuação das lideranças sem terra que surgiam, como é o caso do próprio Bogo, um ex-seminarista. Como ele diz, a

instância decisória, a DP, ultrapassava limites. A frase revela uma compreensão sobre os rumos da politização: não podia ser uma ruptura com a sócio-religião, origem do MST. A DP marcava uma ruptura brutal demais, pelo menos naquele momento. Para Bogo, o movimento não podia ser dirigido por uma organização formada por líderes que se destacavam por ter “mais informações”, ou seja, estudo e “teoria”. A unidade, entende o entrevistado, precisava ser baseada na origem do movimento, mesmo que, depois, isso se alterasse. No trecho acima, Bogo faz uma análise da realidade, definindo, a partir desta, o tipo de organização que se encaixava melhor no projeto do movimento. Para resolver a tensão entre assessores e lideranças, houve um tumulto organizacional inicial no MST, com mudanças de instâncias e deslocamentos de lideranças.

A DN, na visão de Bogo, surge como solução a essa tensão e se torna, de fato, a opção, ainda vigente, de direção do movimento, a estrutura que garante unidade de ação, segundo ele. Isto porque, diz, não se impõe em relação a outra instância decisória nacional, a Coordenação Nacional, e às de outros níveis. Para a liderança, a DN é então uma resposta à tensão inicial da formalização do movimento e garante um funcionamento democrático entre as instâncias decisórias.

No capítulo seguinte, analisar-se-á a evolução da DN para verificar se a expectativa de Bogo – e das outras lideranças do MST – realmente se concretizou .

3. A evolução organizacional do MST

A formalização sinaliza uma nova etapa na atuação do MST, marcada por massificação, radicalização e institucionalização. Os resultados são conhecidos na literatura: a partir do início da década de 1990, há uma intensificação nas ocupações, principal forma de protesto dos sem-terra – em 1991, foram realizadas 81, mobilizando 11.297 famílias, e, cinco anos depois, foram 398, com 62.880 famílias, das quais o MST organizou 176 (FERNANDES, 2000, p. 260); o movimento galga reconhecimento social e se torna um ator político, interlocutor inevitável de governos e pauta constante dos meios de comunicação (COMPARATO, 2000); os sem-terra ampliam sua penetração ao campo da pedagogia, cultura e comunicação (CALDART, 2004); e o MST ganha notoriedade internacional, servindo de modelo para ações coletivas em outros países (CARVALHO, 2002). A nova etapa do MST é marcada pelo sucesso na realização de seus objetivos operacionais – o que não quer dizer que tenha alcançado os oficiais, especialmente a reforma agrária, bandeira maior do movimento.

Neste capítulo, investiga-se o formato e a evolução organizacional do movimento a partir dessa nova etapa, seguinte à separação da estrutura da igreja. Como foi coordenado o êxito operacional? Como evoluiu a direção do movimento desde a formalização? Para responder a essas perguntas, faz-se aqui uma análise de diferentes proposições teóricas sobre a evolução do MST, ressaltando que esse tema é central no confronto entre duas vertentes de cientistas sociais que estudam o movimento. Testa-se as teses dessas linhas de análise, com base em um estudo da composição de uma instância decisória do movimento, a Direção Nacional, de 1988 a 2006.

Em entrevista, uma das principais lideranças do MST, Ademar Bogo, um dos responsáveis pela definição das orientações organizacionais do movimento, define o processo que levou o movimento à nova etapa em sua atuação:

O MST é o produto de uma demanda social. O movimento já não cabia mais dentro da CPT e do sindicalismo rural. Logo, a ação provocou reações de desconforto, pois a igreja sentia-se mal ao ser denunciada como “invasora de terras”. Sendo assim, apelou-se para a busca da forma. A estrutura sindical, com diretoria etc., muito criticada por todas as forças progressistas e a estrutura partidária, que identificava nos partidos comunistas o burocratismo e a falta de democracia etc., levou-nos a pensar em outro caminho. Tínhamos como referência positiva a teologia da libertação como teoria, as CEBs como organização e os princípios da educação popular como referência. Duas expressões políticas faziam a diferença: a revolução nicaragüense, que irradiava alguns conceitos simplificados dos princípios clássicos, como direção coletiva, ligação com as massas e participação popular; e o Partido dos Trabalhadores que incitava a participação a partir do lugar de trabalho e de moradia nos núcleos principalmente. Alguns assessores e agentes de pastoral que dominavam aspectos do marxismo ajudaram a politizar, mas, no mais, foi inicialmente pura intuição.

Intuição. O termo resume, de acordo com Bogo, o início do formato organizacional adotado pelo MST. Trata-se de “pura intuição”, nada mais do que intuição. O termo – cujo sentido é incerto e dúbio – é uma chave importante para entender a evolução do movimento e o debate sobre esta.

Bogo, como a maioria das lideranças que participou da formalização do MST, recebeu formação católica e esteve diretamente vinculado a grupos religiosos antes de integrar-se à luta dos sem-terra. Sua atuação política foi balizada pela visão de mundo da ação pastoral: as capacidades de que se tratou no primeiro capítulo. Assim, a separação do movimento em relação à estrutura eclesial representou também uma ruptura pessoal, para ele, em relação a sua origem na militância.

No trecho acima, ele diz que a separação se deu em virtude da necessidade de politizar a luta dos sem-terra. Os grupos católicos, outrora vetores de luta, são vistos como entraves, como se viu no capítulo anterior. Mas Bogo destaca que o MST não se desliga dos

valores, dos princípios e da teoria da sócio-religião. O movimento os desenvolve de outra forma. A intuição de que a liderança fala se define pela elaboração de uma síntese dos conhecimento e visão de mundo presentes na emergência das lutas – e do início de sua militância – para criar uma evolução dissociada do movimento da Teologia da Libertação. A intuição politizadora de Bogo expressa a compreensão de que, no momento em que o movimento se formaliza, se instaura uma nova dinâmica de relações no cenário político.

A redemocratização – com suas novidades e velhas deficiências – desafia a capacidade do MST de se reinventar. O período excepcional marcado pelo ciclo de protestos contra a ditadura se exaure e desaparece. Não há uma reação típica de movimentos sociais a tais circunstâncias de regime – podem adotar uma atitude transgressiva ou contida, dependendo de outras variáveis. Mas mudanças de regimes levam ações coletivas a redefinirem sua atuação. A intuição de Bogo o leva a se reposicionar diante da realidade, pois a realidade mudou. A escolha que toma é a separação em relação ao movimento da Teologia da Libertação – a “pura intuição” expressa uma resignificação da ação coletiva e de sua militância.

A intuição politizadora de Bogo nasce com um desafio. A luta de Ronda Alta, como todas as da pré-formalização do MST, é fundamentada em ações coletivas em que os participantes compartilhavam de uma identidade de fato ou em construção, ligada às pré-oportunidades. Quando o MST emerge, desligado do movimento da Teologia da Libertação, está em uma fase de recriação, de descontinuidade identitária. Para sobreviver a essa descontinuidade, a intuição de Bogo precisa ser entendida como processo coletivo, compartilhado. Nesse aspecto, na perspectiva da liderança do movimento, o desafio: a intuição assume a responsabilidade de apreender o meio e conseguir, de modo criativo, encontrar soluções. É, na linguagem de Bogo, um conceito positivo, em que intuição

sinonimiza inspiração, inovação, entendimento da situação. E a intuição politizadora leva Bogo, em sua linha argumentativa, a mostrar o meio pelo qual ressignificou sua atuação e, em conjunto, o do próprio movimento, como revela, na entrevista:

Com o decorrer do tempo, fomos fundamentando aquilo que eram apenas intenções. Então, Che Guevara transitava facilmente, assim como Marx, Lenin e Mao Tse-tung pelo estudo que fizemos da história das revoluções. Estudamos Zapata e a revolução de 1910 no México. A Revolução Cubana e lemos livros como *A ilha*, de Fernando Morais, depois Fidel e a religião de Frei Betto. Estudamos a revolução vietnamita etc. Logo, de cada uma delas fomos incluindo saberes. Não fomos adeptos nem de Trotski por repulsa à prática dos trotskistas e nem de Gramsci pelo uso basista de setores do PT, mesmo se na época pouco dominávamos os conceitos. Fizemos muitos cursos em escolas sindicais criadas conjuntamente com o movimento sindical. A partir da década de 1990, já com algum acúmulo teórico, passamos a dar maior conteúdo aos conceitos, agora já pela ótica do marxismo, tanto na leitura do *Manifesto*, *Que Fazer?* e cursos utilizando os clássicos.

Na resposta, Bogo coloca a leitura, em conjunto (a primeira pessoa do plural que utiliza), como fundamento de uma nova etapa de politização, que supera as *intenções* e a intuição. A teoria com a qual as lideranças têm contato, por meio de grupos de estudo, lhes permite criar uma ressignificação coletiva do que esperam do MST. As orientações de leitura vão sendo moldadas de acordo com o que experimentam e apreendem de outras iniciativas, levando-os à *ótica do marxismo*. Na perspectiva de Bogo, a politização leva à construção do MST como instrumento revolucionário – em que, para ele, a sócio-religião inicial dá lugar, pouco a pouco, e sem perder valores de origem, ao marxismo. Eis o que ele narra, saindo da intuição inicial.

Mas o conceito “intuição” tem outra acepção – negativa –, que aponta para um sentido oposto ao colocado por Bogo: uma decisão desprovida de razão, baseada em comportamentos espontâneos, não pensados, instintivos. Sem citar o termo, é nessa acepção que Zander Navarro descreve, de modo crítico, a evolução organizacional do MST:

Constituindo-se e inspirado, como os outros movimentos, pelas metodologias de organização “do povo” que a igreja *progressista* estimulava, no início o MST realizava com maior frequência consultas as

suas “bases”, com uma prática *assídua* de reuniões e discussões *sistemáticas*. Com o tempo, empolgado, talvez com o rápido crescimento do movimento e a necessidade de processos de tomada de decisões mais rápidos, aos poucos o MST centralizou suas decisões – em especial, depois de 1987/88 – tornando-se menos democrático e aberto à participação de seus aderentes. O resultado da adesão do MST à prática do centralismo democrático significou, contudo o seu crescente isolamento dos outros movimentos sociais, no campo e na cidade, articulações que haviam sido penosamente construídas nos primeiros anos da história do MST. Trouxe também, como consequência, um gradual *isolamento igualmente em relação a parcelas de seu público potencial*, inseguros quanto aos rumos de propostas que não eram mais amplamente discutidas. Tornou-se, portanto, nos anos recentes, um *movimento de quadros*, em consonância com o *manual leninista* (NAVARRO, 1996, p. 91, grifos meus).

Nesse trecho, Navarro faz uma distinção entre a organização dos sem-terra e a base do movimento. Em texto posterior, “Mobilização sem emancipação’ – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”, ele engloba, no primeiro grupo, as lideranças, os militantes intermediários e os funcionários do MST. Para o sociólogo, o segundo grupo, a base do movimento, seria composto pelas famílias sem terra, em que inclui:

os pequenos produtores agrícolas pauperizados, proprietários ou não (neste caso, meeiros, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros), detentores de diminutas parcelas de terra, insuficientes para a sua reprodução social, além de milhares de famílias rurais pobres que vagam pelos campos brasileiros, à procura de ocupação e renda e, também, parte dos assalariados rurais, que em algumas regiões agrárias têm sido atraídos para as fileiras do MST (NAVARRO, 2002, p. 3).

Subjacente à teoria da transformação do MST em um *movimento de quadros*, pesa uma referência clássica, importante na argumentação de Navarro: a lei de ferro da oligarquia, de Robert Michels. Apresentando uma “psicologia das organizações”, o cientista social alemão afirma que os grupos de esquerda têm uma tendência inexorável a se tornar centralizados e conservadores.

Ele centra sua análise nos partidos políticos, especialmente o Partido Socialdemocrata alemão, mas, na conclusão de *Os partidos políticos*, postula que sua lei

sociológica pode ser aplicada a todas as organizações políticas¹. Diz: “A organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1970, p. 247). Em resumo, para ele, ações coletivas, inicialmente democráticas, se tornam estratificadas em dois grupos: os que comandam e os que se deixam comandar.

Michels dá três explicações para a lei sociológica que apresenta. A primeira diz respeito à natureza humana. Naturalmente, diz, há pessoas destinadas a governar (chefes) e outras a serem governadas (massas). A elite é movida, quando está no poder, pela vaidade e pelo desejo de dominar. E mais: a massa, em assuntos políticos, se deixa levar pela apatia e pela incompetência, e precisa de um líder para manter-se organizada. Michels afirma que a necessidade de um governante leva a massa a idolatrar quem se sobressai a ela, principalmente quando as atividades políticas se tornam complexas e exigem grande formação e qualificação. Em sua perspectiva, os chefes são indispensáveis e sua existência, incontornável. Não há outro modo de organizar a vida em sociedade. Diz:

A imaturidade objetiva das massas não é um fenômeno transitório que desaparecerá com o progresso da democratização, no amanhã do socialismo. Ela está ao contrário na própria natureza das massas enquanto massa, a qual, mesmo organizada, padece de incurável incompetência para resolver a multiplicidade de problemas que se lhe apresentam, e isto porque ela em si mesma é amorfa e necessita de divisão do trabalho, de especialização e de direção (MICHELS, 1970, p. 250).

A segunda causa é resultado da própria natureza da disputa política, afirma Michels, que determina a atuação das lideranças. Estas, com destaque na imprensa e com

¹ Frances Fox Piven e Richard A. Cloward (1979) retomam a argumentação de Michels, ao estudar quatro movimentos sociais estadunidenses – de desempregados, de operários, dos Direitos Civis e em defesa de leis sociais –, em diversos períodos. A conclusão a que chegam é: ações coletivas reivindicatórias ocorrem em períodos extraordinários e de curta duração, mas levam as lideranças a um estado de excitação, que faz com que percam de vista a realidade e não consigam obter o sucesso que o movimento poderia ter gerado. A excitação faz com que as lideranças gastem energia demais em desenvolver organizações formais, com trabalho de base em massa, considerando que estes são instrumentos para o poder. Mas as organizações, quando se exaure o período de lutas, são custosas – e se tornam um meio pelo qual as elites políticas, que dão dinheiro às lideranças para manterem sua estrutura organizacional, domesticam desafiantes em potencial ou os deixam desaparecer. O resultado é que as organizações se desligam de sua base inicial e perdem a capacidade revolucionária que as caracterizava.

relações com outras organizações, se tornam referências das ações coletivas, tanto para a base quanto para a opinião pública. A notoriedade, segundo o cientista social alemão, as leva a exigir mais poder, alegando que precisam manter a reputação e a coesão do grupo. Acumulam assim cada vez mais recursos financeiros e políticos. Autonomizam-se da base, considerando que sabem, melhor do que as massas, os interesses do movimento social. “À medida que se destacam da massa, os chefes se mostram cada vez mais dispostos a preencher os vazios que produzem em suas fileiras, não pela via da eleição popular, mas pela cooptação, e a aumentar seus efetivos, criando, por sua própria iniciativa e sempre que a oportunidade se apresenta, novos cargos de direção” (MICHELS, 1970, p. 61). Tornando-se especialistas do controle da organização, os chefes se consideram insubstituíveis e, para as massas, são seres extraordinários, que merecem estar na posição em que chegaram, conclui. A celebridade, revela Michels, é o principal fator de permanência de um chefe.

A última explicação diz respeito à própria dinâmica organizacional das lutas sociais. De acordo com Michels, os objetivos revolucionários, que desafiam a ordem vigente, são substituídos por decisões conservadoras, tomadas por chefes mais preocupados em permanecer em seus cargos do que em organizar o enfrentamento de classes. Acostumados com o poder, explica, os líderes não vão arriscar os recursos, que adquiriram, em aventuras que julgam incertas, mesmo que as massas estejam pressionando. É, exemplifica, o que leva os quadros do Partido Social Democrata alemão a sabotar as greves gerais dos operários de seu país. A organização leva a atitudes conservadoras. Ressalta Michels:

A organização deixa assim de ser um meio para se tornar um fim. Às instituições e às funções que de início destinavam-se simplesmente a assegurar o funcionamento da máquina do partido – subordinação, cooperação harmoniosa dos membros individuais, relações hierárquicas, disciplina, correção – acabou-se por atribuir mais importância do que ao grau de rendimento dessa máquina (MICHELS, 1970, p. 229).

A organização, necessária para a luta pelo socialismo, é o que mina a luta de classes, conclui Michels. No interior desta, acrescenta, naturalmente surge uma elite, que se torna burguesa (ou já o é de origem) e que se distancia da base.

Essa metamorfose não decorre nem de convenções especiais, nem de modificações estatutárias. É pela força das coisas que um simples empregado consegue elevar-se à qualidade de chefe e adquirir uma liberdade de ação que não deveria ter. O chefe toma então o hábito de encaminhar a maior parte dos assuntos importantes e a resolver um número cada vez maior de questões relativas à vida do partido: e isto por sua própria iniciativa, sem pedir conselhos nem solicitar o concurso da massa (MICHELS, 1970, p. 16).

Quando cresce a organização, revela o cientista social alemão, a criação de uma burocracia, de um corpo de funcionários profissionais se torna necessária e inevitável. Continua: esta gera imperativos práticos (dar respostas rápidas, coordenar tarefas especializadas), impossíveis de serem levados a cabo pela massa, ignorante, o que naturalmente levam ao surgimento de uma hierarquia. Criada a elite, expõe, esta quer manter-se no poder, independentemente dos meios, mesmo que contrariem os objetivos da luta que deu origem à organização.

Seguindo a inexorabilidade da oligarquização das organizações, escreve Navarro, as lideranças do MST se aproveitam das mobilizações para levar a cabo seus objetivos individuais. Mais do que isso, manipulam e instrumentalizam as ações coletivas para atender a seus interesses pessoais, como a concentração de poder. Nesse sentido, seguindo a linha do sociólogo, o MST se torna um instrumento de dominação, não de emancipação.

Navarro apresenta duas consequências diretas dessa oligarquização: o isolamento em relação a outros movimentos sociais e em relação a seu público potencial. Nesse aspecto, o MST perde impacto político. Instrumento para a realização dos interesses de poucos, perde também aceitação, vigor e criatividade. Reflui.

O autor distingue quatro períodos na história do MST. O primeiro vai de 1980 a 1986, que é objeto de descrição entusiasmada de Navarro, considerando os adjetivos que usa no trecho supracitado (ver grifos): com base em influência da igreja *progressista*, a prática de reuniões é *assídua* e as discussões, *sistemáticas*. A qualificação desse período revela o dinamismo interno do MST, então uma organização emancipatória, com proximidade entre lideranças e base, além de um processo decisório democrático. O modelo organizacional democrático, de acordo com o sociólogo, é resultado de um momento excepcional, que ele identifica como o *ciclo de protestos* da redemocratização. Ele usa o conceito nos textos de 1996 (p. 62) e 2002 (p. 6), fazendo referência a Tarrow.

Para Navarro, o Brasil passou por um ciclo de protestos entre o final da década de 1970 e o início da de 1980. É um momento explosivo, em que, vítimas da acelerada mercantilização das atividades produtivas na zona rural, causadora de fome e desemprego, e aproveitando a oportunidade política oferecida pela progressiva abertura da ditadura militar, movimentos sociais irrompem no cenário do campo brasileiro, estimulados por certos setores da igreja católica, ligados à Teologia da Libertação. Entre outras conseqüências, o ciclo de protestos desse período leva à redemocratização do Brasil.

O modelo organizacional do MST, em sua gênese, é contaminado pela excepcionalidade do período histórico. A identidade entre os militantes é imediata, a participação política não precisa ser estimulada, pois há em sobra. Não é preciso ter hierarquia, pois todos estão convictos do mesmo ideal e todos aceitam o rumo a ser seguido. Há uma perda de sentido. Mas não só no MST, em outras organizações que surgem nesse período, nas grandes cidades, nas igrejas. Geneticamente idênticas, todas as organizações estão harmoniosamente vinculadas umas com as outras. Às vezes, militantes de uma também participam de outra.

Ao fim do ciclo de protesto, do qual é resultado, o MST inicia sua segunda fase, que, para Navarro, vai de 1986 a 1993. É nesse período que o movimento social se transforma em movimento de quadros, diz. Adota uma visão mais confrontacional, alheia aos interesses da população que lutou pela redemocratização, exemplifica o sociólogo. Para ele, manifestação dessa guinada é a adoção do lema “ocupar, resistir, produzir”. Mote, de acordo com o sociólogo, mais agressivo do que o anterior (“Terra para quem nela trabalha”). Ademais, afirma Navarro, também caracteriza essa segunda fase a separação definitiva entre o movimento e a igreja, cortando assim os vínculos com a instituição que promoveu sua gênese, e o deslocamento da principal área de atuação do MST do Rio Grande do Sul para São Paulo.

A terceira fase – de 1994 até 1998 – acentua as tendências da anterior, de acordo com Navarro. Nesse período, diz, o MST se expande no Pontal do Paranapanema, o que aumenta sua capacidade de pressão, apesar da crescente desconfiança de outros movimentos sociais, preocupados com a tática de luta que os sem-terra adotam. A força do MST é animada, além disso, segundo o sociólogo, pela repercussão de sucessivos massacres de integrantes de sua base, como o de Eldorado dos Carajás, em 1996, e protestos de grande impacto, como a marcha para Brasília de 1997, da qual participaram cem mil pessoas.

O MST passa por uma transformação em sua militância. Assume cargos importantes o que Navarro chama de uma segunda geração de militantes, mais propícia a ter interpretações e realizar ações confrontacionais. O movimento se torna mais provocador. Criados dentro do MST, esses novos militantes, afirma o autor, são “cegamente voluntaristas” (NAVARRO, 2002, p. 11, n. 12), decorrência de terem sido formados de modo rígido e dogmático. Não há questionamentos ou problematizações. As ações, nessa perspectiva, são decididas de cima para baixo e tocadas acriticamente por militantes intermediários, que aceitam a palavra dos dirigentes como verdade absoluta. Há uma devoção religiosa. Tal

conduta, para Navarro, é explicada, além do processo de endoutrinação da segunda geração, pelo fato de muitos jovens militantes considerarem que assumir cargos de liderança seja um meio de ascensão social e esperarem então cair nas graças de um dirigente para que este o apadrinhe. Reproduz-se o paternalismo, forma de dominação tradicional em grandes fazendas.

Inicia-se uma quarta fase no desenvolvimento histórico do MST desde 1998, segundo Navarro, para quem esta se traduz pelo crescimento de dificuldades para a ação do movimento. É um MST isolado, preso a uma retórica vazia. Reproduz, de acordo com o sociólogo, o que ocorreu com as Ligas Camponesas nos anos que antecederam o golpe militar. Explica: “Desde a exacerbação da retórica política às formas extremadas de luta social, passando pelo ataque ao Estado e, até mesmo, à pueril adoção de ‘esquemas militares’, as lições da história passada parecem ter sido esquecidas pelos dirigentes da organização” (NAVARRO, 2002, p. 14). Tal radicalização não se justifica, diz. Manifesta-se pela realização de protestos que não podem levar a conquistas para sua base, como a ocupação de prédios públicos, a ocupação de áreas notoriamente produtivas, o enfrentamento com outras organizações rurais e a realização de pressão política em relação a temas controvertidos (livre comércio, transgênicos). O MST, avalia o sociólogo, se tornou um ator social descontrolado e isolado. Por isso mesmo, perigoso.

A organização dos sem-terra se transforma então em um obstáculo para a realização da reforma agrária. A conclusão de Navarro é dura. Diz que a organização passa a reger-se por outros objetivos do que os de sua base. O MST, continua, nega a sua base uma emancipação própria, tão levado que está por seus objetivos políticos, cada vez mais radicalizados, mesmo que seja só na retórica. E mais: Os militantes impõem um modelo de

dominação para manter a base sob controle. Por fim, para o sociólogo: as pessoas que atuam no movimento são incapazes de atingir uma real autonomia.

A organização interna caracteriza a guinada conservadora do MST, pois, de acordo com Navarro, se define pela imposição de um *ethos* militarista, baseado em um regime de controle social rígido das ocupações. Revela que são características da atitude das lideranças o mandonismo e o abuso de poder. Os dirigentes do MST não se submetem a mecanismos de responsabilização internos, diz Navarro, até mesmo porque tais mecanismos não existem. Fazem o que querem, afirma: não são eleitos, mas escolhidos por outros dirigentes, pelos critérios da lealdade e da submissão às diretrizes da organização, que devem ser obedecidas sem reclamações, correndo o risco, em caso de desagravo, de perder a posição na estrutura da organização.

Para manter a base disciplinada, comenta o sociólogo, os dirigentes coagem as famílias – financeira e fisicamente. Dizem que só vão repassar recursos, para a compra de ferramentas, por exemplo, se a família acatar as ordens da liderança. Em casos extremos, espancam integrantes da base, diz. Para manter a disciplina, as lideranças rebaixam pautas de reivindicações principais da organização, como é o caso da questão de gênero, segundo Navarro, que é pouco discutida no MST. Força-se a homogeneização, considerada o modo mais fácil de controlar a base, denuncia.

Para Navarro, o MST adota um esquema organizacional ortodoxo, que traz, importado, das experiências organizacionais européias – é o manual leninista, no trecho supracitado. Prega tal esquema: desconsidera-se o contexto local e as formas de sociabilidade locais, para não pôr em risco a dimensão nacional da organização. Esse atropelo é um freio à emancipação dos mais pobres, diz o sociólogo, pois:

Como a emancipação não é sinônimo de uma ruptura anti-sistêmica e, menos ainda, uma vaga ordem política socialista, mas, em perspectiva

restrita, adere-se aqui à idéia da necessidade, relativamente óbvia no caso brasileiro, de dar significado real a tal conceito através da possibilidade da participação e da representação política e, igualmente, à concretização da presença de tais grupos no sistema de disputas políticas que os aceite e integre de forma legítima. (NAVARRO, 2002, p. 5)

Apesar de importar um modelo organizacional revolucionário, o caráter revolucionário do MST é ilusório, afirma o autor, para quem os ícones do socialismo, freqüentes nas manifestações do movimento, funcionam como elementos ritualísticos. O modelo organizacional e teórico do MST, baseado em correntes marxistas, é um instrumento para garantir a disciplina dos militantes, revela. Estes precisam ser alimentados com tais rituais e teorias, que os estimula à disciplina, porque participarão de formas de luta complexas e perigosas, que não permitem espaço para a dúvida, conclui o sociólogo. O instrumento é portanto revolucionário em sua formatação, mas não é revolucionário em seu fim. Aliás, diz Navarro, a necessidade da revolução não existe no imaginário dos pequenos camponeses, preocupados “em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra em uma sociedade tão espantosamente desigual como a brasileira” (NAVARRO, 1997, p. 119). Em sua perspectiva, a teoria revolucionária é instrumentalizada para fins internos, para desenvolver a identidade interna.

O aparato organizacional, a disciplina e o endoutrinamento funcionam, de acordo com o sociólogo, porque a base do MST vive uma situação de fragilidade. São os mais pobres entre os mais pobres do campo, os setores mais frágeis. O sucesso do movimento em manter-se funcionando, apesar de ter tornado-se um instrumento burocrático e oligárquico, é, de acordo com o autor, decorrência de manter uma forte identidade social, que motiva as pessoas. Mas, mesmo assim, já diz Navarro, há um progressivo abandono da base do MST, que não concorda com os rumos da organização – é o MST que se afasta de seu público potencial, como está no trecho supracitado.

Apesar de progressivamente isolado, inclusive da igreja, o MST rejeita alianças com outros movimentos, revela Navarro. Isto porque, continua, não quer dividir o controle sobre sua base. Ao mesmo tempo, rejeita relações com o Estado, que é, segundo o sociólogo, constantemente deslegitimado, atitude usada para manter a coesão do movimento: o Estado é identificado como um inimigo, contra qual todos os sem-terra têm que se unir. Nessa perspectiva, o MST rejeita qualquer proposta de desenvolvimento agrário que não seja sua.

Para Navarro:

A persistente recusa a qualquer experimento democrático, seja internamente, seja em suas relações com outras organizações do campo, em consequência, torna impossível, pela inexistência, afirmar suas possibilidades políticas, mas também permite acentuar a incongruência entre um regime político que se democratiza e institucionaliza e a existência de uma organização que insiste em uma retórica anti-sistêmica". (NAVARRO, 2002, p. 19)

Para uma outra corrente teórica, que se opõe a Navarro, a intuição politizadora de Bogo garante a inovação e indica para a adoção de uma prática e estratégia revolucionária. De acordo com o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, o MST nasce como uma entidade nova, absolutamente *sui generis*, pois rejeita as experiências burocráticas de outros movimentos sociais, alimentado que está do espírito democrático da Teologia da Libertação. Segundo Fernandes (2000), há uma democracia de origem no MST, que tem dois impactos fundamentais em sua estruturação e que o diferenciam de outras organizações: em primeiro, o movimento rompe com a idéia de que a tarefa política é obrigatoriamente masculina e adulta, já que, desde as manifestações de Ronda Alta, mulheres e crianças atuam diretamente nas decisões do movimento e participam de seus espaços de formação política; em segundo, este quebra o formato tradicional da representação dos camponeses, historicamente corporativa, pois não participam do MST apenas aqueles que querem um pedaço de terra (interesses particulares), mas todos os que lutam por uma questão política (luta de classes).

Para o geógrafo, a democracia e a abertura do movimento o levam a seguir a lógica da “forma em movimento”, de acordo com a qual se mantêm processos não-oligárquicos de tomada de decisão e de estímulo à participação da base. Traduz esse conceito uma fala de João Pedro Stedile, da Direção Nacional do MST:

Aprendemos que a primeira pergunta que se deve fazer a um militante é: *O que você gostaria de fazer no MST?* Do conjunto, surge uma diversidade de capacidades e habilidades. [...] Isso só é possível se há uma verdadeira divisão de tarefas dentro da organização. A organização centralizada nas mãos de uma pessoa ou de um pequeno grupo não permite essa riqueza (STEDILE; FERNANDES, 2001, p. 33).

A divisão de tarefas, segundo a liderança, é uma resposta à complexidade de atividades do movimento. E o que mantém a ligação entre as diferentes tarefas, seguindo novamente a perspectiva de Fernandes, seria a identificação dos integrantes do movimento com um objetivo político. Sugere Horácio Martins de Carvalho que os dois elementos – a divisão de tarefas e a direção política clara – levaram o MST a assumir a forma de uma sociedade em rede, descentralizada e múltipla, mais do que a de uma organização de massa (CARVALHO, 2002), marcada pela não-obrigação de os integrantes terem um documento formal que comprove a participação na ação coletiva. Diz Carvalho:

Esse tipo de sociedade em rede proporciona, de alguma maneira e com grande flexibilidade, a emergência de uma massa de pessoas portadora de utopia, nem sempre plenamente consciente dela, muitas vezes cheia de incongruências, mas como uma utopia humanizadora que enfrenta, rompe e coloca para a sociedade em que se insere proposições, pensamentos e aspirações muito além, pela superação, daquelas que configuram o pensamento único neoliberal e, nele, o socialdemocrata. Não têm receio de defender, mesmo que ora timidamente ora sem completo conhecimento do conceito erudito, os valores do socialismo (CARVALHO, 2002, p. 30).

A expressão de Carvalho – valores do socialismo –, concordando com a de Fernandes, sugere que o MST se volta para um desígnio político amplo. Para o geógrafo, apesar de beber nas fontes clássicas do marxismo, o movimento não copia o formato organizacional europeu, especialmente o soviético, e não tenta implementá-lo, de cima para

baixo. A “forma em movimento”, na concepção de Fernandes, se define pela adaptação da organização ao meio, permitindo participação popular e rotatividade nos cargos importantes. É o que também expressa a pedagoga Roseli Caldart, afirmando que o movimento é marcado pela horizontalidade:

Pedagogia da *organização coletiva*. Ou: como os sem-terra do MST se educam enraizando-se e fazendo-se em uma *coletividade em movimento*. O ser humano precisa de raízes, e somente consegue produzi-las quando participa de uma *coletividade*. [...] O MST se enraíza enraizando os sem-terra em uma coletividade que eles mesmos constroem através de sua luta e organização. Fazer parte da coletividade chamada MST é, sem dúvida, uma das experiências decisivas na conformação humana do sujeito *Sem Terra*. Na experiência da formação dos sem-terra pelo Movimento, pois a *organização coletiva* também figura como *princípio educativo*. A expressão *organização coletiva* traz uma certa redundância: não há coletivo sem organização, e o processo coletivo geralmente visa à constituição de um coletivo. [...] *Organização* remete ao ato ou ao processo de organizar-se em vista de realizar coletivamente uma determinada ação; mas também pode se referir à coletividade produzida através das ações organizadas. O MST organiza os sem-terra para a luta; o MST é a organização ou a coletividade produzida pelos sem-terra em luta (CALDART, 2004 p. 342).

Para os três autores citados, o MST se localiza em uma tradição que desafia a lei de ferro da oligarquia. Refutam a idéia da inexorabilidade da evolução organizacional de ações coletivas, delineando que não só o movimento se manteve coerente com seus princípios de origem como os radicalizou. Fazem eco a diversos estudiosos dos movimentos sociais, como Tarrow (1998), Donatella della Porta e Mario Diani (1999) e Colin Barker (2001), para os quais a lei de ferro da oligarquia só é válida para alguns tipos de organização; ademais, dizem, há mecanismos organizacionais, como a intensificação de laços de solidariedade dentro do movimento ou a presença de ideologias que desafiam a própria autoridade, e condições ambientais, como a presença crescente de idéias radicais em uma sociedade, que podem obstruir a oligarquização. No caso do MST, a refutação, mesmo que não explícita, da lei de Michels implica em consideração de que esse movimento pode ser *socialista*, ou seja, não se tornará forçosamente adaptado ao ambiente capitalista e conservador.

A evolução organizacional do MST está no centro de dois debates: um acadêmico, outro político. No primeiro, cientistas sociais apresentam conclusões antagônicas, uns dizendo que o movimento se oligarquizou no decorrer do tempo e outros o contrário. O segundo diz respeito ao próprio MST que, desde a formalização, evolui com a permanência de uma tensão entre a centralização das decisões e direção coletiva – manifestada na relação entre assessores e sem-terra, como se viu no capítulo anterior. Analisar a evolução da DN permite colocar elementos objetivos nesses dois debates.

Este capítulo traz tabelas que descrevem a evolução da composição da DN entre 1988 e 2006. Os dados foram obtidos por meio da sistematização de informações contidas em listas de presença em reuniões da DN. A partir disso, verifica-se se as lideranças permanecem no cargo – chama-se taxa de permanência o percentual de lideranças de um ano que se mantêm no cargo nos anos seguintes – ou se há renovação – chama-se taxa de renovação o percentual de dirigentes que compõem a DN, em dado ano, sem a ter integrado no anterior.

Em 1988, quinze pessoas foram nomeadas para compor a DN. No ano seguinte, dezenove pessoas ocuparam as quinze cadeiras da instância. Foram três substituições no decorrer do ano e uma no início. Duas reuniões chegaram a ter dezoito participantes, apesar de o número oficial de dirigentes ser quinze. Essa confusão é possivelmente reflexo do tumulto organizacional que marcou o surgimento da Direção (como se descreveu no segundo capítulo). No total, como indica a Tabela 3.1, onze das quinze lideranças de 1988 integravam a DN no ano seguinte.

Tabela 3.1 – Dirigentes do MST que permanecem no cargo, ano a ano, entre 1988 e 2006

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1988	11	9	9	4	4	3	3	7	7	5	5	2	2	1	1	1	1	1
1989		12	12	8	8	7	6	9	9	7	7	4	4	3	3	2	2	2
1990			15	9	9	8	7	9	9	7	7	4	4	3	3	2	2	2
1991				9	9	8	7	9	9	7	7	4	4	3	3	2	2	2
1992					15	13	12	11	11	7	7	5	5	4	4	2	2	2
1993						13	12	11	11	7	7	5	5	4	4	2	2	2
1994							14	11	11	8	8	6	6	5	5	3	3	3
1995								11	11	8	8	6	6	5	5	3	3	3
1996									21	13	13	8	8	5	5	2	2	4
1997										13	13	8	8	5	5	2	2	4
1998											21	12	12	6	6	4	4	5
1999												12	12	6	6	4	4	5
2000													24	13	13	6	6	6
2001														13	13	6	6	6
2002															23	9	9	6
2003																9	9	5
2004																	24	13
2005																		13

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Dos quinze dirigentes eleitos para compor a DN em 1990, doze já estavam no cargo no ano anterior e nove o ocupavam desde o surgimento da instância. Treze das lideranças de 1990 já haviam estado na Direção em pelo menos um dos dois anos anteriores, como mostra a Tabela 3.2. As novas lideranças (duas no total de quinze) representam 13% da composição da DN. No ano seguinte, sem eleição, já que esta é bienal, não houve mudança na instância – os 15 dirigentes permaneceram os mesmos.

Tabela 3.2 – Lideranças novas e antigas na Direção Nacional do MST, entre 1989 e 2006

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Participou da DN em ano anterior	11	13	15	9	15	13	14	16	21	13	21	13	24	15	23	11	24	18
Porcentagem (lideranças antigas / total de dirigentes)	61%	87%	100%	60%	100%	87%	93%	76%	100%	62%	100%	52%	96%	63%	100%	46%	100%	30%
Nunca participou	7	2	0	6	0	2	1	5	0	8	0	12	1	9	0	13	0	43
Total de dirigentes	18	15	15	15	15	15	15	21	21	21	21	25	25	24	23	24	24	61

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Sessenta por cento dos dirigentes que cumpriram o mandato 1990-1991 foram reconduzidos ao cargo em 1992 e se mantiveram nele no ano seguinte. Do total de quinze

lideranças quatro (27%) estavam na DN em 1988; oito (53%) em 1989, como indica a Tabela 3.3. Mais da metade dos integrantes eram pessoas que ocuparam o cargo em pelo menos um dos anos de fundação da instância.

Tabela 3.3 – Proporção de dirigentes do MST que permanecem no cargo, ano a ano, entre 1988 e 2006

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1988	61%	60%	60%	27%	27%	20%	20%	33%	33%	24%	24%	8%	8%	4%	4%	4%	4%	2%
1989		80%	80%	53%	53%	47%	40%	43%	43%	33%	33%	16%	16%	13%	13%	8%	8%	3%
1990			100%	60%	60%	53%	47%	43%	43%	33%	33%	16%	16%	13%	13%	8%	8%	3%
1991				60%	60%	53%	47%	43%	43%	33%	33%	16%	16%	13%	13%	8%	8%	3%
1992					100%	87%	80%	52%	52%	33%	33%	20%	20%	17%	17%	8%	8%	3%
1993						87%	80%	52%	52%	33%	33%	20%	20%	17%	17%	8%	8%	3%
1994							93%	52%	52%	38%	38%	24%	24%	21%	22%	13%	13%	5%
1995								52%	52%	38%	38%	24%	24%	21%	22%	13%	13%	5%
1996									100%	62%	62%	32%	32%	21%	22%	8%	8%	7%
1997										62%	62%	32%	32%	21%	22%	8%	8%	7%
1998											100%	48%	48%	25%	26%	17%	17%	8%
1999												48%	48%	25%	26%	17%	17%	8%
2000													96%	54%	57%	25%	25%	10%
2001														54%	57%	25%	25%	10%
2002															100%	38%	38%	10%
2003																38%	38%	8%
2004																	100%	21%
2005																		21%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Entre os dirigentes de 1994, grupo formado a partir de nova eleição, apenas dois deles (13%) não haviam ocupado o cargo no ano anterior. Das quinze lideranças desse ano três (20%) haviam estado na DN em 1988, sete (39%) em 1989 e oito (53%) em 1990. Apesar de uma diminuição na proporção de dirigentes fundadores da instância na composição da DN em 1994, os dados revelam que a eleição não levou a uma renovação da direção. Em 1995, no segundo ano de mandato, houve uma substituição de liderança – uma nova tomou o lugar de uma que estava na instância desde 1989 –, mas o percentual de dirigentes que havia ocupado o cargo em pelo menos um ano antes de 1994 era 80%.

Em 1996, o número de lugares na Direção passou de quinze para vinte e um. Setenta e três por cento das lideranças de 1995 – no cargo desde 1992 – se mantiveram na DN em 1996. Com o aumento do número de vagas, esse grupo representou 52% do total de lideranças – teria ocupado 61%, se houvesse dezoito cadeiras. Mas isso não marcou uma

renovação da DN: apenas cinco das lideranças que foram eleitas para compor a instância em 1996 e 1997 nunca haviam ocupado o cargo antes, menos de um quarto do total. A taxa de renovação é inferior à de 1992, quando não houve aumento no número de cadeiras. Manteve-se em 1996 e 1997 – anos em que o MST intensificou o número de ocupações, além de conquistar destaque na mídia e no cenário político – a tendência à concentração dos cargos na DN. Como mostra a Tabela 3.4, 47% das lideranças que integraram a direção em 1988 compuseram a instância em 1996 – o percentual foi 20% e 27% em 1994 e 1992, respectivamente.

Tabela 3.4 – Taxa de permanência na Direção Nacional do MST, ano a ano, entre 1988 e 2006

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1988	73%	60%	60%	27%	27%	20%	20%	47%	47%	33%	33%	13%	13%	7%	7%	7%	7%	7%
1989		67%	67%	44%	44%	39%	33%	50%	50%	39%	39%	22%	22%	17%	17%	11%	11%	11%
1990			100%	60%	60%	53%	47%	60%	60%	47%	47%	27%	27%	20%	20%	13%	13%	13%
1991				60%	53%	47%	60%	60%	47%	47%	27%	27%	20%	20%	13%	13%	13%	13%
1992					100%	87%	80%	73%	73%	47%	47%	33%	33%	27%	27%	13%	13%	13%
1993						87%	80%	73%	73%	47%	47%	33%	33%	27%	27%	13%	13%	13%
1994							93%	73%	73%	53%	53%	40%	40%	33%	33%	20%	20%	20%
1995								73%	73%	53%	53%	40%	40%	33%	33%	20%	20%	20%
1996									100%	62%	62%	38%	38%	24%	24%	10%	10%	19%
1997										62%	62%	38%	38%	24%	24%	10%	10%	19%
1998											100%	57%	57%	29%	29%	19%	19%	24%
1999												57%	57%	29%	29%	19%	19%	24%
2000													96%	52%	52%	24%	24%	24%
2001														52%	52%	24%	24%	24%
2002															96%	38%	38%	25%
2003																39%	39%	22%
2004																	100%	54%
2005																		54%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Tabela 3.5 - Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 1997

Anos	Nº de pessoas	%
1	6	15,8%
2	10	26,3%
3	2	5,3%
4	5	13,2%
5	-	0,0%
6	7	18,4%
7	-	0,0%
8	3	7,9%
9	3	7,9%
10	2	5,3%
Total	38	100%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Entre 1988 e 1997, um mesmo grupo concentrou parte importante das vagas disponíveis na DN. Ano a ano, a renovação das lideranças foi baixa, o que indica uma tendência de pouca abertura na instância. Das trinta e oito pessoas que ocuparam um cargo na Direção no período, 57,9% ficaram mais do que dois anos – 18,4% ficaram seis e 15,8%, oito e nove –, como revela a Tabela 3.5. Quase 16% dos dirigentes ficaram apenas um ano no cargo, ou

seja, não completaram os dois anos do mandato. Nesse período, ocorreram dois fenômenos, simultâneos: a permanência de algumas lideranças na DN durante vários anos e, especialmente nos dois anos de fundação da instância, a saída de vários dirigentes antes que completassem o tempo total de seu mandato. É necessário notar que não se afirma que o grupo de dirigentes que permanece no cargo durante vários anos aja – e decida – de modo coeso, ou seja, que tenha pactuado para manter-se no cargo. Mas os dados revelam que, entre 1988 e 1997, apesar de ser um período em que a base do MST aumentou consideravelmente, com a intensificação de ocupações, as novas pessoas que ingressaram no movimento tiveram pouca oportunidade para assumir cargos de direção nacional – e, para muitos, quando conseguiram, não se mantiveram na instância por mais de um ano.

Em 1998, ainda com vinte e uma cadeiras, treze lideranças foram reconduzidas ao cargo, representando 62% do total da DN. Mas as vagas restantes foram todas ocupadas por pessoas que nunca haviam estado na Direção anteriormente. Desde o surgimento da instância foi ano em que mais pessoas novas se tornaram dirigentes, superando a taxa de renovação de 1989, ano em que houve várias substituições. Em 1998, 33% das lideranças de 1988 se mantinham no cargo. Em 1999, não houve mudanças na composição da DN.

No ano seguinte, o número de cadeiras na DN aumentou de novo, passando de vinte e um para vinte e cinco. Cinquenta e sete por cento das lideranças que compunham a instância em 1999 foram reeleitas, como mostra a Tabela 3.4. Diferentemente do que ocorreu em 1996, a ampliação da Direção fez com que surgissem novos dirigentes. As doze lideranças de 1999 que foram reconduzidas ao cargo representaram 48% do total, como revela a Tabela 3.3 – teria sido 57% se houvesse vinte e uma cadeiras. Dos outros treze dirigentes, apenas um já havia ocupado o cargo, em outro ano. Assim, 48% dos integrantes da DN estavam experimentando seu primeiro mandato. Em 2001, houve uma substituição, que não interferiu

na proporção entre novos dirigentes e aqueles que já haviam estado na instância antes de 2000.

O número de cadeiras, em 2002, passou para vinte e quatro. Treze delas ficaram com lideranças que estavam na DN no ano anterior e outras duas com pessoas que haviam sido dirigentes em outros anos. As novas lideranças representaram 37% da Direção, proporção inferior à de 1989, 1992, 1998 e 2000. O grupo fundador da instância perdeu representatividade – a partir de 2002, só 7% das lideranças de 1988 permaneceram no cargo; 17% das de 1989. Em 2003, uma pessoa abandonou a Direção, fazendo com que o número de cadeiras passasse para 23, todas ocupadas pelas mesmas pessoas do ano anterior.

Entre 1998 e 2003, a pouca abertura que se verificou no período anterior diminuiu. Em 1998, oito novas pessoas entraram na DN, representando 38% do total; em 2000, 12, 48% das cadeiras; e, em 2002, nove, o que corresponde a 37% da Direção. A taxa de renovação é maior do que a observada em 1994 e 1996. Em 1998, 33% das lideranças que estavam na instância na década anterior continuavam no cargo; em 2002, o percentual passou para 7%.

Tabela 3.6 – Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 2003

Anos	Nº Pessoas	%
1	9	13,2%
2	22	32,4%
3	2	2,9%
4	14	20,6%
5	-	0,0%
6	7	10,3%
7	-	0,0%
8	5	7,4%
9	1	1,5%
10	4	5,9%
11	-	0,0%
12	1	1,5%
13	-	0,0%
14	-	0,0%
15	2	2,9%
16	1	1,5%
Total	68	100,0%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

A Tabela 3.6 indica que 45,6% das 68 lideranças que ocuparam cargos na DN entre 1988 e 2003 ficaram, no máximo, dois anos na instância, o que indica um aumento, se for comparado ao período que vai do surgimento da DN a 1997. Sessenta e nove por cento dos dirigentes ficaram, no intervalo analisado na Tabela 3.6, entre um e quatro anos na Direção, taxa superior à que se vê na Tabela 3.5. Quatro dirigentes permaneceram na instância mais de 10 anos – um não saiu em

nenhum. A proporção de lideranças que ficaram mais de quatro anos no cargo diminuiu em relação à Tabela 3.5.

Em 2004, iniciou-se uma nova fase na composição da DN, em que novas lideranças ocuparam mais cadeiras do que as que já haviam estado na instância em outro momento. Nesse ano, o número de vagas passou para vinte e quatro, nove das quais ocupadas por dirigentes que foram reeleitos. Duas pessoas chegaram ao cargo, após terem sido dirigentes em outros anos que não os do mandato anterior. Assim, treze lideranças, representando 54% do total, chegaram à Direção pela primeira vez. Em 2005, não houve mudanças na composição – todas as vinte e quatro cadeiras foram ocupadas pelas mesmas pessoas do ano anterior.

Em 2006, ocorre uma grande transformação na DN. Como indica a Tabela 3.4, 54% das lideranças de 2005 foram reeleitas. Há dezoito pessoas que já participaram da Direção na composição da instância em 2006 – representariam 75% das cadeiras, se o total fosse vinte e quatro. Mas, nesse ano, o número de vagas passou para sessenta e um – mais do que o dobro em relação ao anterior. Foram quarenta e três novas lideranças para a instância, correspondendo a 70% do total de lugares, como se vê na Tabela 3.2.

Durante todo o período analisado nesse capítulo, foi pouco expressivo o número de lideranças que, mesmo não estando na Direção, abandonaram o MST. Do total de 124 dirigentes que, em pelo menos um ano, estiveram na instância 10 saíram do movimento. Cinco delas saíram em 1989 e 1990, ainda no período de tumulto organizacional inicial. Um deles abandonou o movimento em 1992, após ter ficado na DN desde o surgimento desta. Duas lideranças que entraram na Direção em 1992 abandonaram o MST – em 1996 e 1998. Um integrante da direção, que entrou nesta em 1996, saiu seis anos depois. E outro, que

ingressou em 1998, saiu em 2004. Duas dessas dez lideranças que abandonaram o movimento se tornaram conhecidos dirigentes de outras organizações sociais.

Em virtude das mudanças de 2006, o número de lideranças com até um mandato deu um salto, chegando a 58% do total da DN, como mostra a Tabela 3.7. Das 124 lideranças que passaram pela instância entre 1988 e 2006, quatro estavam no cargo havia mais de 10 anos, representando 3,2% do total. Setenta e nove por cento das lideranças, em 2006, tinham, no máximo, estado no movimento por quatro anos – são vinte pontos percentuais a mais do que no período entre 1988 e 1997. É necessário notar que não se sabe quão impactante será a transformação de 2006 na estrutura organizacional do movimento. Para analisar a tendência a partir desse ano é, no mínimo, preciso avaliar os dados da composição da DN em 2008, verificando se continua havendo uma alta de renovação.

Tabela 3.7 – Anos em que lideranças permaneceram na DN entre 1988 e 2006

Anos	Nº Pessoas	%
1	51	41,1%
2	21	16,9%
3	12	9,7%
4	14	11,3%
5	2	1,6%
6	7	5,6%
7	2	1,6%
8	5	4,0%
9	2	1,6%
10	4	3,2%
11	-	0,0%
12	1	0,8%
13	-	0,0%
14	-	0,0%
15	1	0,8%
16	-	0,0%
17	-	0,0%
18	1	0,8%
19	1	0,8%
Total	124	100,0%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Os dados nas tabelas desse capítulo identificam três fases na evolução organizacional da DN. Num primeiro momento, que vai de 1988 a 1997, há uma alta concentração dos cargos pelas mesmas pessoas. Num segundo momento, de 1998 a 2005, por mais que seja alta a taxa de permanência das lideranças de um ano para o outro há menos concentração, principalmente em virtude de uma progressiva ampliação no número de vagas na instância. Em 2006, inicia-se uma terceira fase, em que aumenta a proporção de novos integrantes na Direção. A indicação dessa variação na dinâmica da composição dessa

instância decisória rejeita as teses que buscam na evolução organizacional do MST – ou de movimentos sociais – linhas inexoráveis.

Não se pretende aqui analisar se é “boa” ou “ruim” a concentração dos cargos decisórios em algumas lideranças – nem se diz aqui que o MST tenha passado por uma fase oligárquica e outra democrática, pois tais afirmações dependeriam da análise de uma série de elementos que não estão discutidos nesse trabalho, como o modo como as decisões são tomadas. No entanto, considerando a discussão sobre a dinâmica da evolução organizacional e refutando a tese da inexorabilidade de um tipo de evolução de organizações o que levou o MST a transformar-se nessas fases? Especialmente, porque alterou radicalmente a composição de sua Direção em 2006? Responde Bogo:

A partir de 2006 a ampliação se deu automaticamente. Tendo em vista o processo de mudanças orgânicas que implementamos na base, onde um homem e uma mulher deveriam sempre estar nas coordenações em igualdade de número, ao chegarmos nas instâncias nacionais nos deparamos com um problema: só tínhamos um representante por estado, logo haveria de se duplicar o número de pessoas. O estado indica seus dois membros e com isso deixamos de fazer eleição nacional com cédula etc. Nem sempre os melhores dirigentes aparecem para compor as instâncias. Há por isso um desnível, mas nada que comprometa o valor da instância como coletivo de reflexão e decisão.

Bogo, um dos primeiros integrantes da DN, afirma que a organização do MST foi *intuitiva*. Agora, ele, um dos idealizadores da ampliação da instância, diz que a transformação organizacional do movimento foi *automática* – termo que ele usou no capítulo anterior ao falar da separação entre o movimento e a igreja. Ele fala de quatro tipos de sinais, que indicam, segundo ele, um afastamento entre a Direção Nacional e a base. O primeiro é o surgimento de novas lideranças, dentro do MST, que não encontram espaço para atuar como tais. Diz: “O MST cresceu e estava sendo conduzido pelo mesmo número de dirigentes. Ou seja, na forma como estavam compostas as instâncias não cabiam mais pessoas”. O segundo, vinculado ao anterior, se caracteriza pela existência de um “método autoritário e

centralizador” que surge na DN e que, de acordo com ele, é preciso “quebrar”. O terceiro diz respeito a uma suposta despolitização da base:

Na medida em que os assentamentos vão ficando velhos começa a haver desgastes das lideranças e muitas discordâncias vão aparecendo. O assentado deixa de ser Sem Terra (de luta) e passa a se comportar como pequeno proprietário. Logo, as decisões das instâncias não têm força de chegar até a base.

Por fim, relacionado ao sinal anterior, Bogo afirma que o MST perdeu influência na base, correndo o risco de ser substituído ou tendo sido substituído por outros atores:

No governo de FHC, na medida em que a repressão se intensificou percebemos que tínhamos algumas fragilidades. Muitas vezes um técnico do governo tinha mais força política do que os dirigentes do movimento. Havia infiltrações e, com isso, desgastava-se a imagem da organização.

Nesses quatro sinais, Bogo identifica dois grandes conjuntos de perigo. O primeiro – ligado ao surgimento de novas lideranças sem espaço e de um método autoritário e centralizador – se define pelo tumulto organizacional, como o que marcou o surgimento da DN. O segundo é um risco à própria razão de ser da organização: a partir do momento em que é substituída, após desgaste, por outro grupo e que os camponeses não são politizados, esta deixa de fazer sentido, já que a base não existe mais. Nessa perspectiva, o *automatismo* de Bogo revela também a falta de alternativas para o movimento a não ser o de mudar a organização, já que pode atravessar um período de instabilidade ou até desaparecer.

Os perigos que Bogo identifica têm a ver com a conexão entre a DN, instância criada, entre outros motivos, para garantir a unidade do MST, e a base. O afastamento entre lideranças e camponeses gera perda de legitimidade das decisões coletivas (que “não têm força para chegar até a base”) e o esfacelamento dos diferentes grupos que pertencem ao movimento, como acampamentos e assentamentos. Estes, a partir do momento em que não

reconhecem na Direção uma entidade confiável, se autonomizam, considerando que devem definir isoladamente seus rumos².

Como se viu acima, Navarro considera que o afastamento entre base e lideranças é reflexo da atuação destas, que, *empolgadas*, com um êxito inicial do movimento o guiaram para o fracasso. Ele apresenta uma resposta que se centra nos próprios encaminhamentos da instância decisória, na organização, que, por sua dinâmica interna, levará ao fim do movimento. Aqui se apresenta a hipótese de que o afastamento, que poderia vir a ocorrer segundo Bogo, não é resultado de uma lei que inexoravelmente leva organizações a se tornarem oligárquicas, mas a uma mudança no contexto político em que o MST se situa. Ou seja, nessa perspectiva, a transformação da DN é uma adaptação da organização a um novo ambiente, adaptação esta que é vista como imprescindível à própria continuidade do movimento e, por isso, nos termos de Bogo, *automática*. É a mesma situação – e explicação – do que ocorre no processo de separação entre o movimento e a igreja.

Entre 1988 e 2002, os movimentos sociais, incluindo o MST, atravessaram um período de relações ríspidas com o governo federal. Este teve dois ápices no caso dos sem-terra: a Presidência de Fernando Collor e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesses dois períodos, diminuíram as ocupações – e, concomitantemente, os assentamentos (FERNANDES, 2003). No governo Collor, a Polícia Federal invadiu escritórios do MST e prendeu diversas lideranças. Em relação a Cardoso, em sua análise sobre as relações desse presidente e do movimento Comparato conclui que estas se modificaram a partir do massacre de Eldorado de Carajás, em 1996, quando 19 sem-terra foram assassinados por policiais

² Tarrow descreve as insurreições de 1851, na França, como episódios desse tipo: “Na base, havia centros de ação coletiva que atacavam *mairies*, lutavam contra tropas e organizam levantes em seus vilarejos. Não eram grupos irracionais (*hooligans*), mas provinham de redes sociais estáveis de suas localidades e famílias [...]. Mas quando o exército apareceu, “falhas na comunicação e gerenciamento da resistência limitaram a expansão da ação regional. Líderes locais se identificavam mais com pessoas que haviam participado de outros levantes do que burgueses republicanos que jamais haviam visto. A falta de estruturas de vínculo estáveis e que gerassem confiança entre o centro e a periferia foi a principal debilidade do movimento” (TARROW, 1998, p. 125).

militares paraenses, enquanto exigiam a desapropriação de uma fazenda para fins de reforma agrária. Explica:

Fernando Henrique Cardoso percebeu a necessidade de coordenar melhor as ações para poder enfrentar o movimento. Essa mudança foi percebida pelos meios de comunicação: “O governo resolveu adotar uma linha mais dura para enfrentar o MST. O objetivo é impedir não apenas as invasões de sedes do Incra, como o MST vem fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a repressão ao MST no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado, como aconteceu até a semana passada. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, tropas do Exército serão chamadas” (*Veja*, 26/06/96). De fato, o general Alberto Mendes Cardoso, chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto, passou a supervisionar diariamente as atividades do MST, como informa outro artigo da revista *Veja* (23/04/97). Foi no exercício dessa nova função que ele visitou Eldorado dos Carajás, assim como sete acampamentos em áreas de conflito. A revista informa ainda que o general controlava 900 homens, em 12 agências regionais de inteligência, e produzia um relatório que, durante os dois meses de duração da marcha do MST a Brasília, em 1997, era enviado diariamente ao presidente. Uma rede de informantes e agentes infiltrados, com salário de 200 reais por mês, sempre segundo o artigo de *Veja*, garantiam a precisão das informações (COMPARATO, 2003, p. 60).

Comparato considera que, no início do governo de Cardoso, este fazia pronunciamentos favoráveis à reforma agrária, mas o tom dos discursos foi mudando e o MST passou a ser tratado como “adversário” pelo presidente. Mesmo assim, entre 1995 até o final de 2000, revela Comparato, ocorreram cinco encontros entre Cardoso e lideranças do movimento. Apesar de se situarem como adversários, afirma o cientista político, o governo e o MST mantinham necessariamente negociações, pois estavam em uma situação em que dependem um do outro.

Para ambos seria um erro estratégico pretender eliminar o outro, pois o MST precisa do governo, da mesma forma que o governo não pode ignorar o MST. Os dirigentes do movimento têm plena consciência de que precisam da mediação do governo para atingir os seus objetivos. Apenas o governo pode desapropriar terras, conceder indenizações,

garantir crédito aos assentados, estabelecer uma política agrária e executá-la. Em outras palavras, o governo é o único ator que pode conciliar os interesses em jogo e impedir que o conflito entre os proprietários de terra e os sem-terra se radicalize. Por outro lado, sem a presença do MST, o número de mortes no campo seria, provavelmente, muito maior. A morte de um militante do MST é muito mais constrangedora para o governo do que o assassinato de um trabalhador rural não pertencente ao movimento. Qualquer ação na qual esteja envolvido o MST adquire mais visibilidade do que outras, nem que seja pelo fato de ser automaticamente considerada um ato de desafio ao governo. Por essa razão é que podemos afirmar que o governo não pode ignorar o MST, e deve sempre levar em conta a resposta do movimento quando estabelece sua política agrária (COMPARATO, 2001, p. 107).

Na década de 1990, a atuação do governo federal influenciou decisivamente a formação organizacional do MST. Como adversários, o movimento e o governo federal iniciaram um embate cultural pelo significado da reforma agrária: para o primeiro, uma bandeira justa e necessária; para o segundo, algo arcaico e superado. O MST conformou sua organização ao contexto, dinâmico, em que se situava: teve de organizar protestos massivos, de impacto nacional, para promover sua pauta política (as marchas de 1997 e 1999) e participar da construção de alianças em âmbito nacional, com as mais diversas entidades. Para enfrentarem um adversário forte, com o qual eram obrigados a negociar, como explica Comparato, os sem-terra adotaram uma forma de atuação que priorizava a atuação em âmbito nacional do que a local. Tal forma de atuação foi fundamental para o movimento ser reconhecido como um ator político importante pela mídia e, mesmo que a contragosto, pelo governo.

Ao mesmo tempo, a década de 1990 foi marcada por altos níveis de violência contra camponeses. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, que faz um levantamento anual de violência no campo, houve 197 assassinatos de sem-terra entre 1997 e 2002³. Milícias financiadas por grandes fazendeiros agiam para impedir ocupações de terra e

³ Esses e mais dados podem ser acessados em www.cptnac.com.br.

atacavam grupos que o tentassem. A visibilidade nacional conquistada pelo MST fez com que muitas famílias camponesas, com vontade de participar de uma ocupação, avaliassem que o movimento lhes serviria como “proteção”. Como diz Comparato, gera *constrangimento* ao governo o assassinio, pela polícia ou por milícias ruralistas, de um camponês usando um boné do MST, pois as lideranças deste conquistaram espaço midiático e político.

Nesse contexto em que se defronta com o governo federal como principal adversário, o movimento estimula a coesão interna – como diz Fernandes, é um período de refluxo. A organização se volta, prioritariamente, à conquista de visibilidade nacional, fazendo com que surjam porta-vozes com impacto nacional, capazes de convencer a opinião pública. Ademais, a percepção por parte das lideranças de riscos de infiltrações e a necessidade de manter a coesão organizacional os leva a adotar uma direção centralizada e com pouca abertura. Essa estrutura organizacional aponta para uma situação de introspecção do movimento, em que a organização adota como um de seus pontos principais o fortalecimento dos laços internos e de institucionalização, resistindo à influência do Estado.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, rompe com esse cenário. Apesar de o movimento considerar que a política de reforma agrária deste é insatisfatória, não há mais o mesmo nível de enfrentamento entre o MST e o presidente. Aquele até o apoiou publicamente na reeleição, em 2006. Comenta isso Fernandes:

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. Durante oito meses, o Incra construiu um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Iniciou-se a elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados, e juntamente com o Ministério do Desenvolvimento agrário, formou-se uma equipe de

especialistas para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária. (FERNANDES, 2003, p. 5).

Não há ainda muitas análises sobre a relação entre o MST e Lula, mas as primeiras que surgiram (RIDENTI, 2007; FERNANDES, 2006; WRIGHT; WOLFORD, 2003) e as próprias declarações públicas das lideranças do movimento denotam que, apesar de o governo ser ambíguo em relação à reforma agrária – para alguns, até decepcionante –, os sem-terra consideram que o presidente lhes garantiu um ambiente favorável.

Foi justamente essa situação favorável que criou novos riscos à estrutura organizacional do MST. Os quatro sinais de perigo indicados por Bogo surgem com o governo Lula – alguns podiam já existir anteriormente, mas se intensificam nos mandatos do petista. Passada a fase de repressão e atuação em resposta à repressão, a estrutura centralizada do movimento passa a não atingir mais os objetivos de garantir os sucessos do movimento: ter impacto no cenário político para pressionar pela realização de suas reivindicações, dentre as quais a reforma agrária.

Os próprios dirigentes do MST começam a avaliar que sua forma de atuação está desligada da nova realidade, pois estavam atuando de tal modo que respondessem às ações de um adversário forte e centralizado, o governo federal, que o deixou de ser – sobre essa forma de atuação, injustificada, Bogo diz que é centralizada e autoritária. Esses dois sinais, como se viu, manifestam um princípio de tumulto organizacional, que poderia desestabilizar o MST. Mas, mais do que isso, desaparecido o adversário nacional, vetor de repressão, há uma nova situação na relação entre as lideranças e a base, que Bogo revela como despolitização e substituição do movimento. A primeira é resultado da avaliação dos camponeses de que a organização que os defendeu durante a década de 1990 – servindo-lhes quase como um escudo – perde sentido no governo Lula. Para quem for analisar as políticas do petista no campo, é fundamental entender como iniciativas como o Bolsa Família pesam para a seguinte

frase de Bogo: “O assentado deixa de ser Sem Terra (de luta) e passa a se comportar como pequeno proprietário”. Não precisando do apoio coletivo para sua segurança, muitos sem-terra podem ter considerado que podiam atuar *individualmente*, sem se submeter às decisões de uma Direção com a qual pouco se identificam. Ao mesmo tempo, essa pouca identificação – e também a nova atuação do governo federal no campo – intensificou um fenômeno que Bogo já percebia no governo de Cardoso: a substituição do movimento por outras entidades, na base. O fim da repressão faz com que se torne menos custoso para entidades menores atuarem no campo, e estas podem responder de modo mais eficiente às demandas individuais dos camponeses em comparação com uma organização centralizada como o MST. Ou, ainda, o governo federal deixa de reprimir a ação dos sem-terra e passa também a organizá-los, como repara Bogo. Tal fenômeno põe em risco a própria sobrevivência do movimento e de sua organização, sem que seus objetivos, na perspectiva das lideranças tenham sido atingidos.

Revertendo radicalmente a tendência de pouca abertura identificada em toda a década de 1990, a organização do MST se reinventa em 2006, após passar por um período conturbado (marcado pelas variações no número de dirigentes na instância nacional entre 2002 e 2005). A nova organização, como se viu, abre a DN a novas lideranças e faz com que as antigas se tornem minoritárias. Para Bogo, avaliando os dois princípios que moveram a ampliação da Direção, a mudança pretende ir mais a fundo:

Primeiro, o da direção coletiva. Esse princípio tinha um conteúdo simplificado: direção coletiva era não ter presidente e distribuir tarefas entre os membros da instância. Ocorre que há muitos momentos em que militantes tomam decisões sem estar na instância. E nem por isso estão errados. Podemos dirigir somente com o grupo da esfera eleita, mas podemos também considerar que em cada lugar na base onde se tomam decisões tem-se responsabilidades de direção. Logo o núcleo de base, sem ser uma instância, é um lugar onde se exercita a democracia. O núcleo pode ser consultado e deve emitir opiniões sobre o destino do MST. O segundo eixo é o da representatividade territorial ou humana. Até então seguindo o critério das unidades da federação, cada estado se organizava individualmente e internamente

se subdividia por regionais. Havia regionais com, por exemplo, 20 municípios – dos quais não havia assentamentos em. Essa regional era representada por um dirigente a nível estadual. Mas ele não representava um território disperso desorgânico e, com isso, exercia um método autoritário, do mando, da ordem determinativa. Achamos que deveríamos inverter: o que vale não é o tamanho do território ocupado, mas a força organizada que existe nele. Então estabelecemos que um dirigente deve representar pessoas e não a região. Por isso estabelecemos que cada um, ou no caso um homem e uma mulher, deverão representar uma brigada de aproximadamente 500 famílias.

Nesse trecho, Bogo revela duas mudanças na estrutura organizacional: 1) o processo decisório é descentralizado, teoricamente dando a cada integrante do MST a legitimidade de intervir nos rumos do movimento; e 2) a definição do que é uma liderança é revisto, passando esta a representar um coletivo (núcleo) e não um território. Com isso, teoricamente ele espera que o tumulto organizacional seja superado, dando meios e espaços para novas lideranças e aproximando os dirigentes da base.

A reinvenção do MST se baseia em outra transformação, afirma Bogo: a maioria dos integrantes da base do movimento, homens e mulheres, assumem tarefas políticas. A participação de todas e todos se tornaria então uma rede de pertencimento, o que teoricamente dificulta a despolitização dos camponeses (em contato mais constante com as decisões do grupo do qual participam) e, na base, a substituição do movimento por outras entidades. Bogo descreve o mecanismo, ressaltando a importância da esfera local no processo organizacional do movimento, rompendo com a centralização que caracterizou a DN na década de 1990:

Antes, o dirigente ia para as reuniões estaduais e não sabia quantos núcleos tinha, se estavam se reunindo, se as escolas estavam funcionando etc., porque não conseguia passar nos assentamentos dispersos em vários municípios. Agora, cada dirigente tendo 500 famílias organizadas em 50 núcleos, ele está próximo de em média 2.500 pessoas. Acompanha com mais 10 dirigentes que formam o círculo de direção e cada um tem 5 núcleos para acompanhar. Estrutura os setores e os acompanha, onde também, para cada 5 núcleos, existe 1 representante por setor que são 8 no total. Então faça a conta.: 10 dirigentes, mais 10 de cada setor multiplicados, por 8 (setores) dá 80 (com mais 10, são 90 ao todo) E, ainda temos em cada

núcleo 2 coordenadores que somam 100 pessoas. Logo, em uma brigada de 500 famílias, temos 190 lideranças de fato ou em processo de formação. Ou seja, aquilo que era feito por um dirigente e mais alguns representantes de setores regionais, agora foi multiplicado por 190 e com a vantagem de que, naquela regional pode haver várias brigadas de 500 famílias.

Nessa perspectiva, teoricamente a DN deixa de ser o espaço de direção, de fato, para se tornar o espaço de encontro dessa multiplicidade de lideranças locais que emergem. Por isso, faz sentido a ampliação do número de dirigentes. Formalmente, modifica-se a própria concepção do que é uma direção, sendo a instância mais um espaço de comunicação do que de definição de orientações nacionais para cada núcleo organizado, até mesmo porque, ampliado o corpo de dirigentes, se torna mais difícil – e custoso – chegar a consensos e decisões rápidas.

Os impactos – exitosos ou não – da reinvenção organizacional do MST a partir de 2006 não são o objeto desta pesquisa. Não há dados e recuo temporal suficientes para analisá-los, mas, com base no que se viu nesse capítulo e nas explicações de Bogo, pode-se indicar riscos com os quais o movimento dos sem-terra vai ter de lidar num desenho organizacional descentralizado: por mais que estimule a autonomia da base e incentive a participação, pode levar a uma crise de continuidade e a uma falta de coordenação no movimento. Nesse aspecto, pode estar colocando em risco a função primeira da DN – garantir a unidade nacional da luta dos sem-terra – e levando ao esfacelamento das iniciativas populares agrupadas sob a bandeira do MST. Colocam-se para as lideranças dois desafios: 1) encontrar meios práticos para impedir que cada núcleo de camponeses deixe de agir de modo coordenado com outros grupos e tome decisões estratégicas por sua conta, alterando até mesmo sua linha política; e 2) construir novas “motivações” para que a base e a Direção se mantenham não só próximas mas em sintonia política.

4. O perfil das lideranças

Desde 2006, o MST aponta para o desenvolvimento de um processo de desconcentração do poder nas instâncias decisórias, especialmente na Direção Nacional, vista como um entrave para a democracia interna pelos próprios dirigentes. Como se viu no capítulo anterior, isso se traduz pelo aumento no número de dirigentes nacionais e pela condução ao cargo de pessoas que jamais o haviam ocupado anteriormente – nesse ano, 70% dos integrantes da DN nunca haviam estado na instância antes. Essa *tendência* é recente, expressão da resposta do MST a um novo cenário político.

A democracia de um movimento não se resume a aumentar o número de dirigentes novos, pois é necessário, entre várias outras condições, que os ingressos representem, efetivamente, uma transformação do perfil das pessoas que compõem as instâncias. Não há democracia se as novas lideranças simplesmente entrarem para reforçar o coro das que já estavam nos cargos decisórios. Para estudar os impactos da *tendência*, é preciso analisar: quem são as novas lideranças? Levam a uma transformação do perfil dos dirigentes?

Este capítulo não pretende trazer respostas definitivas a essas questões, o que dependeria de um estudo detalhado sobre as características das antigas e novas lideranças e de um balanço da democracia do movimento. A partir da análise da composição da DN entre 1988 e 2006, apresenta-se aqui a distribuição dos líderes por sexo e origem social, traçando a partir daí parte do perfil dos dirigentes. Antes disso, faz-se um comentário sobre a importância das lideranças em movimentos sociais e uma retomada da literatura já existente sobre os líderes do MST.

Nos estudos sobre movimentos sociais, há geralmente pouco interesse em relação às lideranças (BARKER et al., 2001) e o MST não é exceção nesse ponto. Colin Barker, Alan Johnson e Michael Lavalette, que organizaram um livro sobre o assunto, afirmam que isto se dá por cinco razões. Primeiramente, analistas tendem a evitar explicações de fenômenos sociais que se baseiem nas ações de alguns seres humanos, considerando que enfraquecem o impacto de suas afirmações. Há uma segunda tendência, razoavelmente semelhante: a de se preocupar apenas com questões estruturais, tirando o papel dos indivíduos dos desenvolvimentos históricos. O terceiro motivo diz respeito à influência de ativistas nos estudos de cientistas sociais, que pressionam para que seus movimentos apareçam sempre de modo coletivo, pois isso é visto por eles como algo positivo. Para alguns analistas, e essa é a quarta razão, o conceito de liderança vem carregado demais de preconceitos e não contribui para a explicação de ações coletivas, fazendo com que seja rejeitado. Por fim, há tradições sociológicas que vêem protestos como manifestações irracionais, em que o papel dos líderes seria apenas de ser um “guia natural” para as massas.

Neste trabalho, concorda-se com a tradição sociológica de que a ação humana modifica processos sociais. Nesse sentido, qualquer oportunidade política depende necessariamente – mesmo que não só – da capacidade de algumas pessoas em agir criativamente. Para Sydney Tarrow, as lideranças têm o papel de “organizar” a ação reivindicatória, criando identidades coletivas (que permitem que o grupo mobilizado atue como um todo) e motivando os manifestantes a desafiar adversários poderosos (TARROW, 1998). Trata-se de um líder estrategista, que seleciona meios para enfrentar adversários poderosos – com o objetivo de alcançar êxito em sua reivindicação. O papel do líder é, portanto, criar formas de os diferentes integrantes de um movimento se identificarem uns com

os outros e atuarem conjuntamente com base em um plano estratégico – ou respectivamente, características *relacional* e *propositiva*.

O aspecto relacional diz respeito às faculdades de expressão da liderança. Define-se aqui expressão como a formatação e a articulação de elementos (pessoas, idéias) outrora desorganizados. É a *capacidade* de dar sentido externalizável a um conjunto de elementos e tensões que a liderança absorve do grupo social que ela frequenta. A expressão se resume pela verbalização e pela síntese de algo polifônico. O dirigente alimenta a identidade coletiva, contribuindo para que integrantes de uma ação reivindicatória se vejam como tais.

A característica propositiva se define por uma segunda etapa na ação da liderança: além de expressar opiniões, tem de direcioná-las (o que não quer dizer obrigatoriamente dirigi-las). Dar-lhes direção é apresentar um caminho a ser seguido. O líder precisa propor e convencer, ser convincente, sabendo que as pessoas que o ouvirem estarão constantemente em contato com outras propostas e terão uma agenda individual de demandas, e que deverá levá-las em conta. Ser propositivo é muitas vezes discutir com outros líderes, dando visibilidade ao entrave político.

Essas duas características podem ser desenvolvidas de várias formas. Num ambiente fechado, sem contato com a base, uma liderança não expressa mais do que as tensões com as quais se depara em sua atuação dentro de uma instância de poder. É jogo de cena, sem que o líder seja um elo entre a base e a direção, num cenário semelhante ao descrito por Robert Michels. Há outras situações em que a liderança chega à cúpula como expressão de sua base, de sua localidade, do grupo em que está inserida. Nas instâncias, apresenta a agenda de seu coletivo e ouve a de outros, buscando criar laços e expressões entre elas, gerando um coletivo de coletivos.

No que tange à característica propositiva, esta pode ser baseada em um processo de manipulação ou terror do grupo, em que, mais do que debater alternativas de atuação, se silenciam os descontentes e os adversários. A liderança, nesse sentido, monta um espaço de idéias únicas, que ela define como justas, sem possibilidade de crítica. Há uma segunda situação, idealmente concebida, em que a liderança estimula a capacitação (a aquisição de *capacidades*) dos integrantes do grupo social em que está, preparando-se para um debate franco. Nesse sentido, a proposta *exitosa* não é uma imposição individual, mas uma construção coletiva, criada a partir de um debate. Nesse aspecto, a liderança que se dispõe ao debate ganha consentimento e legitimidade – não precisa impor sua liderança pelo medo.

A atuação e a formação das lideranças importam e definem a dinâmica de movimentos (BARKER et al., 2001). Ou seja, são uma pista fundamental para entender ações reivindicatórias – e, no caso de ativistas, um elemento central para transformarem elementos em suas organizações que não lhes agradem. Neuri Rosseto, da Coordenação Nacional do MST, reconhece a importância das lideranças para manter o movimento existindo:

O maior desafio [das lideranças] é manter o movimento dinâmico. Há uma tendência bastante forte para debater o que é o movimento e o que é a organização. O movimento faz algo específico e é determinado. Como manter o movimento como movimento, fazendo com que seja *perene*? Se não for assim, torna-se burocrático e perde dinamismo. O dirigente se torna autista. Pode daí refluir. E isso se dá em todos os níveis: acampamento, estrutura, assentamento. Não pode cair na mesmice. O dirigente precisa se atualizar, permanentemente, e daí atualizar o movimento.

[...]

A liderança tem um papel muito mais de trazer as informações nacionais para seu estado e o que ocorre no estado para o âmbito nacional. As decisões do MST envolvem, na verdade, diretamente a base, como é o caso da definição do programa da reforma agrária, que não foi definido por lideranças que entendem mais do assunto e pronto, mas pela base, que ajudou a elaborar, com base no que temos acumulado dentro do MST. O líder precisa trazer à participação todos os membros dos acampamentos e assentamentos: homens, idosos, mulheres, crianças, jovens... O papel do dirigente é mais motivar do que de determinar as coisas.

Esse desafio de que fala Rosseto se traduz, num movimento que existe faz vários anos, pela necessidade de construir capacidades para aproveitar as oportunidades políticas que surgem, o

que depende de uma avaliação efetiva das condições para mobilizações em cada cenário político. Líderes que se eternizam no poder correm o risco de perder os vínculos com a base e se tornarem *autistas*, preocupados apenas com o jogo de cena organizacional. Para ele, os dirigentes sem terra devem ser elos entre as instâncias decisórias nacionais e a base local, tornando-se expressão de coletivos dos dois lados.

Na perspectiva de Rosseto, as lideranças têm de funcionar como mensageiros, mais do que (ou tanto quanto) responsáveis por decisões. Têm a função de *motivar a dinâmica* do MST, ou seja, mantê-lo em movimento. A que se refere essa *motivação* à qual ele contrapõe um pejorativo “determinar”? Primeiramente, à necessidade de impulsionar a base, evitando letargia e acomodação. Essa manobra depende de identificação dos integrantes das instâncias decisórias com os camponeses nas ocupações (como se viu no capítulo anterior, o aumento do número de cargos na Direção Nacional está ligado, entre outros aspectos, à constatação por parte dos dirigentes da necessidade de reforçar essa identificação). Para isso, as lideranças precisam estabelecer laços de confiança com a base – o que não é tarefa fácil, pois ações reivindicatórias envolvem riscos.

Em segundo, a *motivação* revela a preocupação de Rosseto para que o MST não perca vitalidade e criatividade. Como diz: “não pode cair na mesmice”. Esse aspecto subentende que as lideranças tragam para dentro do MST novas questões e formas de atuar diferentes das tradicionalmente experimentadas, isto é, um processo de *atualização*. As novas questões sugerem uma permeabilidade do movimento e da organização a mudanças culturais e sociais que estejam ocorrendo. As novas formas de atuar dizem respeito a pôr na prática eventuais transformações sugeridas por ingressos na organização, ou seja, sugerem a existência de maleabilidade e flexibilidade. A liderança, de acordo com essa perspectiva, se

torna uma ponte entre a sociedade e o MST, fazendo com que novidades circulem dentro deste. Rosseto indica, na entrevista, como isso funciona:

O movimento é muito crítico em relação a ele mesmo. No sistema interno, há críticas em relação a sua própria atuação, sempre buscando mudar. O movimento não se prende a uma forma de agir internamente – é resultado de crítica interna. Movimento também sempre tenta aprender com outras organizações, sempre buscou conhecê-las, o que foi potencializado com a Via Campesina. A bandeira da reforma agrária orienta a ação do MST e entra dentro da discussão sobre um projeto para o Brasil. Isso obriga a uma análise teórica das reivindicações.

Um terceiro elemento para entender a *motivação* diz respeito à politização contínua do movimento, visto como um bloqueio à estagnação (ou *refluxo*) e ao burocratismo. Isso depende de uma efetiva experiência em mobilizações das lideranças antes de chegarem aos cargos de decisão. A politização – assim como a participação em cursos de formação organizados pelo MST – serve como um parâmetro comum aos líderes, dando, teoricamente, um sentido comum à atuação do movimento. De certo modo, é uma retradução daquilo que motivou Rosseto a entrar no MST:

Minha expectativa era a de participar de um processo de transformações sociais e protestos que testemunhava por onde estivesse e que me estimulavam a agir. Primeiro, o oeste catarinense é uma região essencialmente agrícola, de pequena propriedade. Na década de 1970, houve muitos conflitos entre camponeses e indígenas, que foi algo que me marcou bastante. Na de 1980, havia a construção de barragens hidrelétricas, desalojando pequenos agricultores. Do lado da igreja, havia sempre mais vínculo com o mundo rural do que o urbano, pois há a luta pela criação de sindicatos rurais. Isso era discutido na diocese. É algo natural quando o MST surge em 1984 a gente se somar com isso. É algo natural: pelo lado da igreja, por nossa região, pelo trabalho, pelas preocupações e pelo que ocorreu em 1985, quando houve ações grandes, dando uma dimensão maior para o movimento e criando uma rede de solidariedade em relação a famílias acampadas. A luta pela terra ganhava uma nova dimensão.

Apenas considerando esses três aspectos da *motivação*, percebe-se que o papel da liderança é complexo, às vezes até ambíguo. Ela deve se moldar a culturas preexistentes (camponesas) e, ao mesmo tempo, renovar o movimento. Precisa garantir a continuidade do MST, mas inová-lo. Deve manter a confiança da base e, paralelamente, colocar seus esforços

para politizá-la. As lideranças precisam ser capazes, política e psicologicamente, para tarefas diversas. E os dirigentes mais antigos precisam estar abertos à entrada de novos líderes, cujo perfil pode ser diferente do deles.

A partir da definição do que se espera de uma liderança sem terra dada por Rosseto, se pode esperar hipoteticamente que o conjunto de pessoas que dirigem o movimento tenha algumas características, dentre as quais: 1) na medida em que se estimula a participação de mulheres nas ocupações, espera-se também uma participação efetivas destas nas instâncias decisórias; e 2) a partir da noção de que o líder deve estar próximo à base, organizando e atuando em localidades específicas (como se viu no capítulo anterior), é razoável imaginar que haja uma tendência entre as pessoas que ocupam cargos de direção a terem origem camponesa. Este capítulo vai testar essas duas hipóteses, com a clareza de que não esgotam todas as características necessárias para entender o perfil das lideranças do movimento. Para fazer um trabalho assim, ter-se-ia de entrevistar cada uma das lideranças de uma instância, como a DN, e verificar, entre outros elementos, sua faixa etária, a trajetória política antes de entrar no MST, as motivações que as levaram a ingressar no movimento, a trajetória escolar e acadêmica e a opinião em relação a assuntos como participação de mulheres na esfera política e meios para transformar o Brasil.

Para desenvolver essa pesquisa, analisa-se a composição da DN entre 1988 e 2006, a partir das listas de presença em reuniões dessa instância. Com base nisso, discute-se a distribuição dos cargos de direção entre homens e mulheres. Vale lembrar que as eleições para dirigentes ocorrem a cada dois anos. Os dados relativos à origem social foram sistematizados a partir de três entrevistas com pessoas que participam do MST desde sua formação, sempre tendo cargos nas instâncias nacionais, ou Direção ou Coordenação: em dias diferentes e sem que tivessem em mãos as respostas dos outros entrevistados, foi-lhes pedido que dessem a

origem social de cada uma das 124 pessoas que passaram pela DN entre 1988 e 2006. Havia duas possibilidades de resposta: dizer que a origem era camponesa ou não camponesa. Caso escolhessem a segunda opção, foi-lhes pedido que designassem a origem da liderança. Surgiram quatorze categorias diferentes de resposta para os não-camponeses: “assessor de político”, “classe média”, “estudante”, “filho de camponês”, “filho de operário”, “intelectual”, “militante”, “neto de camponês”, “operário”, “padre”, “pobre da cidade”, “seminarista”, “trabalhador urbano” e “universitário”. Apesar de essa variedade de origens ser uma pista interessante para entender o universo dos integrantes da DN, não se mostrou pertinente para a análise, isto porque, para a mesma liderança, os entrevistados disseram, por exemplo, que era “estudante”, “filho de camponês” e “intelectual”, três características que não se excluem necessariamente. Preferiu-se então adotar as duas categorias mais amplas para definir a origem dos dirigentes: Camponeses ou Não Camponeses. Nessa linha, chegou-se a um resultado surpreendente: em apenas quatro casos, os três entrevistados não deram as exatas mesmas respostas. Essas discordâncias foram designadas: Sem Informação.

Pela análise da distribuição de homens e mulheres e da de camponeses e não-camponeses na DN, tem-se elementos importantes para traçar a evolução do perfil das lideranças sem terra. Antes de entrar na apresentação e na discussão dos dados, vale retomar o debate entre alguns autores que apresentam conclusões sobre esse mesmo assunto.

Henry Veltmeyer e James Petras (2002) consideram que o MST faz parte de um grupo de novos movimentos sociais camponeses que se desenvolveram na América Latina na década de 1990 – dizem que, mesmo que alguns tenham se formado nos anos 80, se difundiram no decênio seguinte. Incluem nesse grupo o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) da

Colômbia e a Confederação das Nacionalidades Indígenas (Conaie) do Equador. O que diferencia esses movimentos dos anteriores e dos de outros países é a expressão de três elementos, especialmente o terceiro: sua base social, a dinâmica de sua organização e a forma de sua liderança. No caso das Farc, por exemplo, a atuação dos líderes, dizem, é a principal diferença em relação a ações coletivas anteriores na Colômbia.

A partir dessa perspectiva, Veltmeyer e Petras fazem um diagnóstico das lideranças do MST, com base em dados que obtêm de três modos: 1) dez anos de observação sistemática em cinco estados em que os sem-terra atuam; 2) um *survey* realizado em maio de 2000 com 32 líderes regionais e nacionais do movimento; e 3) uma série de entrevistas com João Pedro Stedile, da Direção Nacional, e outros ativistas. A análise dos dados os leva a discutir dez hipóteses sobre o movimento, das quais se discutirá algumas.

A primeira hipótese que apresentam é: “Os líderes do MST têm raízes profundas e contínuas com o campo e com a base que organizam” (VELTMEYER; PETRAS, 2002, p. 83). Afirmam que 79% das lideranças provêm de famílias camponesas (pequenos agricultores, produtores em cooperativas ou sem-terra). A partir das conversas que tiveram com as lideranças, chegam à conclusão que, não só os líderes têm uma origem camponesa, como a mantêm: “voltam ao interior sempre que podem, geralmente no contexto de organizar uma ocupação de terra e trabalham ativamente para não deixar que apareça uma distância entre elas e a base” (VELTMEYER; PETRAS, 2002, p. 84). Também dizem que não há diferenciação entre os líderes e a base no que tange à alimentação, moradia, meios de transporte e bens pessoais – o que, para Veltmeyer e Petras, é considerado positivo, no sentido de reforçar o sentimento de que os dois grupos lutam pelo mesmo objetivo.

Na segunda hipótese, discutem a educação das lideranças: “As lideranças têm, na medida do possível, uma boa educação e se comprometem a continuar estudando,

assegurando as habilidades de aprendizado e ensino necessárias para diagnosticar realidades sociais e adotar estratégias apropriadas” (VELTMEYER; PETRAS, 2002, p. 84). Veltmeyer e Petras revelam que o índice de educação dos líderes é alto, especialmente entre as nove mulheres que entrevistaram. Em nota de rodapé, eles dizem que, em decisão regional, o MST passou de uma representação feminina de 40% a 50% nas instâncias organizacionais, em 2000. Veltmeyer e Petras tecem a seguinte conclusão: as lideranças sem terra diferem das de outras ações reivindicatórias, em que os principais porta-vozes eram pessoas da classe média, por serem as com mais educação, mas com poucos vínculos com a base do movimento que compunham.

Veltmeyer e Petras, na análise das outras hipóteses que propõem, sugerem outras características no perfil das lideranças sem terra: são jovens, recrutadas com base em sua participação em ocupações e protestos (são mais “pragmáticas” do que “ideólogas”), próximas às preocupações do povo, radicais (consideram que a reforma agrária não é possível apenas pela vontade de estadistas, mas que depende de protestos permanentes, como ocupações). Além disso, são descritas como altamente identificadas com o socialismo, mas um socialismo diferente do soviético, que criticam, e como otimistas. Veltmeyer e Petras fazem uma correlação entre o fato de as lideranças serem camponesas e próximas aos anseios populares – que as levaria a uma consciência de classe – e seu radicalismo. Eles apresentam um perfil do que seria o oposto dos líderes sem terra:

A antítese desse perfil positivo de liderança exitosa é a aquela que provém de classes que estão distantes da base (integrantes da elite rural ou profissionais urbanos) ou que é da mesma classe mas tem um nível educacional baixo, levada à organização por motivos puramente ideológicos e não pragmáticos, se perpetua nas instâncias decisórias e acredita no processo eleitoral como meio para solucionar seus problemas. A líderes que têm ilusões de concessões e reformas de regimes estabelecidos ou financiadores internacionais faltam visão estratégica e projeto, levando a organização a falsos rumos e expectativas, que geram divisões internas, conflitos ideológicos e desmoralização política – um sentimento de que não há alternativas (VELTMEYER; PETRAS, 2002, p. 92).

Como exposto no primeiro capítulo, José de Souza Martins (2003) considera que as lideranças do MST adotam técnicas sociais de sujeição, com o objetivo de manipular os camponeses que organizam. Nisso, diverge das posições de Veltmeyer e Petras. Ele afirma que os líderes impõem um desenho ideológico de comportamento, que esperam que seja seguido pela base do *movimento* (nota-se aqui que Martins não usa do termo “movimento” quando analisa o MST). De acordo com o sociólogo, as lideranças sem terra “colonizam” a mente dos camponeses, fazendo com que sigam “pautas que lhes são alheias, [tateiem] sem um referencial teórico consistente, orientados por grupos de mediação que têm graves carências teóricas e escassa sensibilidade para o propriamente teórico e interpretativo” (MARTINS, 2003, p. 22).

Martins chama de *grupos de mediação* o coletivo das lideranças do MST. Essa mediação, segundo ele, assume uma conotação negativa, porque as lideranças não expressam, de modo organizado, a vontade política da sociedade, mas *roubam a fala* dos camponeses para defender um projeto político (*grande discurso histórico*) com o qual não se identificam aqueles que se denominam sem-terra – outro termo que ele rejeita, alegando que não se pode colocar em um conceito a multiplicidade de pessoas que participam da base do MST.

Não há uma categoria unificadora que possa abranger todos numa uniformidade de situação de origem, como a de “excluído” ou a de “pobre” ou, mesmo, a de “sem-terra”. A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste, pequenos agricultores e proprietários do Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia, não raro abandonados pela decadência da economia extrativista (MARTINS, 2003, p. 34-5).

O sociólogo nega que se possa falar em uma classe de sem-terra, pois são “impersonificáveis”. O sem-terra é “um sujeito [...] diluído em distintas e contraditórias personificações que não convergem nem atuam com a consistência, por exemplo, de uma classe social” (MARTINS, 2003, p. 13). A suposta politização das demandas dessa categoria de sem-terra forjada, afirma Martins, é a “tradução” das reivindicações populares em demandas partidárias. É, nessa perspectiva, simultaneamente roubo da fala e imposição de uma fala.

Os integrantes desse grupo de mediação, os dirigentes do MST, impõem arbitrariamente sua concepção de mundo, diz Martins. Para ele, esta se baseia na própria origem social das lideranças: “grupos de classe média, intelectuais, agentes religiosos e agentes partidários, educadores, ainda que dentre eles muitos tenham origem próxima ou remota em famílias camponesas, especialmente do Sul” (MARTINS, 2003, p. 223). O autor cita uma pesquisa realizada em ocupações de Santa Catarina, de acordo com a qual: “61,5% dos sem-terra catarinenses são caboclos, enquanto apenas 21,4% dos dirigentes o são; 21,5% dos sem-terra são descendentes de italianos, enquanto 78,6% dos dirigentes o são” (MARTINS, 2003, p. 33). Afirma: esses dirigentes, que não se identificam então com a base do movimento, se “aproveitam” da docilidade dos acampados e do confinamento ideológico (expressão máxima do desenraizamento, na perspectiva do sociólogo) a que são submetidos, para tutelá-los e fazer com que se submetam a seus projetos.

O dirigente do MST é um absenteísta, um ocasional, um transmissor de ordens, o tutor de uma relação de orientação que é na verdade uma relação de mando em nome de uma organização política igualmente abstrata. [...] O MST aparece assimilado como entidade patronal. Não compreendem nem vivenciam a concepção de movimento social, provavelmente porque o MST é uma organização rígida e hierárquica, tendo deixado de ser efetivamente um movimento social, se é que algum dia o foi (MARTINS, 2003, p. 148).

A partir do momento em que os agentes de mediação impõem sua pauta aos camponeses, revela Martins (2000), a mobilização destes se torna imune à possibilidade de uma transformação social, isto é, nega a política para reforçar posições partidárias. “Tornou-se uma luta *partidária* dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos” (MARTINS, 2000, p. 40), levada até por pessoas que têm voluntarismo e “inquietação” com a pobreza, mas que não se preocupam em entender, *nem têm a capacidade*, a visão camponesa, diferente da proletária. Ocorre algo que Martins chama de “seqüestro ideológico”, a saber: vanguardas autodeclaradas forjam uma base, que confinam para manter um controle direto, que manipulam para atender a seus interesses partidários.

Veltmeyer, Petras e Martins apresentam uma análise ampla sobre o perfil das lideranças do MST. Em relação à origem social destas, dizem os primeiros, a maioria (79%) provém de famílias camponesas e isso lhes facilita a aproximação com a base. Eles abordam rapidamente a questão de gênero e fazem referência a uma decisão do MST, de 2000, que determina que a participação feminina nas instâncias decisórias iria passar de 40% a 50%. Martins conclui o oposto em relação à origem social: as lideranças são majoritariamente não camponesas, oriundas de setores da classe média, e, a não ser por técnicas de assujeitamento, não têm vínculo com os trabalhadores que mobilizam. O sociólogo não aborda a questão de gênero. Nos outros pontos apresentados, como politização da base e educação, há também discordâncias entre Martins e os dois outros autores.

Minha pesquisa indica que 94 das 124 lideranças que passaram pelo menos um ano na Direção Nacional entre 1988 e 2006 são camponesas. Como indica a Tabela 4.1, em todos os anos as pessoas de origem camponesa ocuparam a maioria dos cargos da instância.

Em 1988 e 1989, quando o movimento ainda atravessava um tumulto organizacional, consequência de mudanças estruturais internas (como se viu no capítulo anterior), houve mais líderes camponeses do que não camponeses: no primeiro ano da DN, nove e seis, respectivamente; no segundo, onze e seis. No início do movimento, mesmo quando a participação de “assessores” era alta, como se viu no capítulo 2, a presença camponesa na instância permaneceu preponderante. Nos cinco anos seguintes, a presença de não-camponeses na Direção foi decrescente. Eram cinco em 1990; dois em 1992 e 1994 (vale lembrar que é nos anos pares que se inicia o mandato das novas lideranças eleitas para a DN). Em 1996, dos vinte e um dirigentes seis eram não-camponeses – o que passou para oito em 1998. Foi nesses anos que se alterou mais radicalmente a relação do MST com o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre outros motivos pela intensificação da violência no campo. Em 1997, o movimento organizou a principal mobilização de sua história em Brasília, conhecida como a Marcha dos Cem Mil, exigindo mudanças nas políticas do governo federal. Em 2000, apesar de o número de cadeiras na DN ter aumentado (passou de vinte e uma para vinte e cinco), a presença de não-camponeses diminuiu. Nesse ano, quatro assumiram cargos na instância; em 2002, havia dois; em dois anos depois, de novo dois. Em 2006, com a transformação da DN, quatorze dos sessenta e um líderes eram não-camponeses.

Tabela 4.1 – Distribuição de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Camponeses	9	11	9	9	12	12	12	12	14	14	12	12	20	19	21	20	19	19	44
Não-camponeses	6	6	5	5	2	2	2	2	6	6	8	8	4	4	2	2	4	4	14
Sem Informação	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	3
Total	15	18	15	15	15	15	15	15	21	21	21	21	25	25	24	23	24	24	61

Fonte: Entrevista-questionário com três integrantes do MST, com base em listas de presença em reuniões da Direção Nacional

A Tabela 4.2 indica a proporção de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional entre 1988 e 2006. No surgimento da instância, 40% das lideranças não tinham

origem no campo, o que poderia ser visto como uma confirmação do argumento de Martins de que setores da classe média atuaram decisivamente na condução política do movimento. No entanto, percebe-se na tabela uma tendência clara para a progressiva diminuição da participação de não-camponeses na instância. Não se pode afirmar que tenha havido uma diminuição em 1989, 1990 e 1991, pois a soma dos percentuais de não-camponeses e de lideranças cuja origem social não foi determinada é 40%. Entre 1992 e 1995, pelo menos 80% dos dirigentes tinham origem no campo – 13% tinham outra origem e sobre 7% não há informação. Em 1996, a proporção de camponeses na instância baixou para pelo menos 67% e, dois anos depois, para 57% – durante o período de confronto entre o governo federal e o movimento. A partir de 2000, o percentual de camponeses na DN está sempre acima dos 70%: 80% nesse ano, 88% em 2002, 79% em 2004 e, após a ampliação da instância para sessenta e uma cadeiras, 72%.

Tabela 4.2 – Proporção de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Camponeses	60%	61%	60%	60%	80%	80%	80%	80%	67%	67%	57%	57%	80%	76%	88%	87%	79%	79%	72%
Não-camponeses	40%	33%	33%	33%	13%	13%	13%	13%	29%	29%	38%	38%	16%	16%	8%	9%	17%	17%	23%
Sem informação	0%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	5%	5%	5%	5%	4%	8%	4%	4%	4%	4%	5%

Fonte: Entrevista-questionário com três integrantes do MST, com base em listas de presença em reuniões da Direção Nacional

As Tabelas 4.1 e 4.2 confirmam a hipótese da tendência de haver mais lideranças camponesas do que não camponesas no MST. Vale notar que, entre 2002 e 2006, houve uma pequena redução da proporção de líderes com origem no campo na Direção Nacional. O resultado encontrado é muito próximo do exposto por Veltmeyer e Petras. Em 2000, quando eles fizeram as entrevistas que basearam sua pesquisa, concluíram que 79% dos líderes sem terra provinham de famílias do campo – de acordo com a Tabela 4.2, nesse mesmo ano, pelo menos 80% dos dirigentes eram camponeses. Em nenhum ano a proporção de lideranças não

camponesas foi superior à de camponesas – e ser não-camponês não quer dizer que se seja de classe média. Coloca-se em questão então a tese de Martins. No entanto, faz-se necessário destacar que não há informações suficientes para verificar a correlação entre a origem camponesa das lideranças e uma maior proximidade destas com a base.

A discussão sobre gênero está presente na própria formação do MST. Como descrito no primeiro capítulo, irrompe na iniciativa das mulheres de Ronda Alta que, com seus filhos, formam um escudo humano e impedem a entrada de policiais no acampamento em Macali, em 1979. Esse ato – corajoso – expressa o esforço das camponesas de modificar as relações sociais às quais estavam sujeitas. Para elas, o MST, nascente, aparece como um meio de assumir mais participação política e vencer o preconceito – impressão que é alentada por discursos de lideranças sobre as inovações organizacionais do movimento, em que todos e todas têm o mesmo espaço. Desde os primeiros encontros que levam à formalização do MST, são formados coletivos de gênero, com o objetivo de fortalecer e estimular a discussão de gênero – “a reflexão sobre o que é construído socialmente em cima dos gêneros, originando desta forma os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder oriundas deste processo” (VALENCIANO e THOMAZ JR., 2002) – para os estados onde se difundem as ações reivindicatórias. No Congresso do MST de 1985, forma-se uma Comissão Nacional das Mulheres do MST, depois chamado Coletivo de Gênero, que pretende estimular as camponesas à luta pela reforma agrária e contra o sexismo.

A historiadora Cristiani Bereta da Silva (2004) revela que, apesar da mobilização das mulheres na formação do movimento e dos discursos sobre a abertura da organização às mulheres, se mantém uma estrutura fechada à participação feminina nas ocupações. Ela pesquisou, entre 1997 e 2004, um acampamento e dois assentamentos do MST em Santa

Catarina. A partir de suas observações, verificou que, a despeito dos discursos das lideranças e dos documentos do movimento, as mulheres são tratadas como subalternas pelos camponeses nas ocupações e pelos líderes. Em sua pesquisa, percebe um conflito entre o esperado e o real na questão de gênero, retratado em uma resenha de Cezar Karpiski:

Ao questionar os discursos sobre as mulheres – como elas deveriam ser, deveriam participar – a autora mostra qual o lugar do gênero no movimento, pois muitas vezes quem fala do “lugar” da mulher são os homens e, assim, estudar as mulheres no devir MST é uma das formas de se perceber como são os homens nesse movimento ou, pelo menos, como se dá a relação entre homens e mulheres. A liderança é quase que totalmente formada por homens. Assim, o discurso dos líderes mostra quão masculinizado é o desejo de se constituir uma militante feminina no MST: atuante, companheira, decidida, ativa nas reuniões, nos embates e nos assentamentos. Ao mesmo tempo, esse discurso as estigmatiza como donas-de-casa, mães, com os afazeres domésticos, com os compromissos da casa, com os filhos, ou seja, com uma dupla jornada que reflete bem a entrada da mulher na esfera política, mas ainda com as obrigações da esfera privada (KARPISKI, 2006).

De acordo com Silva (2004), as lideranças masculinas do MST impedem as mulheres de conquistarem espaço nas esferas de decisão das ocupações e, ao mesmo tempo, as criticam, dizendo que são elas que não têm interesse em participar da organização do movimento. O sexismo com o qual se depara no acampamento e nos assentamentos é explicado, por ela, pela “permanência” dos valores culturais e tradições que as famílias sem terra tinham antes de entrar no movimento. De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes, o sexismo está presente no fundamento religioso do MST. Para ela, há uma constante contradição entre a politização do movimento, que vem acompanhada da discussão de gênero e de ações pioneiras para garantir a igualdade entre homens e mulheres, e a moral cristã, presente nos sem-terra. É o que retrata ao falar da questão do aborto:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o primeiro que tentou modificar as relações de gênero na prática, com comissões mistas em todos os níveis – também esbarrou nos limites das agremiações em que o catolicismo é a ideologia dominante. E aqui temos o círculo vicioso: as igrejas são as fontes de moral diante do

abandono do Estado; e as igrejas são contra o aborto, que as mulheres pobres fazem em piores condições e ainda pedem perdão ao padre. Poucas feministas têm a coragem de enfrentar as igrejas, dada sua presença nos movimentos sociais (MORAES, 2007, p. 141).

A partir da análise da composição da Direção Nacional entre 1988 e 2006, verifica-se que as instâncias decisórias são pouco abertas às mulheres. Nesse período, das 124 lideranças do movimento 38 eram mulheres (31%). Entre 1988 e 2005, isto é, excluindo o ano em que a DN passou por uma transformação e se ampliou, das 81 lideranças 16 eram mulheres (20%). Como indica a Tabela 4.3, entre 1988 e 1997 houve apenas uma ou duas mulheres eleitas para a instância. A ampliação da Direção ocorrida em 1996 – que aumentou de 15 para 21 as cadeiras – não proporcionou uma maior representação feminina. Em 1998, o número de mulheres na DN triplicou em relação ao ano anterior, passando de dois para seis. Com a nova ampliação da instância em 2000, aumentou a participação feminina, passando para 10 – mas sempre inferior à masculina, com 15 dirigentes. Entre 2001 e 2005, a presença de mulheres foi diminuindo: de nove em 2001 para oito em 2002-3 e cinco em 2004-5. Essa tendência negativa em relação à participação feminina, em anos tão recentes, caracteriza um fenômeno importante: a pouca abertura das instâncias decisórias às mulheres não é uma questão do passado do movimento, quando não estavam consolidados os espaços de formação de militantes, pois marcou a composição da DN em anos recentes. Em 2006, como se viu no capítulo anterior, a estrutura da Direção foi modificada e, com isso, se estabeleceu um certo equilíbrio entre a participação masculina e feminina: nesse ano, havia 31 homens e 30 mulheres ocupando cargos na instância.

Tabela 4.3 – Distribuição de homens e mulheres na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Homem	14	16	14	14	14	14	13	13	19	19	15	15	15	16	16	15	19	19	31
Mulher	1	2	1	1	1	1	2	2	2	2	6	6	10	9	8	8	5	5	30
Total	15	18	15	15	15	15	15	15	21	21	21	21	25	25	24	23	24	24	61

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

A Tabela 4.4 revela a grande desproporção nas participações masculina e feminina na Direção Nacional entre 1988 e 1997: em nenhum dos anos desse período, houve menos do que 87% de homens na instância. Ou seja, durante dez anos as decisões nacionais do MST foram fundamentalmente masculinas. Em 1988, 1990, 1991, 1996 e 1997, houve pelo menos 90% de homens na Direção.

Em 1998 e 1999, vinte anos após as ocupações de Ronda Alta, em que as mulheres foram decisivas, a participação feminina na DN era de 29%. Está abaixo do percentual citado por Veltmeyer e Petras, segundo os quais a proporção de mulheres nas instâncias decisórias passou de 40% para 50% em 2000. Nesse ano, de fato, houve uma maior abertura da Direção a mulheres: ocuparam 40% das cadeiras, ou seja, tiveram uma representação dez pontos percentuais abaixo do que a esperada por esses dois autores. Mas isso não durou: em 2001, em virtude de uma substituição na DN, caiu para 36%. No ano seguinte, estava em 33% e, em 2003, em 35%. No mandato seguinte, de 2004 a 2005, a participação feminina na DN foi inferior à de todos os anos desde 1998: 21%. Houve um retrocesso, interrompido pela reestruturação da Direção em 2006.

Tabela 4.4 – Proporção de homens e mulheres na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Masculino	93%	89%	93%	93%	93%	93%	87%	87%	90%	90%	71%	71%	60%	64%	67%	65%	79%	79%	51%
Feminino	7%	11%	7%	7%	7%	7%	13%	13%	10%	10%	29%	29%	40%	36%	33%	35%	21%	21%	49%

Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

Como mostra a Tabela 4.5, baseada em um cruzamento entre os dados de sexo e origem social dos 124 integrantes da Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006, tanto para homens quanto para mulheres há mais representantes camponeses do que não-camponeses.

Mas, comparativamente, a proporção de líderes que não têm origem no campo é maior entre as mulheres do que entre os homens: 26% (10 de 38) e 19% (16 de 86), respectivamente. Ademais, das 26 lideranças não-camponesas da DN no período 10 (38%) eram mulheres – proporção que cai quando se calcula a proporção de mulheres no grupo das 94 lideranças com origem camponesa: 26 (28%). Esses dados revelam que há, proporcionalmente, mais não camponesas do que não camponeses que chegam a ocupar um cargo nessa instância. Não se tem como tirar uma conclusão sobre os motivos que levam a esse fenômeno, mas, entre outras, duas hipóteses, que não se excluem mutuamente, merecem um estudo mais aprofundado: 1) seguindo a linha de Silva (2004), as camponesas sem terra enfrentam barreiras culturais que as impedem de participar da vida política das comunidades em que vivem; e/ou 2) o MST atrai para si militantes feministas, de origem não camponesa, que procuram no movimento uma forma de expressar com mais força, em virtude da importância deste no cenário político, suas bandeiras.

Tabela 4.5 - Cruzamento entre a origem social e o sexo dos integrantes da DN do MST entre 1988 e 2006

Sexo (1) / Origem (2)	Camponesa	Não camponesa	Sem informação	Total
Feminino	26	10	2	38
Masculino	68	16	2	86
Total	94	26	4	124

(1) Fonte: Listas de presença em reuniões da Direção Nacional do MST

(2) Fonte: Entrevista-questionário com três integrantes do MST, com base em listas de presença em reuniões da Direção Nacional

As Tabelas 4.3, 4.4 e 4.5 mostram que, entre 1988 e 2005, a participação feminina na Direção Nacional do MST foi muito inferior à masculina. Essa constatação implica certamente em debates e deliberações pouco efetivos em relação à questão de gênero nas instâncias decisórias do movimento, por mais que suas lideranças digam que a organização é

aberta. Mas o sexismo não traduz apenas o preconceito em relação às mulheres, coloca em questão a própria capacidade dos dirigentes de serem veículos para uma transformação social. Isto porque a pouca abertura da instância à presença feminina revela uma mentalidade com traços conservadores nos dirigentes sem terra: o machismo. Não se pode dizer que a pouca participação feminina na Direção é fenômeno do passado do MST (como se fosse algo de um passado atrasado), pois em 2004 e 2005 a proporção de mulheres na instância foi muito baixa, menor do que a dos seis anos anteriores, denunciando uma tendência negativa em relação à abertura dos cargos de decisão às mulheres. Essa pouca abertura é ainda mais forte quando se consideram as mulheres de origem camponesa, o que pode ser um indício das dificuldades de as sem-terra na base em participar dos espaços de decisão nas ocupações.

A ampliação da participação feminina na DN em 2006 não foi resultado de uma “boa vontade” repentina das lideranças masculinas, mas representa a progressiva conquista de espaço político por parte das mulheres sem terra. Uma das mais conhecidas dirigentes do MST, Itelvina Maria Mazioli, segunda mulher a chegar na Direção, explica as dificuldades das mulheres na atuação na organização dos sem-terra:

O movimento sempre viu a importância das mulheres nas ocupações, nas marchas e nas passeatas, mas não era muito convencido de que as mulheres seriam boas líderes. O MST não nasceu num aquário de peixes, longe do resto da sociedade. Faz parte da cultura camponesa e reflete o machismo dessa cultura. No início, os homens nos olhavam de modo estranho, quando a gente falava em reuniões ou quando se candidatava nas eleições. Até intimidavam a gente. [...] Muitos homens ainda pensam que alguns setores, como produção agrícola, frente de massa e segurança, são “naturalmente masculinos”. As mudanças não ocorrem facilmente. Temos que confrontar os homens. Temos que apresentar nossas próprias propostas e mostrar aos homens que também sabemos pensar (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 344).

Itelvina considera que “o movimento” – e não os homens ou as lideranças – cria barreiras à participação feminina. Assim, destaca que não se trata da vontade de alguns indivíduos, mas da própria dinâmica e da cultura do MST. Ela vai além: isso ocorre desde o surgimento do

movimento, que não nasce em um *aquário de peixes*. Assim, a própria organização dos sem-terra, resultado do processo cultural de mobilização de camponeses e do movimento da Teologia da Libertação, é um entrave à participação feminina. As mulheres que se dispõem a – e conseguem – participar dos núcleos decisórios são vistas com *estranheza*, como se não seguissem o papel que lhes é culturalmente atribuído. Para isso, conclui Itelvina, é preciso mobilizar dentro do MST: *confrontar os homens*.

A construção do protagonismo feminino percorre toda a história do MST. Torna-se mais incisiva em 1996, quando o Coletivo Nacional de Mulheres organiza o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, onde analisaram os problemas que, segundo sistematização realizada por Maria da Glória Gohn, os problemas que as sem-terra enfrentavam eram referentes:

1) ao fato de que as mulheres, embora manifestassem uma participação ativa nas lutas, não tinham representatividade; 2) à existência de uma diferença, ou uma distância entre o discurso apresentado pelo movimento, como princípio político de organização, e a vivência cotidiana desses princípios no que se referia às relações de trabalho e companheirismo com as mulheres militantes; e 3) ao fato de “o trabalho com/sobre/das mulheres ser considerado secundário pelo movimento (GOHN, 2003, p. 133).

As questões evidenciam reivindicações organizacionais das mulheres: *representatividade*, coerência entre *discurso* e *prática* e equidade. Para tal, voltando à fala de Itelvina, é preciso modificar a cultura organizacional do movimento – a defasagem apontada no segundo ponto, a diminuição das atividades femininas colocada no terceiro ponto. Gohn destaca que, no discurso das lideranças masculinas, a emancipação feminina é vista como secundária no fim dos anos 1990: à destruição do capitalismo seguiria, quase mecanicamente, a construção de novos valores, que levariam a liberdade para as mulheres.

No fim da década de 1990 e início da seguinte, as mulheres conquistam mais espaço na DN, resultado de sua maior atuação como grupo político dentro do MST. Essa tendência que é bruscamente interrompida em 2004-2005. Diante da articulação das mulheres

tal situação aparece como uma regressão diante das conquistas progressivas que vinham obtendo. É um choque, contra o qual reagem, realizando uma mobilização que modifica a atuação do movimento.

Oito de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, Barra do Ribeiro (RS). São 5h30. Trinta e sete ônibus chegam a um horto florestal da empresa Aracruz Celulose, onde funciona um viveiro com capacidade para a produção de 30 milhões de eucaliptos. *As mudas rompem o silêncio.* Duas mil mulheres, camponesas na maioria, realizam um protesto contra o que consideram ser os nefastos impactos sociais e ambientais da plantação em larga escala dessas árvores: ressecamento do solo, desaparecimento da fauna e expulsão das populações locais. Metaforicamente, chamam as áreas de plantio de “deserto verde”.

O horto florestal, diante do qual protestam, é parte dos 279 mil hectares de plantações da Aracruz Celulose, situados na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O valor estimado da empresa em 2006 é de 6,3 bilhões de dólares. No início desse ano, a corporação bate recordes de lucro – no primeiro trimestre, alcança R\$ 347,9 milhões, alta de 73% em comparação com o mesmo período de 2005.

Parte das mulheres provém de ocupações do interior gaúcho – participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Esses grupos, dos quais seguram bandeiras ou vestem camisetas, integram a Via Campesina, organização internacional de movimentos do campo, criada em 1992. As manifestantes pegam de surpresa os responsáveis pela segurança da fazenda e, tomando cuidado nas estradas que as trouxeram a Barra do Ribeiro, não foram seguidas por policiais. Entram em ação.

Com o rosto coberto, geralmente com panos lilás, cor do feminismo, as mulheres ocupam o horto florestal. Em fotos publicadas nos principais veículos de comunicação, aparecem destruindo eucaliptos e revirando estufas. Explica o poema que a Via Campesina divulga, após o protesto: “De repente / milhares de mulheres se juntaram / e destruíram mudas / a opressão e a mentira // As mudas gritaram / de repente // e não mais que de repente // o riso da burguesia fez-se espanto / tornou-se esgar, desconcerto”. Estima-se o prejuízo da empresa em R\$ 400 mil.

No excerto, o uso repetido do termo *repente* parece remeter, numa primeira leitura, a uma ação espontânea, impensada e sem coordenação. Mas o fim do *mutismo*, termo com o qual as mulheres se referem ao estado em que estavam antes do protesto, não é resultado de uma iluminação coletiva. A irrupção de uma voz coletiva, assim como a definição de sua intensidade, seu timbre, sua emoção e sua inteligibilidade, depende da construção de capacidades daqueles ou daquelas que pretendem *destruir a opressão*, ou seja, transformar a realidade social. O *repentino* da ocupação das mulheres é a manifestação visível – ou audível – dessa construção, que não se esgota na ação contra o deserto verde. Quatro horas depois do protesto em Barra do Ribeiro, o grupo da Via Campesina participa de uma marcha na capital gaúcha, Porto Alegre, em conjunto com militantes de outros movimentos e organizações.

O *grito das mudas* expressa uma modificação na atuação dos movimentos que compõem a Via Campesina, especialmente do MST, o mais conhecido dentre eles. A ação no horto florestal se diferencia do repertório comumente adotado pelos sem-terra. Até então, as marchas, as ocupações de terra e de prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tipos de protesto característicos do MST, visavam a fazer pressão sobre o governo para que atenda as reivindicações do movimento e a sensibilizar a opinião pública em

relação à reforma agrária¹. Mobilizações contra atores não governamentais, a não ser ocupações de propriedades privadas exigindo do governo uma desapropriação para fins de reforma agrária, ou seja, novamente envolvendo os poderes públicos, não faziam parte do repertório do MST. Os elementos novos da ocupação do horto florestal são: a participação exclusiva de mulheres; o alto grau de radicalidade, podendo ser classificada como um ato de desobediência civil; e a inauguração de uma campanha contra uma empresa, vista como adversária da população, enquanto as pautas de reivindicação tradicionais, como a expropriação de latifúndios improdutivos ou que não cumpram função social, ficam em segundo plano ou desaparecem (por exemplo, não há referência à reforma agrária no poema que os movimentos da Via Campesina divulgaram após a ação em Barra do Ribeiro). A campanha contra a Aracruz Celulose – a convocação para que outros setores se mobilizem contra os impactos do “deserto verde” e a apresentação da questão à opinião pública – está exposta no fim do poema, quando as mulheres são descritas como expressão de uma preocupação mais ampla: “Naquele dia / nas terras ditas da Aracruz / as mulheres da Via Campesina / foram o nosso gesto / foram a nossa fala”.

Essa ocupação leva a mudanças no cenário político em que se situa o MST.

Apresenta um novo rosto, feminino, e uma nova voz, mais radical, do movimento. Isso leva a

¹ Bruno Konder Comparato (2003), num estudo sobre a ação política do MST, afirma que o principal adversário dos sem-terra é o governo. Os dois atores mantêm uma relação dinâmica: enquanto os trabalhadores rurais, organizados, adotam formas de pressão sobre o governo (formando um ciclo, que Comparato descreve em um organograma), este adota variadas táticas para enfraquecê-los, como a asfixia econômica, a cooptação de lideranças e a repressão, entre outras. As ações do movimento que não confrontam diretamente o governo, analisa Comparato, visam a conseguir apoios da população à causa da reforma agrária. Em protestos nas cidades, “os locais são estrategicamente escolhidos de forma a garantir a maior visibilidade possível, porém sem atrapalhar o cotidiano da cidade. Do ponto de vista dos dirigentes do MST, trata-se de conscientizar, e não de atrapalhar” (COMPARATO, 2003, p. 188). Comparato cita uma pesquisa de opinião que, segundo ele, evidencia o êxito da estratégia dos sem-terra em conquistar a simpatia da população, em abril de 1997, quando realizou uma marcha de dois meses a Brasília: “94% dos entrevistados pelo Ibope consideravam justa a luta do MST pela reforma agrária e 77% encaravam o MST como um movimento legítimo. A pesquisa também constatou que 85% da população era a favor das ocupações de terra, desde que sem violência e mortes” (COMPARATO, 2003, p. 190). Vale notar que, seguindo essa linha, a ação das mulheres na Aracruz poderia representar um risco à popularidade conquistada pelo movimento, pois a destruição das instalações do horto florestal poderiam ser vistas como violentas.

uma momentânea perda de referência em relação aos representantes dos sem-terra: procurados por jornalistas para darem declarações, alguns porta-vozes tradicionais do MST, masculinos, elogiam o protesto, mas se negam a falar sobre ele, alegando não terem participado de sua organização. A ocupação do horto florestal, protesto inovador, dá visibilidade a novas lideranças e pautas do movimento. Além disso, alguns apoiadores históricos dos sem-terra criticam publicamente o protesto², levando a um realinhamento de aliados do MST. Inicia-se uma campanha dos meios de comunicação conservadores, que pressionam o governo a adotar medidas repressivas contra as manifestantes. Em editoriais nos dias 10 e 15 de março e 11 de junho de 2006, o diário *Folha de S. Paulo* cita o protesto, que chama de “delito coletivo”, “vandalismo” e “ativismo autoritário”, e critica uma suposta benevolência do governo em relação às mulheres da Via Campesina. Pressionados, em declarações ministros atacam a ocupação.

O movimento social é um dos vários formatos que ações reivindicatórias podem assumir e tem como uma de suas principais características o uso de protestos. Estes se tornam o principal meio de expressão a pessoas a quem faltam meios institucionais para veicular sua pauta de demandas e definem o modo como os manifestantes e seus líderes vão negociar com os grupos que estão desafiando publicamente. Para Sidney Tarrow, um protesto – ou uma ação disruptiva, em sua nomenclatura – tem três impactos:

² Uma das críticas mais contundentes foi o texto “Um tiro no pé”, publicada em 9 de março de 2006, escrita pelo jornalista Marco Aurélio Weissheimer, na *Agência Carta Maior*, portal de informações que se define como defensor dos movimentos sociais que participam do Fórum Social Mundial e que lutam por uma globalização solidária. Nesse artigo, o colunista diz: “A ação da Via Campesina na madrugada de quarta-feira, no viveiro da empresa Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS) foi um tiro no pé e prestou um desserviço aos movimentos ambientalistas que lutam contra a proliferação das florestas artificiais de eucalipto”. E continua: “Representantes das agricultoras que participaram da ação disseram que o seu principal objetivo foi chamar a atenção da opinião pública sobre os efeitos ambientais e econômicos deste tipo de plantação. Fizeram isso da pior maneira possível. [...] Não é preciso aguardar nenhuma pesquisa de opinião pública para saber que o bombardeio midiático que se seguiu à ação na Aracruz transformou a empresa e os defensores das florestas artificiais em vítimas”. O texto está disponível no endereço eletrônico: www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2965

Primeiramente, é a performance concreta da determinação do movimento. Ao fazer um piquete, um levante ou marchando agressivamente em um espaço público, manifestantes indicam sua identidade e reforçam sua solidariedade. Ao mesmo tempo, a disrupção obstrui a rotina de atividades dos oponentes, da população e das autoridades, forçando-os a prestar atenção às demandas das pessoas mobilizadas. Por fim, a disrupção amplia o círculo de conflito. Ao bloquear o tráfego ou interromper assuntos públicos, os manifestantes incomodam a população, põem em risco a lei e a ordem e levam as autoridades a um conflito privado (TARROW, 1998, p. 96).

Mudanças no tipo de protesto transformam a imagem que a população tem dos manifestantes sobre os quais já têm informações e a dinâmica de relações com oponentes e aliados. Têm, portanto, consequências decisivas na atuação e na própria continuidade dos atores coletivos mobilizados. Na literatura, cientistas sociais geralmente estudam inovações de um movimento em relação a outro que o precedeu ou de que pretende se diferenciar. Há dois processos que levam a essas inovações, afirmam Tarrow e Charles Tilly (2007), desde que líderes criativos consigam aproveitá-los: os efeitos de períodos de rápida mudança política e os resultados de transformações estruturais. Na perspectiva desses autores, os repertórios de protesto se modificam a partir de elementos externos aos movimentos sociais.

A participação na ocupação do viveiro da Aracruz Celulose indica uma inovação no repertório de protestos do MST, que já é uma referência no cenário político. Quando as mulheres da Via Campesina entram no horto florestal, o movimento dos sem-terra tem 22 anos e tem histórico de mais de 2.000 ocupações, sem contar outros protestos. Além de modificar a dinâmica de relações entre o MST e outros atores políticos, a mobilização em Barra do Ribeiro sinaliza uma transformação da atuação dos sem-terra: novas lideranças, muitas das quais femininas, irrompem no cenário político; os dirigentes mais tradicionais mudam seu discurso, adaptando-o à pauta apresentada pelas mulheres da Via Campesina; e as campanhas e atos contra grandes empresas se difundem. A ocupação da propriedade da Aracruz Celulose simboliza o início de uma nova etapa na história MST.

Essa nova etapa não é resultado de uma “conscientização repentina” das lideranças masculinas. Durante mais de vinte anos, as lideranças masculinas permaneceram na DN – em alguns períodos, várias delas tiveram mandatos seguidos – e não atuaram de modo claro para mudar a dominação masculina. Ou seja, não parecem ter-se incomodado com as barreiras às quais as mulheres eram submetidas. A mudança foi resultado do “confronto” das mulheres – termo usado por Itelvina –, com a adoção de uma forma nova de disputa: tornaram-se visíveis para fora da luta interna do movimento. Tornaram-se um grupo mobilizado dentro do movimento social. As lideranças masculinas – e a estrutura organizacional do MST – tiveram de levar em consideração esse novo grupo, na medida em que se não o fizessem poderiam causar uma cisão no interior do movimento. Aliás, em 2004 um indício dessa ruptura de gênero entre os e as sem-terra se esboçava, com a criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como resposta a um sexismo organizacional no MST. É o que mostra Caroline Araújo Bordalo (2006), com base em uma entrevista com uma liderança do MMC, mas cuja pesquisa merece ser aprofundada.

De todo modo, o que importa para esta pesquisa é ressaltar que a chegada das mulheres à DN não foi fácil, mas o resultado de muitas disputas e lutas. Em 2006, o MST iniciou uma mudança importante na situação de desigualdade entre os gêneros, com o equilíbrio de representação masculina e feminina na Direção Nacional. Mas isso não basta. Para continuar o equilíbrio entre homens e mulheres na Direção, faz-se necessário criar meios para que o preconceito e a acomodação diante da dominação masculina, existentes nos dirigentes não sigam criando obstáculos à participação feminina. Não adianta mais mulheres chegarem à DN, se o que têm a falar – e as pautas que lhe são próprias – não for levado a sério pelas lideranças masculinas.

Conclusão

Nesta dissertação, acompanhou-se a evolução da organização do MST com base em mudanças na conjuntura política. Nessa relação, encontrou-se a explicação para a perenidade desse movimento. As lideranças dos sem-terra se mantiveram atentas ao cenário externo e modificaram o formato organizacional do movimento para fazê-lo conseguir sobreviver a alterações da conjuntura. Essas mudanças foram tanto no sentido de se adaptar ao ambiente quanto de reforçar uma atuação inovadora para modificar o cenário político. A capacidade de resposta organizacional do MST, entre outros elementos, fez com que não sofresse abalos mais sentidos em períodos desfavoráveis.

A formação do movimento dos sem-terra é fortemente influenciada pelas circunstâncias conjunturais. As famílias que participam da ocupação que leva ao surgimento do MST adotam um modelo organizacional que considera o período de *incerteza* no cenário político, em que percebem uma oportunidade para mobilizar-se. Essa avaliação das condições do ambiente tem um papel decisivo na construção da noção de coletivo que motiva e garante a ação reivindicatória, na definição de potenciais aliados e na relação entre base e lideranças. No entanto, a mobilização das famílias de Ronda Alta, que dá origem ao MST, só foi possível pelo acúmulo de capacidades (*pré-oportunidades*) para tal. Tiveram um papel determinante grupos católicos progressistas, estimulados por uma leitura social da religião (*sócio-religião*), que foram agentes diretos nas reivindicações dos camponeses – tais grupos formavam o movimento social da Teologia da Libertação. A formação organizacional do movimento dos sem-terra, por mais que tenha sido influenciada pelas circunstâncias conjunturais, dependeu fortemente de recursos construídos antes de os camponeses terem a percepção de que

poderiam pressionar as autoridades a atender suas demandas. Essa própria percepção é um dos resultados dessa construção.

No processo de difusão das lutas camponesas, no qual os grupos católicos progressistas atuam como um vetor, a relação entre as circunstâncias políticas e a organização é ainda mais clara. O caso da ocupação na Encruzilhada Natalino revela a dinâmica de inovações entre sem-terra e autoridades. A cada ato repressivo que não esperavam, os camponeses inovam em seu repertório de protestos e de formato organizacional. Nesse caso, a repressão leva a uma acentuação das situações que reforçam a lealdade coletiva, pois a principal tática dos policiais que tentam desmobilizar a ocupação é perseguir individualmente cada um dos sem-terra. A forma da repressão também leva à intensificação da participação de grupos católicos progressistas em mobilizações no campo. Isso se manifesta por quatro tipos de atuação: a pressão sobre o governo federal para que realize a reforma agrária, o destacamento de religiosos para se tornarem lideranças ou referências de mobilização em áreas de poucas reivindicações, a participação em sindicatos rurais e a articulação de encontros regionais e nacionais de sem-terra. A organização dos sem-terra, até o fim da ditadura, parece indissociável da do movimento social da Teologia da Libertação.

Mudanças no cenário político, em virtude da redemocratização, abalam essa associação entre católicos progressistas e camponeses, levando a uma situação de risco para a continuidade do nascente MST. A *incerteza* – ou o tumulto organizacional, como foi chamado o fenômeno nesta dissertação – passa então para o lado dos sem-terra. Diante da perda de seu principal aliado e de uma série de realinhamentos e transformações no cenário político, precisam tomar decisões que garantam a sobrevivência do movimento social. A tarefa recai sobre as lideranças dos camponeses, muitas delas ex-seminaristas, que precisam assumir a direção da organização. Inicialmente, alinham-se a militantes externos ao movimento dos

sem-terra, esperando que indiquem a linha para politizar e manter a organização. Essa decisão acentua o tumulto organizacional, colocando em risco a unidade das mobilizações de sem-terra de diversos estados. Em 1988, as lideranças criam uma instância decisória, a Direção Nacional (DN), com o objetivo de ser uma referência organizacional das diferentes iniciativas camponesas agrupadas no MST.

Inovação das lideranças dos sem-terra para garantir a continuidade de sua organização, a DN funciona como um termômetro das relações do MST com o ambiente externo. É em sua composição que se manifestam as variações do cenário político que têm impacto na atuação dos sem-terra. Nos dois primeiros anos de funcionamento, mantém-se o tumulto organizacional, caracterizado pelo alto grau de abandonos de mandatos (bienais). Na década de 1990, a DN se torna um espaço pouco aberto a novas lideranças, ou seja, há grande concentração dos cargos, ano a ano, entre as mesmas lideranças. Isso se dá, entre outros elementos, pela relação de enfrentamento entre o MST e o governo federal. Numa situação de disputa, as lideranças fecham a instância para garantir coesão e criar mecanismos para a tomada de decisões rápidas. É nesse período que alguns dirigentes dos sem-terra se tornam figuras públicas. A partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a Direção se reinventa para dar conta das novas circunstâncias do cenário político. O resultado mais concreto é a abertura da instância a novas lideranças – em 2006, 70% dos dirigentes do MST nunca haviam ocupado o cargo em anos anteriores. Essa atitude das lideranças reflete a avaliação de que o governo petista apresenta mudanças na conjuntura política que a organização tem de levar em consideração sob pena, se não o fizer, de colocar em risco sua continuidade.

Ao mesmo tempo, há outro fenômeno que leva a uma mudança na composição recente da DN: o crescente protagonismo feminino. Durante sua história, a Direção foi pouco aberta a mulheres. Em 2006, resultado de uma disputa das sem-terra por cargos de decisão, a

DN adota uma política de equilíbrio de representação de gênero. Tal mudança vem acompanhada de uma tendência à radicalização dos protestos por parte das mulheres – que assumem progressivamente um papel de redefinir o repertório de mobilizações do MST.

Não há distanciamento temporal e suficientes dados coletados para indicar o rumo da reinvenção organizacional recente da organização dos sem-terra. Mas pode-se afirmar que as mudanças na DN são influenciadas pelos dilemas da esquerda surgidos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde seu surgimento, o MST mantém fortes vínculos com lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT). De 1988 a 2002, o movimento social participou de uma campanha da esquerda – ou um acordo tácito – para consolidar o nome de Lula como candidato a presidente e construir sua vitória eleitoral. Com graus variados de doação e nem sempre durante todo o período do pré-governo do petista, a maioria dos grupos de esquerda atuou no processo chamado de “Lula lá”.

Marcado pela adoção de uma política econômica conservadora e por recorrentes escândalos políticos, o governo Lula leva a um esfacelamento dos grupos que participaram da campanha que levou a sua eleição. Seus mandatos adotam atitudes de continuidade em relação aos governos anteriores: apoio ao agronegócio, à financeirização e à autonomização do Banco Central, além de perda de direitos trabalhistas e morosidade na reforma agrária. A repressão federal aos movimentos sociais diminuiu, mas não houve por parte do governo medidas que levassem de fato à adoção das pautas dos grupos populares mobilizados, especialmente do MST. Pelo contrário, no sentido de neutralizar protestos, houve tentativas de cooptação de lideranças.

As novas lideranças que chegam à DN, com o redesenho organizacional do MST, e o protagonismo radical feminino, modificando o repertório de luta dos sem-terra, podem ser

canais que garantam a superação das armadilhas políticas que surgiram no governo Lula. Isto porque podem ser um canal de discussão e viabilização de um programa que supere o “Lula lá”, levando a uma nova forma de atuação política. A ver.

Não se trata de um cenário fácil para a tomada de decisões – ou para a apresentação de agendas políticas. Atravessa-se uma crise de direção na esquerda, seguindo a perplexidade das atitudes do governo Lula. A reinvenção do MST, em curso, pode agravar a situação, estimulando o fracionamento dos grupos (cada vez mais localizados), ou criativamente responder às dificuldades conjunturais com uma linha que rearticule o processo político e a luta dos trabalhadores. A ver.

Nessa conjuntura, para sobreviver a essa situação desfavorável e contribuir para a superação da crise de direção da esquerda o MST depende da capacidade de generalizar a cultura política que veio construindo: a educação. Pode vir a ser a *pré-oportunidade* para um processo político novo. Para tal, precisa ser alimentada como potencial para modificar as relações sociais (relações de gênero, relações entre base e lideranças) e para tecer uma resposta estratégica à crise da esquerda. A reinvenção organizacional e política do MST depende fundamentalmente de uma recriação, original, das interpretações da luta política. A ver.

Esta pesquisa não encerra a discussão sobre a organização e a atuação política dos sem-terra. Pelo contrário, encerra-se destacando o dilema em que se encontram ambas. E a evolução do MST nesse cenário – o papel e a participação da base nas esferas decisórias, a influência real dos novos grupos que chegam à DN, a construção de uma nova agenda de luta, a relação com o governo Lula – é um campo profícuo para pesquisas e um indicador importante das respostas da esquerda brasileira à crise de rumos em que se encontra.

Bibliografia

BARKER, Colin. Robert Michels and the “cruel game”. In: BARKER, Colin; JOHNSON, Alan; LAVALETTE, Michael (org.). **Leadership and Social Movements**. Nova York: Manchester University Press, 2001.

BARKER, Colin, JOHNSON, Alan e LAVALETTE, Michael. Leadership matters: an introduction. In: _____. **Leadership and Social Movements**. Nova York: Manchester University Press, 2001.

BORDALO, Caroline Araújo. Para além do “gênero”: uma reflexão sobre os movimentos de mulheres no Campo. In: PRIMEIRO ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2006. Disponível em: www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Caroline_Araujo_Bordalo.pdf

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, Horacio Martins. A emancipação do Movimento no movimento de emancipação social continuada. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo Perspec.**, vol. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

_____. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social Movements – an Introduction**. Malden: Blackwell Publishing, 1999.

DIAS, Emerson dos Santos. **A maioria do MST e o futuro dos universitários sem terra**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Anpocs, 1995

DUSSEL, Enrique. Teologia da libertação e marxismo. In: LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1990] 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (org.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatorio Social de América Latina**, ano IV, n. 11, 2003.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Formação, espacialização e territorialização do MST. In: STEDILE, João Pedro (org.), **A reforma agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente – la lucha de los sin tierra en Brasil**. Havana: Caminos, 2001.

FREI BETTO. Cristianismo e marxismo. In: LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1986] 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. Peasant Land Occupations. **Past and Present**, n. 62, p. 120-152, Oxford, 1974.

IOKOI, Zilda Gricoli. **igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo**. *Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JULIÃO, Francisco. Carta de alforria do camponês. In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

KARPISKI, Cezar. Além do embate, o sujeito: a construção de um “novo” homem e uma “nova” mulher no MST. **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, n. 3, 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000300015&script=sci_arttext

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando Novos Atores Saem de Cena – Continuidades e Mudanças na Centralidade dos Movimentos Sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, UFSC, maio de 2004. Disponível em: www.ids.ac.uk/gdr/cfs/drc-pubs/Quando%20novos%20atores2004.pdf.

LÖWY, Michael. The Socio-Religious Origins of Brazil's Landless Rural Workers Movement. **Monthly Review**, vol. 53, junho de 2001.

_____. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention.** Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug. Conceptual origins, problems, future directions. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; e ZALD, Mayer N. **Comparative Perspectives on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings.** Nova York: Cambridge University Press, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo político do século XX. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, nº 9. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Sobre o método revolucionário de direção.** São Paulo: MST, 1987.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** São Paulo: Vozes, 1997.

_____. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: _____. **Política, protesto e**

cidadania: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

OBERSCHALL, Anthony. Opportunities and Framing in the 1989 Revolts. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Comparative Perspectives on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings.** Nova York: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária na década de 90.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STEDILE, João Pedro (org.), **A reforma agrária e a luta do MST.** São Paulo: Vozes, 1997.

PINASSI, Maria Orlanda. O MST e a completude destrutiva do capital. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, nº 6. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A. **Poor People's Movements – Why They Succeed, How They Fail.** Nova York: Vintage Books, 1979.

RIDENTI, Marcelo. A segunda eleição de Lula. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, nº 9. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e mulheres em movimento:** relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

STEDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST In: _____. **A reforma agrária e a luta do MST.** São Paulo: Vozes, 1997a.

_____. O MST e a questão agrária. **Estudos avançados**, vol. 11, nº 31. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1997b.

STEDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. A luta pela terra no Brasil. In: LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1993] 2006.

TARROW, Sidney. **Power in Movement – Social Movements and Contentious Politics.** Nova York: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004.** Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Boulder: Paradigm Publisers, 2007.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JR., Antonio. O papel da mulher na luta. Uma questão de gênero e/ou classe. **Scripta Nova – revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, vol. VI, n. 119 (26), 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. The Social Dynamics of Brazil's Rural Landless Workers' Movement: Ten Hypotheses on Successful Leadership. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, n. 39:1, 2002.

WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy. **To Inherit the Earth – the Landless Movement and the Struggle for a New Brazil**. Nova York: Food First Books, 2003.

Anexos

Anexo A

Entrevista com Neuri Rosseto, da Coordenação Nacional do MST

Realizada em 9 de fevereiro de 2007, em São Paulo (SP)

Em que momento você se envolve com a luta dos sem-terra?

Eu era seminarista e tínhamos diversas atividades pastorais no seminário. Foi o que me abriu para a questão dos sem-terra. Foi o que me abriu para a questão dos sem-terra. O bispo de Chapecó, da metade da década de 1970, se destacou com uma linha progressista, o que empurrou a diocese para uma ação mais política. Isso foi de 1975 a 1982. Em 1979, a Diocese de Chapecó se envolve em solidariedade com o acampamento da Encruzilhada Natalino, com arrecadação de alimentos e na defesa da ocupação, que era uma novidade. Ali, tive o primeiro contato com a luta dos sem-terra. No oeste catarinense, também houve mobilizações na década de 1970, das quais participaram a diocese. Depois, fui ao norte da Bahia, por um projeto de intercâmbio de igrejas, em 1983 e 1984. Em maio de 1985, estava em Florianópolis, e foi quando houve uma primeira grande onda de ocupações promovidas já pelo MST. Na época, havia um bom grupo de Chapecó em Florianópolis, que estava ligado à luta pela terra: Adelar Pizetta, Ademar Bogo, Edgard Kolling. Estávamos juntos – e aí foi a entrada no MST.

Antes de entrar no MST, você já tinha contato com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)?

Na Bahia, foi um trabalho mais concreto, pois estava em um povoado, fazendo trabalho pastoral e político, como o apoio à criação de sindicatos. Quando voltei a Santa Catarina, nosso ponto de apoio era a CPT, que abriu um espaço para nós. O marxismo entrava pouco, ainda, principalmente pela aproximação da teologia com temas sociais, colocando o homem como sujeito de sua história. Isso nos colocou em contato com autores marxistas. Mas foi quando voltei a Florianópolis é que ingressei em um grupo de discussão mais sólido, com as pessoas que conhecia de Chapecó.

Qual era sua expectativa em relação aos sem-terra?

Minha expectativa era a de participar de um processo de transformações sociais e protestos que testemunhava por onde estivesse e que me estimulavam a agir. Primeiro, o oeste catarinense é uma região essencialmente agrícola, de pequena propriedade. Na década de 1970, houve muitos conflitos entre camponeses e indígenas, que foi algo que me marcou bastante. Na de 1980, havia a construção de barragens hidrelétricas, desalojando pequenos agricultores. Do lado da igreja, havia sempre mais vínculo com o mundo rural do que o urbano, pois há a luta pela criação de sindicatos rurais. Isso era discutido na diocese. É algo natural quando o MST surge em 1984 a gente se somar com isso. É algo natural: pelo lado da igreja, por nossa região, pelo trabalho, pelas preocupações e pelo que ocorreu em 1985, quando houve ações grandes, dando uma dimensão maior para o movimento e criando uma rede de solidariedade em relação a famílias acampadas. A luta pela terra ganhava uma nova dimensão.

O que se espera de uma liderança do movimento?

O maior desafio é manter o movimento dinâmico. Há uma tendência bastante forte para debater o que é o movimento e o que é a organização. O movimento faz algo específico e é determinado. Como manter o movimento como movimento, fazendo com que seja perene? Se não for assim, torna-se burocrático e perde dinamismo. O dirigente se torna autista. Pode daí refluir. E isso se dá em todos os níveis: acampamento, estrutura, assentamento. Não pode cair na mesmice. O dirigente precisa se atualizar, permanentemente, e daí atualizar o movimento.

Como isso se faz?

O movimento é muito crítico em relação a ele mesmo. No sistema interno, há críticas em relação a sua própria atuação, sempre buscando mudar. O movimento não se prende a uma forma de agir internamente – é resultado de crítica interna. O movimento também sempre tenta aprender com outras organizações, sempre buscou conhecê-las, o que foi potencializado com a Via Campesina. A bandeira da reforma agrária orienta a ação do MST e entra dentro da discussão sobre um projeto para o Brasil. Isso obriga a uma análise teórica das reivindicações.

Qual a função da liderança?

O mandato da direção é geralmente dois anos, podendo ser renovado. A liderança tem um papel muito mais de trazer as informações nacionais para seu estado e o que ocorre no estado para o âmbito nacional. As decisões do MST envolvem, na verdade, diretamente a base, como é o caso da definição do programa da reforma agrária, que não foi definido por lideranças que entendem mais do assunto e pronto, mas pela base, que ajudou a elaborar, com base no que temos acumulado dentro do MST. O líder precisa trazer à participação todos os

membros dos acampamentos e assentamentos: homens, idosos, mulheres, crianças, jovens... O papel do dirigente é mais motivar do que de determinar as coisas. Por isso, nas instâncias decisórias há sempre renovação, pois a própria instância é uma solução coletiva, não um conjunto dos indivíduos de destaque. Outro aspecto disso é que as decisões são tomadas em consenso nas instâncias nacionais, potencializando o contraditório, como algo positivo. A autonomia do dirigente é garantida por não haver mecanismos, pela Direção Nacional, de excluí-lo da instância – isso só pode ocorrer pela base que o elegeu. O coletivo nacional pode cobrar, mas não tem como afastar alguém.

Qual a função da Direção Nacional (DN)?

A DN faz os encaminhamentos gerais da organização – monta a unidade para as ações que vão ocorrer em todos os níveis do MST. É a coluna vertebral. É um grupo mais executivo, que define, de modo rápido, questões prementes do movimento, como jornadas de luta, participação em campanhas. São pessoas de grande responsabilidade. Mas a instância maior é a CN, que garante, de fato, a representatividade nacional do movimento, é o grupo que materializa o que é o MST.

Anexo B

Entrevista com Ademar Bogo, da Coordenação Nacional do MST

Série de duas entrevistas realizadas por correio eletrônico. Na primeira, as perguntas foram enviadas em 3 de abril de 2007 e o entrevistado enviou as respostas cinco

dias depois. A segunda parte das questões foi repassada em 10 de abril de 2007, e as respostas chegaram em 6 de maio.

1ª parte da entrevista

Quais foram as principais influências teóricas para o surgimento do MST?

O MST é o produto de uma demanda social. O movimento já não cabia mais dentro da CPT e do sindicalismo rural. Logo, a ação provocou reações de desconforto, pois a igreja sentia-se mal ao ser denunciada como “invasora de terras”. Sendo assim, apelou-se para a busca da forma. A estrutura sindical, com diretoria etc., muito criticada por todas as forças progressistas e a estrutura partidária, que identificava nos partidos comunistas o burocratismo e a falta de democracia etc., levou-nos a pensar em outro caminho. Tínhamos como referência positiva a teologia da libertação como teoria, as CEBs como organização e os princípios da educação popular como referência. Duas expressões políticas faziam a diferença: a revolução nicaragüense, que irradiava alguns conceitos simplificados dos princípios clássicos, como direção coletiva, ligação com as massas e participação popular; e o Partido dos Trabalhadores que incitava a participação a partir do lugar de trabalho e de moradia nos núcleos principalmente. Alguns assessores e agentes de pastoral que dominavam aspectos do marxismo ajudaram a politizar, mas, no mais, foi inicialmente pura intuição. Com o decorrer do tempo, fomos fundamentando aquilo que eram apenas intenções. Então, Che Guevara transitava facilmente, assim como Marx, Lenin e Mao Tse-tung pelo estudo que fizemos da história das revoluções. Estudamos Zapata e a revolução de 1910 no México. A Revolução Cubana e lemos livros como *A ilha*, de Fernando Morais, depois Fidel e a religião de Frei

Betto. Estudamos a revolução vietnamita etc. Logo, de cada uma delas fomos incluindo saberes. Não fomos adeptos nem de Trotski por repulsa à prática dos trotskistas e nem de Gramsci pelo uso basista de setores do PT, mesmo se na época pouco dominávamos os conceitos. Fizemos muitos cursos em escolas sindicais criadas conjuntamente com o movimento sindical. A partir da década de 1990, já com algum acúmulo teórico, passamos a dar maior conteúdo aos conceitos, agora já pela ótica do marxismo, tanto na leitura do *Manifesto*, *Que Fazer?* e cursos utilizando os clássicos.

De onde vem a idéia de criar duas instâncias nacionais – a Direção Nacional (DN) e a Coordenação Nacional (CN)? O que as diferencia? Por que se tomou essa decisão?

As instâncias sempre foram importantes na estrutura organizativa, mas nunca foram vistas como um dogma. Somente aqueles que se apegam ao poder como profissão se prendem e apelam constantemente aos regimentos. Inicialmente, começamos com uma coordenação provisória, criada em Cascavel, em janeiro de 1984, que era dos estados do Sul. Esta preparou o Congresso de janeiro de 1985. No Congresso, elegemos uma coordenação nacional com dois representantes por estado dos 13 que estavam presentes. Só havia essa instância. Em 1986 (creio que no segundo encontro nacional), estudamos sobre a questão da organização política dos trabalhadores, onde os assessores, sem revelar a base leninista e maoísta da teoria, propuseram que se deveria criar, por medida de segurança, uma Direção Política. Assim foi feito.

Mas, com o decorrer de algum tempo, verificou-se que a coordenação não tinha influência e a DP estava ultrapassando os limites. Então criamos uma Executiva Nacional

com um por estado e mais a Coordenação que eram dois por estado. Mais a DP que ficou sendo um grupo pensante.

Aos poucos percebemos que a DP continuava a dirigir, pois tinha mais informações. Optamos por extingui-la. Mudamos o nome da Executiva que passou a se chamar Direção Nacional e mantivemos a Coordenação Nacional. Para substituir a Direção Política, criamos o Grupo de Estudos Agrários.

As variações que houve daí para a frente foram no número da composição. Inicialmente a DN era composta por 15 membros independentemente do estado. Depois, mudamos para um por estado, mais adiante para dois por estado (um homem e uma mulher). Para a Coordenação ficou dois por estado e, em algumas reuniões nacionais feitas por regionais, toda a Direção Estadual participava. Depois ficou, em média, 10 por estado como é hoje.

Qual o balanço que você faz da atuação da DN entre 1988 e 2005?

A importância da DN nunca esteve no número. Ela garante a unidade de ação basicamente, já que para a unidade política além dela, temos os setores, o grupo de estudos e a CN que é mais ampla. A partir de 2006 a ampliação se deu automaticamente. Tendo em vista o processo de mudanças orgânicas que implementamos na base, onde um homem e uma mulher deveriam sempre estar nas coordenações em igualdade de número, ao chegarmos nas instâncias nacionais nos deparamos com um problema: só tínhamos um representante por estado, logo haveria de se duplicar o número de pessoas. O estado indica seus dois membros e com isso deixamos de fazer eleição nacional com cédula etc. Nem sempre os melhores dirigentes aparecem para compor as instâncias. Há por isso um desnível, mas nada que comprometa o valor da instância como coletivo de reflexão e decisão. A CN, por reunir

representantes dos setores, é bem mais qualificada do que a DN, embora seja mais ampla. Favorece o MST do estado a participação de dois membros. Ajuda a qualificar, pois as reuniões são também espaço de formação. As tarefas são melhor divididas.

Como se dá a relação entre a CN e a DN? Por que os membros da DN participam da CN?

Pelo fato de que a DN é também parte da composição da CN.

Em 2006, você foi um dos idealizadores da ampliação das cadeiras na DN e na CN. Por que defendeu essa visão? Que impactos queria obter?

A ampliação se deveu à reformulação da estrutura na base. O MST cresceu e estava sendo conduzido pelo mesmo número de dirigentes. Ou seja, na forma como estavam compostas as instâncias não cabiam mais pessoas. Então, ao invés de destituir os que estavam, como ocorre em muitas organizações em que aparecem chapas, ampliamos o espaço. Colocamos mais cadeiras ao redor da mesa e estas basicamente foram para as mulheres. Elas subiram sem precisar competir ou derrotar os homens. Ocuparam o lugar que tinham por direito. Basearam essa decisão dois princípios. Primeiro, o da direção coletiva. Esse princípio tinha um conteúdo simplificado: direção coletiva era não ter presidente e distribuir tarefas entre os membros da instância. Ocorre que há muitos momentos em que militantes tomam decisões sem estar na instância. E nem por isso estão errados. Podemos dirigir somente com o grupo da esfera eleita, mas podemos também considerar que em cada lugar na base onde se tomam decisões tem-se responsabilidades de direção. Logo o núcleo de base, sem ser uma instância, é um lugar onde se exercita a democracia. O núcleo pode ser consultado e deve emitir opiniões sobre o destino do MST. O segundo eixo é o da representatividade territorial

ou humana. Até então seguindo o critério das unidades da federação, cada estado se organizava individualmente e internamente se subdividia por regionais. Havia regionais com, por exemplo, 20 municípios – dos quais não havia assentamentos em. Essa regional era representada por um dirigente a nível estadual. Mas ele não representava um território disperso desorgânico e, com isso, exercia um método autoritário, do mando, da ordem determinativa. Achamos que deveríamos inverter: o que vale não é o tamanho do território ocupado, mas a força organizada que existe nele. Então estabelecemos que um dirigente deve representar pessoas e não a região. Por isso estabelecemos que cada um, ou no caso um homem e uma mulher, deverão representar uma brigada de aproximadamente 500 famílias. Antes, o dirigente ia para as reuniões estaduais e não sabia quantos núcleos tinha, se estavam se reunindo, se as escolas estavam funcionando etc., porque não conseguia passar nos assentamentos dispersos em vários municípios. Agora, cada dirigente tendo 500 famílias organizadas em 50 núcleos, ele está próximo de em média 2.500 pessoas. Acompanha com mais 10 dirigentes que formam o círculo de direção e cada um tem 5 núcleos para acompanhar. Estrutura os setores e os acompanha, onde também, para cada 5 núcleos, existe 1 representante por setor que são 8 no total. Então faça a conta.: 10 dirigentes, mais 10 de cada setor multiplicados, por 8 (setores) dá 80 (com mais 10, são 90 ao todo) E, ainda temos em cada núcleo 2 coordenadores que somam 100 pessoas. Logo, em uma brigada de 500 famílias, temos 190 lideranças de fato ou em processo de formação. Ou seja, aquilo que era feito por um dirigente e mais alguns representantes de setores regionais, agora foi multiplicado por 190 e com a vantagem de que, naquela regional pode haver várias brigadas de 500 famílias. Com isso cresceram também a Direção Estadual e a Coordenação Estadual. Peguemos um estado com 10 mil famílias. Se temos uma direção de 90 membros da direção e vários representantes de setores em cada brigada, temos uma coordenação estadual de 900 pessoas, que se reúne a

cada 3 meses. No final do ano, o Encontro Estadual reúne junto os coordenadores dos núcleos, que somam (nesse caso) 2 mil membros, com mais os 900 anteriores. Temos o encontro de avaliação e planejamento com quase 3 mil pessoas previamente selecionados com função definida, em 10 mil famílias. Isso foi feito porque se queria portanto alcançar a qualidade na mesma proporção que a quantidade. Quebrar o ritmo do método autoritário e centralizador e, acima de tudo, formar a consciência por meio da participação. Deu certo.

Por que foi importante tomar essa decisão nesse momento?

Na medida em que os assentamentos vão ficando velhos começa a haver desgastes das lideranças e muitas discordâncias vão aparecendo. O assentado deixa de ser Sem Terra (de luta) e passa a se comportar como pequeno proprietário. Logo, as decisões das instâncias não têm força de chegar até a base. Com essa mudança, é a base que se eleva ao nível da direção e se comporta como tal. Aqui está a diferença de um movimento de massas que luta apenas pela terra e um movimento que luta por reforma agrária e pela transformação da sociedade. No governo de FHC, na medida em que a repressão se intensificou percebemos que tínhamos algumas fragilidades. Muitas vezes um técnico do governo tinha mais força política do que os dirigentes do movimento. Havia infiltrações e, com isso, desgastava-se a imagem da organização. Pensamos que dentro do movimento de massas tinha de ter a organização de massas, ou seja, uma estrutura de quadros e militantes conscientes para enfrentar esses desafios. Era preciso equilibrar o crescimento massivo com a massificação da formação.

Aumentar o número de pessoas nas instâncias decisórias é suficiente para aumentar a representatividade?

Só aumentar o número pode representar demagogia. Em nosso caso, não se trata de só aumentar o número, mas de distribuir responsabilidades. Veja que os coordenadores não são eleitos apenas para coordenar reuniões, mas para conduzir as decisões tomadas e auxiliar os membros do núcleo em suas necessidades. Ou seja, o núcleo é uma célula que está completa em si própria. Age a partir das condições que tem e do estímulo externo. Logo, as instâncias são apenas momentos de reuniões, a representatividade é o exercício das tarefas, poucas vezes se usa a afirmação “sou da direção nacional”. O princípio na verdade não é o da representatividade, mas o da representação. Qual é a diferença? A primeira, representatividade (alguém vai fazer a atividade por mim) na segunda representação (a ação é a representação) quem não age não se representa. E, se for uma vez só, não se “reapresenta”. Então dizemos: cada um deve representar a si próprio. Ou, no núcleo ou na instância, eu estou presente. Tornando hábito a participação eu sempre estarei “represente”. Participar vira cultura e parte da existência social e política. Compreendido isso, tratamos facilmente a questão de gênero. Aquilo que para muitos é conflitivo, para nós tornou-se um método de ação. O homem representa a si próprio, a mulher também. Ambos têm de ir ao lugar, em que precisa ser dito o que pensam. Os mecanismos metodológicos para facilitar a expressão individual nos encontros, foram: prolongar o tempo (o que se fazia em 2 dias agora precisa 5), fazer a maioria das discussões em brigadas ou em setores, fazer discussões antes do encontro, levando as sugestões e as propostas daqueles que não foram escolhidos para irem ao encontro. Por outro lado, a preparação e apresentação das místicas são espaço de aparição individual, isto porque geralmente envolvem muita gente. A participação nas equipes de trabalho, as leituras individuais e em grupos, as noites culturais e as jornadas socialistas são outras formas de dizer o que somos e o que queremos. Usar o microfone nem sempre é sinônimo de participação e contribuição. Nem se mede o teor da democracia interna pelas vezes que se

levanta o braço para aprovar algumas propostas. Há outras maneiras que acompanham a decisão e que ajudam a formar a consciência.

Que mecanismos existem nas instâncias decisórias que garantam a expressão de uma minoria?

Os mecanismos de participação são para todos. Não são da maioria nem da minoria. Estas somente aparecem quando se decide. A minoria em nosso movimento nunca foi uma força regular. Neste assunto, posso ser minoria, mas no outro posso ser maioria. É difícil de entender isto quando se está preso a correntes de pensamentos ou organizados em tendências ou grupos internos. Esta prática não chegou a se enraizar no MST. Tanto assim que não se tem noção se existe minoria, justamente porque não há confrontos e disputas constantes. O consenso também é uma forma de tomar decisões sem ter que optar ao contra e o a favor.

Como foi o debate para que houvesse essa mudança importante – a massificação das instâncias nacionais – na organização do MST?

O debate se deu nos estados, nas instâncias e nos cursos de formação. Fomos produzindo materiais e lentamente tirando as dúvidas e adequando a estrutura organizativa. Alguns estados já tinham encontrado formas parecidas como o que chamavam de micro-regiões, mas nada impediu que se chegasse à compreensão, por se tratar de certa forma de uma necessidade concreta e não de uma hipótese que teria que ser provada.

Quais as perspectivas organizacionais do MST?

As perspectivas organizacionais dependem da evolução da luta de classes no Brasil. Você já ouviu a frase do Marighella: “a ação é que faz a organização”? Nesse sentido, na medida em que os confrontos com a classe dominante se tornarem mais acirrados a organização terá de se qualificar para enfrentar os inimigos que buscarão destruí-la. Não temos ilusões sobre o Estado. Ele não fará a reforma agrária. Somente a luta tirará da classe dominante o poder de explorar os trabalhadores, a sociedade e a natureza. Nossa força está voltada para derrotar o latifúndio e as empresas capitalistas e, para isso, a estrutura atual serve. Mas para combater o capital financeiro internacional, o imperialismo e o Estado repressor, essa estrutura será insuficiente e dependerá do ajuntamento com outras categorias e classes. Por isso é que, para cada época a história cobra determinadas posturas e muita eficiência. Vamos ver o que nos espera.

2ª parte da entrevista

Qual foi o papel dos grupos progressistas da igreja, entre 1978 e 1984, para a formação do MST?

A igreja católica, desde a ditadura militar, esteve envolvida com a defesa dos direitos humanos, veja todo o envolvimento da Arquidiocese de São Paulo, Dominicanos etc. No campo também foi assim. Participava desde o início de 1954 das Ligas Camponesas o padre Lage de Minas Gerais, e era um grande líder. No Norte e no Nordeste, os padres sempre foram ativos nas causas sociais. Por isso é que em 1975, a igreja oficializou a criação da CPT [Comissão Pastoral da Terra] e possibilitou formar grupos de padres, freiras e camponeses para atuarem junto com os trabalhadores. A primeira atitude sempre era de socorro. Ou ajudar

as viúvas, ou reunir para organizar a resistência. No caso do Norte era sempre armada. Nas várias regiões, tendo em vista que CUT [Central Única dos Trabalhadores] ainda não tinha surgido, a CPT se envolveu com a formação de lideranças para disputar as direções de sindicatos. Foi aí que surgiu a denominação de “sindicalismo combativo”. Isso se dava pela organização de chapas de oposição sindical no campo. E muitas eleições foram ganhas. Regiões inteiras modificadas. As mudanças foram insignificantes no âmbito sindical, mas possibilitou que surgissem movimentos e fundamentalmente, quando foi criada a CUT, os camponeses exigiram uma secretaria e surgiu dela surgiu o Departamento Rural. Depois, o MST passou a liderar a luta pela terra, a ala do Departamento foi para a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] e a CPT recolheu-se às tarefas mais de reflexão do que de ação. Foi pela Teologia da Libertação que os camponeses tiveram contato com o marxismo e, posteriormente, quando as escolas sindicais foram formadas, já havia a base do conhecimento assimilado.

O que esses grupos pretendiam em relação à organização dos camponeses?

Nem sempre eram grupos religiosos. Os agentes da igreja se somavam ao movimento camponês e suas idéias eram geralmente associadas a idéias de uma nova sociedade. Não falavam em socialismo, embora não o negassem. Havia ainda no inconsciente dos religiosos o perigo da ditadura que perseguia os comunistas. Então, ou por astúcia ou por ingenuidade, pregavam a “nova sociedade”, isto era frontalmente contra o capitalismo. Muitos padres faziam curso de formação junto com os camponeses e cresciam juntos. Como tinham mais acesso aos livros, avançavam um pouco mais.

Muitas lideranças do movimento vieram da igreja ou do seminário para a luta. Como isso se deu?

Nossa vinda para a luta se deu pela CPT. No seminário, éramos obrigados a ter uma atividade pastoral. Poderia ser numa paróquia em que íamos nos finais de semana e nas férias ou num movimento. Em 1980, não havia movimentos, apenas as oposições sindicais; envolvemo-nos, através da CPT, nessas tarefas. Também participávamos das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que eram grandes mobilizadoras das periferias. Dessa forma, ajudávamos na formação política, na preparação das reuniões, nos atos etc. Quando surgiu o MST automaticamente assumimos as tarefas do movimento, e além de deixarmos a CPT, deixamos também o seminário e os cursos de teologia por terminar.

O MST nasce como uma organização comunista? O Prof. Michael Löwy diz que o movimento é sócio-religioso. Você concorda?

Como filosofia sempre fomos comunistas e, desde o início, tínhamos atração por Cuba Fidel, Che, Marx etc. Mas não sabíamos direito o que eles defendiam. Sabíamos que usavam barba e também começamos a deixar as nossas como sinal de protesto contra o capitalismo e como identidade com os revolucionários. Lemos *A Ilha*, de Fernando Morais, e *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara, e tínhamos proximidade com um grupo trotskista que tecia conosco estudos sobre a questão judaica de Marx etc. Mas o movimento como um todo não tinha esta consciência. Cito-te um exemplo. Quando, em 1986, definimos os objetivos do movimento, no primeiro deles, “Lutar por uma sociedade sem exploradores nem explorados”, nossa vontade era colocar logo a palavra “socialismo”, mas, na discussão da aprovação, achou-se muito radical e poderia afastar pessoas que nos apoiavam. O mesmo ocorreu na

definição da bandeira. Havia várias opções, as duas mais concorridas foram esta atual, vermelha, e outra que era azul e branco.

Quais os bispos que atuaram diretamente na formação do movimento? O que exatamente fizeram?

O principal bispo foi D. José Gomes, que era o presidente da CPT nacional e tinha enfrentado na diocese a “peste africana” que foi uma iniciativa da Sadia para matar todos os suínos de raça rústica. Para forçar a integração dos pequenos agricultores fizeram essa artimanha. O bispo liderou a resistência. A matança foi suspensa, mas a Sadia foi comprando os camponeses e estabelecendo os criatórios. D. Orlando Dotti, do Rio Grande do Sul, D. Pedro Casaldaliga, D. Luciano e assim em todos os estados. Sempre havia bispos favoráveis. Se não se envolviam diretamente, visitavam os acampamentos e falavam a favor, ou eram obrigados a intervir nas negociações telefonando para os governadores e pedindo audiências.

Em que ano começou a desvinculação do movimento com a igreja?

Não há um ano específico e nem foi ao mesmo tempo. Em alguns lugares, como é o caso da Paraíba, até hoje a CPT faz luta pela terra e o MST está junto. Mas, mais propriamente, havia uma vontade nossa (ingênua) de nos separar pois as poucas notícias que saíam na mídia colocavam a igreja como a responsável pelos atos. E, havia, em alguns lugares, bispos e padres que não queriam aparecer e ser atacados pelos latifundiários. Foi quando a CPT criou o conceito de “apoio”. Dizendo ser apoio tirava de si a responsabilidade e passava para os camponeses a responsabilidade dos atos. Com o aumento das mobilizações a partir de 1988, com a aparição de nossa bandeira, os latifundiários, o governo e as demais forças de repressão começaram a perceber que havia um movimento social se estruturando.

Negociávamos com pautas próprias e com comissões independentes em cada Estado e a nível nacional. Houve também, aos poucos, a inflexão interna da igreja para a direita e, com isso, a formação nos seminários começou a ser menos crítica. As CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] foram desmobilizadas. Os fatores foram diferentes, mas no fundo a igreja foi se retirando de todas as atividades políticas e o PT [Partido dos Trabalhadores] e a CUT assumiram como referência e passaram a ser alvo das críticas e dos ataques.

O que levou ao divórcio por parte dos grupos católicos?

O divórcio foi justamente ocasionado por essa orientação interna do Vaticano, que passou a perseguir a Teologia da Libertação. A punição ao Frei Leonardo Boff foi o marco principal que levou a essa mudança. Demorou alguns anos até se perceber a retração, mas ela veio como uma nova postura que passou a fazer a divisão de tarefas políticas onde a igreja começou a ficar de fora, no sentido de não estar mais nas coordenações de linha de frente. O incentivo à autonomia era sincero, mas ele aos poucos afastava a igreja do seu compromisso com os pobres. Por sua vez, a mudança de conjuntura mundial, no final da década de 1980; a derrota da revolução nicaragüense etc. ajudou para que os cristãos deixassem de agir como força política.

O que levou ao divórcio por parte das novas lideranças sem terra?

O divórcio por parte das novas lideranças foi a compreensão de que se vivia uma nova conjuntura, a partir da metade da década de 1990 em diante. Já tínhamos uma estrutura e uma certa referência que não dependia tanto das paróquias. Tínhamos nossas secretarias, meios de transporte e apoios diferenciados da classe média. Nesse sentido, muitos padres

demonstravam certo desconforto em apoiar as ocupações e, mesmo considerando-nos amigos, passaram a fazer as lutas sem diretamente vinculá-las à igreja.

Qual foi o impacto dessa desvinculação na organização do movimento? No processo de formalização?

Creio que não houve impacto estanque. Houve e há naturalmente a divisão de papéis. Temos ainda muitas relações, quando não políticas, afetivas. Nunca houve um racha. Sempre que necessitamos dialogar as portas estão abertas. Enquanto nós nos alastrávamos e crescíamos física e ideologicamente, a igreja se retraía e recuava ideologicamente no sentido da luta pela transformação. Com o advento do neoliberalismo, a política passou a exigir mais qualidade intelectual. A igreja não acompanhou no seu todo as mudanças de paradigma e apegou-se aos dogmas como garantia de sua existência e identidade. Por isso que marca posição com argumentos retrógrados, como é caso do aborto, células-tronco etc. Esse fator da formação mais conservadora dos padres e a proibição de se envolverem em lutas sociais torna-os mais desengajados do que éramos no passado. Por isso, cumprem apenas com suas funções religiosas, embora nos tenham simpatia.